



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia Agrária

Volume 1

Marcelo Antonio Sotratti

Aline Sá

Gláucio José Marafon

Philipp Lessa Andrade

Rogério Seabra



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente
Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Geografia
UERJ – Glaucio José Marafon

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Marcelo Antonio Sotratti
Aline Sá
Glaucio José Marafon
Philipp Lessa Andrade
Rogério Seabra

DIREÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

COORDENAÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo da Cunha
Paulo Vasques de Miranda

DESIGN INSTRUCIONAL

Heitor Soares de Farias
Karin Gonçalves

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Fábio Rapello Alencar

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

REVISÃO LINGÜÍSTICA E TIPOGRÁFICA

Anna Maria Osborne
Beatriz Fontes
Flávia Saboya
José Mayohas
Licia Matos
Maria Elisa da Silveira
Mariana Caser
Yana Gonzaga

ILUSTRAÇÃO

Renan Alves

CAPA

Renan Alves

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Ricardo Polato
Núbia Roma

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Esteves
Ulisses Schnaider

Copyright © 2015, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

G346

Geografia Agrária: volume 1 / Marcelo Antonio Sotratti...[et al]. – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.
206 p.; il. 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0049-1

1. Geografia agrária. 2. Modernização. 3. Desenvolvimento capitalista. 4. Industrialização. 5. Trabalho. I. Sá, Aline. II. Marafon, Glaucio José. III. Andrade, Philipp Lessa. IV. Seabra, Rogério. 1. Título.

CDD: 900

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA
TÉCNICA
Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Luis César Passoni

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 1 – Transformações no espaço rural _____ 7

Marcelo Antonio Sotratti

Aula 2 – Os processos de modernização e industrialização da agricultura _____ 39

Philipp Lessa Andrade

Aula 3 – O desenvolvimento capitalista da agricultura ____ 61

Marcelo Antonio Sotratti

Aula 4 – Abordagens teóricas e as relações de produção na agricultura _____ 89

Aline Sá

Aula 5 – Urbano e rural: o processo de unificação promovido pelo capitalismo _____ 123

Rogério Seabra

Aula 6 – Industrialização, urbanização rural e o agronegócio _____ 139

Marcelo Antonio Sotratti

Aula 7 – A expansão da produção moderna e a permanência da produção familiar ____ 163

Aline Sá

Aula 8 – O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária _____ 189

Gláucio José Marafon

Referências _____ 201

Aula 1

Transformações no espaço rural

Marcelo Antonio Sotratti

Meta da aula

Apresentar alguns elementos que ilustrem as transformações presentes nos espaços rurais, de forma a permitir a compreensão sobre a complexidade e a diversidade que compõem a dinâmica de tais espaços.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a importância dos espaços rurais na evolução histórica do território;
2. definir o conceito de espaço rural e espaço agrário;
3. avaliar as principais transformações hoje observadas nos espaços rurais;
4. identificar a diversidade de usos presentes nos espaços rurais do município em que você vive ou em qualquer outro que visite ou onde trabalhe.

INTRODUÇÃO

Você já deve ter tido alguma experiência pessoal em um lugar situado em uma área rural. Pode ter sido uma experiência de viagem, quando, da janela do veículo, você observou a diversidade agrícola que existia nessa área. Você pode ter passado férias em uma fazenda ou sítio de um amigo ou parente, onde experimentou a vida no campo, mas também pode ter sido uma experiência real de trabalho, no plantio ou na colheita de algum produto agrícola de sua região.

Na verdade, observamos que o imaginário construído sobre as áreas rurais se difunde por meio de imagens representativas de paisagens bucólicas, com cenários repletos de elementos idealizados do campo, ou seja, cultivos agropecuários, propriedades rurais e contato próximo da natureza. Entretanto, ao analisar os efeitos socioespaciais que a globalização vem trazendo para a nossa sociedade, você perceberá que as transformações advindas desse processo também alcançaram as áreas rurais, rompendo com essa imagem construída e baseada somente na produção agropecuária.

Apresentar e analisar as transformações ocorridas nos espaços rurais contemporâneos é o objetivo desta aula e, assim, você compreenderá a riqueza e a complexidade que essa modalidade espacial apresenta hoje nos estudos geográficos.

O espaço rural como mito, sobrevivência e prosperidade

Ao analisarmos a história do homem, observamos que o espaço rural ocupou grande importância simbólica no cotidiano dos grupos humanos da Pré-história bem como das grandes civilizações. As pinturas rupestres espalhadas pelo mundo trazem exemplares representações do homem pré-histórico em situações de caça e pesca, indicando a evolução natural dos hábitos de extrativismo para práticas de criação de animais e agricultura.



Figura 1.1: Arte rupestre é um tipo de arte feita pelos homens pré-históricos nas paredes das cavernas. Como os homens dessa época não tinham um sistema de escrita desenvolvido, utilizavam os desenhos como forma de comunicação. Nesta imagem, localizada na Serra da Capivara – PI, observam-se caçadores cercando animais.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/gjofili/8204746953>

Na Grécia Antiga, devido a sua importância, a produção agrícola e os espaços rurais – representados pela terra – possuíam *status* de divindade. A deusa Ceres era a responsável pelo amadurecimento anual do grão de trigo e, ao final do verão, o povo lhe rendia graças pela fartura que o solo havia lhes proporcionado. Ela regia os ciclos da natureza e das estações do ano por meio das colheitas, indicando o tempo do preparo da terra, da sementeira e da colheita.



Figura 1.2: A deusa Ceres, representada com um feixe de trigo em uma das mãos e, na outra, com um chifre animal cheio de frutas e legumes.

Fonte: <http://www.commonswikipedia.org>

Você conhece um pouco a história da grande civilização egípcia da Antiguidade? O Egito Antigo associou o seu deus mais conhecido e venerado – Osíris – ao espaço rural e à agricultura.

Segundo a mitologia egípcia, Osíris governou a terra (o Egito), tendo ensinado aos seres humanos as técnicas necessárias à civilização, como a agricultura e a domesticação de animais. A prosperidade dessa civilização – normalmente associada à sua farta produção agrícola – foi simbolicamente demonstrada por meio dos inúmeros templos erguidos em homenagem a Osíris.



Figuras 1.3 e 1.4: À esquerda, imagem egípcia demonstrando a importância da agricultura para a economia dessa grande civilização. À direita, veneração do deus Osíris, divindade que encarna a terra egípcia e sua vegetação, destruída pelo sol e pela seca, mas sempre ressurgida pelas águas do Nilo.

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Egyptian_harvest.jpg; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Opening_of_the_mouth_ceremony.jpg

Essas representações simbólicas antigas reforçam a importância do espaço rural para a civilização humana. O espaço rural foi o primeiro espaço de transformação do homem, servindo como fonte de alimento e de inspiração criativa. Podemos perceber que, com o surgimento da inteligência e da racionalidade humanas, a natureza passa a ser explorada direta e sistematicamente com o extrativismo de plantas, animais e minerais.

Posteriormente, com o sedentarismo dos grupos humanos, o rearranjo territorial das áreas rurais já exploradas pelo extrativismo evidencia o aparecimento da agricultura e da pecuária. Nesse sentido, novos equipamentos e técnicas vão surgindo e ampliando o poder de produção material e cultural das áreas rurais.

Os ciclos econômicos de natureza agrícola também foram extremamente importantes para o desenvolvimento e expansão do território brasileiro e para a formação da diversidade étnico-cultural que caracteriza nossa nação. O ciclo do pau-brasil (século XVI) foi representado pela extração da madeira da conhecida árvore nativa pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Sua extração era realizada com o auxílio da mão de obra indígena, e sua aquisição feita na base da troca: os europeus forneciam objetos de pouco valor na Europa, mas que exerciam um grande fascínio sobre os nativos, em troca da madeira de grande valor comercial.

O ciclo da cana-de-açúcar (séculos XVII e XVIII) representou um dos momentos de maior desenvolvimento econômico do Brasil Colônia. Foi, durante muito tempo, a base da economia colonial. O senhor de engenho era proprietário da unidade de produção de açúcar. Utilizava a mão de obra escrava indígena e africana e tinha como objetivo principal a venda do açúcar para o mercado europeu. As plantações ocorriam no sistema de *plantation*, mesmo sistema empregado nos EUA, que consistia em grandes fazendas produtoras de um único produto agrícola (monocultura), utilizando mão de obra escrava e produção voltada ao comércio exterior. A

vinda dos africanos para o Brasil como mão de obra para o ciclo da cana representou um marco importante no processo de construção étnico-cultural que caracterizou a cultura brasileira.

O ciclo do ouro iniciou-se no final do século XVII com a descoberta desse metal precioso em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás e se estendeu até o final do século XVIII. Nesse período, a população brasileira passou de aproximadamente 300 mil para 3 milhões de pessoas. Esse fato ocorreu devido aos milhares de portugueses que migraram para o Brasil em busca de trabalho e enriquecimento. A mineração descentralizou o eixo social do Brasil Colônia em torno da capital Salvador, estimulando o crescimento das cidades mineiras e motivando a mudança da capital para o Rio de Janeiro (cidade mais próxima das regiões produtoras). O fortalecimento da vida urbana no Brasil, decorrente desse ciclo econômico, trouxe ainda grandes mudanças culturais e intelectuais na colônia, gerando uma grande produção literária, arquitetônica e artística. Grande parte de nosso patrimônio cultural existente hoje faz parte desse período.

O ciclo do café impulsionou a economia brasileira desde o início do século XX até a década de 1930. Concentrado inicialmente no Vale do Paraíba (entre Rio de Janeiro e São Paulo) e depois nas zonas férteis do interior de São Paulo e do Paraná, o grão foi o principal produto de exportação do país durante quase 100 anos. A interrupção do tráfico negreiro e a total abolição da escravidão em 1888 acarretou, nas últimas décadas do século XIX, a vinda de milhares de imigrantes europeus – italianos, portugueses, espanhóis, alemães, suíços, eslavos e asiáticos – que vieram trabalhar nas plantações de café, recebendo por produção ou como assalariados. O grande crescimento populacional desse período, decorrente do fluxo migratório de diversos países, foi extremamente importante para o processo cultural do país, estimulando a grande diversidade de expressões culturais, como música, dança, festa, artesanato, gastronomia, existentes até os dias atuais.



Atende ao objetivo 1

Ao analisarmos a importância da agricultura para as civilizações antigas, observamos que sua importância vai além da questão econômica. Que valores simbólicos e culturais associados à agricultura você identifica por meio dos exemplos apresentados nesse item?

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta comentada

As práticas agrícolas foram sempre representadas artisticamente pelas civilizações antigas por meio de pinturas rupestres, hieróglifos, pinturas e esculturas. Essas representações artísticas representavam expressões culturais inspiradas pela agricultura e estavam presentes no dia a dia das pessoas. Em algumas civilizações, como a grega e a egípcia, a agricultura possuía uma

importância religiosa. Vários deuses dessas civilizações eram responsáveis pela fertilidade da terra e pela proteção das lavouras. A divinificação da água, das chuvas, do sol e a fecundação da terra era praticada pelos povos indígenas da América do Sul e muita de sua produção cultural está associada a essa importância religiosa.

Da mesma forma, podemos afirmar que a formação da cultura brasileira também está associada às práticas agrícolas que impulsionaram o desenvolvimento do território brasileiro. A participação de diferentes etnias e povos nos diferentes ciclos econômicos que o Brasil passou deixaram marcas importantes nas expressões culturais que caracterizam nossa diversidade cultural. Nossa música, nossas festas, nossa gastronomia, nossa arquitetura e nossa arte são resultado de influências e fusões das diferentes culturas que fizeram nossa história social e econômica.

Espaço rural, espaço agrário: conceitos e diferenças

Como você já bem sabe, o espaço rural está associado ao campo, ou seja, o espaço onde não há cidades e urbanização. A cidade recebe alimentos e matérias-primas dos espaços rurais, transformando-os através da divisão de trabalho e das relações econômicas urbanas. Nas configurações territoriais atuais, o espaço rural abrange o espaço da totalidade dos municípios, à exceção de sua área urbana. Nesse momento, vale ressaltar o conceito de espaço agrário, ou seja, o espaço de transformação humana destinado às atividades do setor primário da economia: agricultura, pecuária e extrativismo (GARCÍA RAMÓN; TULLAS y PUJOL; VALDOVINOS PERDICES, 2000).



Setor primário: está relacionado à produção através da exploração de recursos da natureza. Podemos citar como exemplos de atividades econômicas do setor primário: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça. É o setor primário que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação.

Setor secundário: é o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas etc.). Como há conhecimentos tecnológicos agregados aos produtos do setor secundário, o lucro obtido na comercialização é significativo. Países com bom grau de desenvolvimento possuem uma significativa base econômica concentrada no setor secundário. A exportação desses produtos também gera riquezas para as indústrias desses países.

Setor terciário: é o setor econômico relacionado aos serviços. Os serviços são produtos não materiais que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Como atividades deste setor econômico, podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, etc. Este setor é marcante nos países de alto grau de desenvolvimento econômico. Quanto mais rica é uma região, maior é a presença de atividades do setor terciário. Com o processo de globalização, iniciado no século XX, o terciário foi o setor da economia que mais se desenvolveu no mundo.

Na Geografia, os espaços agrários sempre tiveram um grande destaque como campo de análise e de pesquisa, uma vez que demonstram os arranjos territoriais de práticas econômicas que combinam a tríade “terra, trabalho e capital”.

O geógrafo Orlando Valverde comenta que a geografia agrária vem realizando análises e pesquisas em três vertentes:

- a primeira vertente, de natureza estatística, busca a representação cartográfica da distribuição das áreas de produção agropecuária, tais como trigo, milho, feijão, carne, leite, lã etc., explicando essa espacialização;
- a vertente ecológica analisa as relações entre a paisagem agrícola e o meio físico: o relevo, o clima, o solo, a vegetação e os animais, explicando potencialidades e restrições produtivas de algumas regiões frente às características desses elementos;
- a terceira vertente, denominada fisionômica, estuda os chamados sistemas agrícolas, ou seja, a organização física, social e econômica dos grupos produtivos agrícolas, como a agricultura e a pecuária intensiva e extensiva (VALVERDE, 2006).



Figura 1.5: Pecuária intensiva de leite, envolvendo instalações específicas, insumos e técnicas voltadas a uma grande produtividade.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Melkkarussell.jpg>



Figura 1.6: Agricultura extensiva, utilizando o arado de tração animal.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Farmer_plowing_in_Fahrenwalde,_Mecklenburg-Vorpommern,_Germany.jpg



A *agricultura intensiva* caracteriza-se como um sistema agrícola marcado pela aplicação de técnicas e tecnologias. Fazem parte da agricultura e pecuária intensiva: a mecanização (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, implementos etc.) aliada ao uso de insumos, que são aplicados na preparação do solo, além de sementes selecionadas que são imunes a pragas e adequadas ao tipo de clima, herbicidas, inseticidas, entre outros. Para o desenvolvimento de todas as etapas, existe o acompanhamento de um técnico (um agrônomo ou um técnico agrícola). Esse sistema de produção agrícola é conhecido também como agricultura moderna ou comercial; seus produtos têm como destino grandes mercados econômicos.

A *agricultura extensiva* caracteriza-se pela utilização agrícola dos elementos dispostos na natureza sem a inserção de tecnologias; por isso, possui uma baixa produtividade. A produção depende unicamente da fertilidade natural do solo; por não usar insumos agrícolas, é necessário ocupar grandes áreas de cultivo. A agricultura extensiva é bastante difundida em diversos países da América Latina, África e Ásia. Esse sistema agrícola é marcado especialmente pela agricultura itinerante ou agricultura de subsistência.



O espaço agrário é o espaço de produção de bens primários – agricultura, pecuária e extrativismo – enquanto o espaço rural é mais amplo e corresponde a toda a área não urbana dos municípios.

Você pode perceber que esse destaque no campo da pesquisa dos espaços agrários reflete seu papel na dinâmica dos espaços rurais. Nos países em desenvolvimento, extensas áreas dos espaços rurais são destinadas às práticas agrícolas e extrativistas, objetivando rendimentos e produtividades que atendam aos mercados internos e externos.

A **Tabela 1.1**, elaborada e difundida pelo IBGE, por meio da Coordenação de Agropecuária, demonstra a importância quantitativa da produção agrícola no território em 2010. Essa tabela foi elaborada para demonstrar que 50.279.696 hectares (aproximadamente 6% do território nacional) são ocupados hoje por plantações de cereais, leguminosas e oleaginosas de grande importância no mercado interno e externo no Brasil.

Tabela 1.1: Distribuição da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas nas regiões brasileiras

Área e produção de cereais, leguminosas e oleaginosas <i>Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação</i> <i>Safrá 2012</i>				
Unidades da Federação	Área (ha)	% Partic.	Produção (t)	% Partic.
Brasil	50.279.696	100,0	157.458.242	100,0
Norte	1.691.243	3,4	4.299.856	2,7
Rondônia	421.869	0,8	993.822	0,6
Acre	83.785	0,2	137.845	0,1
Amazonas	23.548	0,0	47.908	0,0
Roraima	25.000	0,0	100.757	0,1
Pará	473.686	0,9	1.053.533	0,7
Amapá	12.450	0,0	11.230	0,0
Tocantins	650.905	1,3	1.954.761	1,2
Nordeste	8.421.357	16,7	16.654.249	10,6
Maranhão	1.499.172	3,0	3.314.135	2,1
Piauí	1.209.694	2,4	2.833.671	1,8
Ceará	1.393.693	2,8	1.435.804	0,9
Rio Grande do Norte	154.025	0,3	94.806	0,1
Paraíba	341.815	0,7	156.822	0,1
Pernambuco	535.195	1,1	269.969	0,2
Alagoas	115.710	0,2	82.537	0,1
Sergipe	216.082	0,4	838.565	0,5
Bahia	2.955.971	5,9	7.627.938	4,8
Sudeste	4.657.841	9,3	18.292.788	11,6
Minas Gerais	2.903.104	5,8	11.674.212	7,4
Espírito Santo	50.007	0,1	92.752	0,1
Rio de Janeiro	11.797	0,0	24.991	0,0
São Paulo	1.692.933	3,4	6.500.833	4,1
Sul	17.664.219	35,1	57.879.480	36,8
Paraná	8.865.197	17,6	30.179.253	19,2
Santa Catarina	1.342.433	2,7	6.674.138	4,2

Rio Grande do Sul	7.456.589	14,8	21.026.089	13,4
Centro-oeste	17.845.036	35,5	60.331.866	38,3
Mato Grosso do Sul	3.014.232	6,0	9.001.047	5,7
Mato Grosso	10.514.269	20,9	35.181.613	22,3
Goiás	4.199.545	8,4	15.605.330	9,9
Distrito Federal	116.990	0,2	543.976	0,3

Fonte: Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias – GCEA/IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Fevereiro/2012. Produtos investigados: algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

O Censo Agropecuário de 2006, também elaborado pelo IBGE (**Figura 1.7**), demonstra que 36,75% do território nacional era ocupado por estabelecimentos destinado à produção agropecuária.

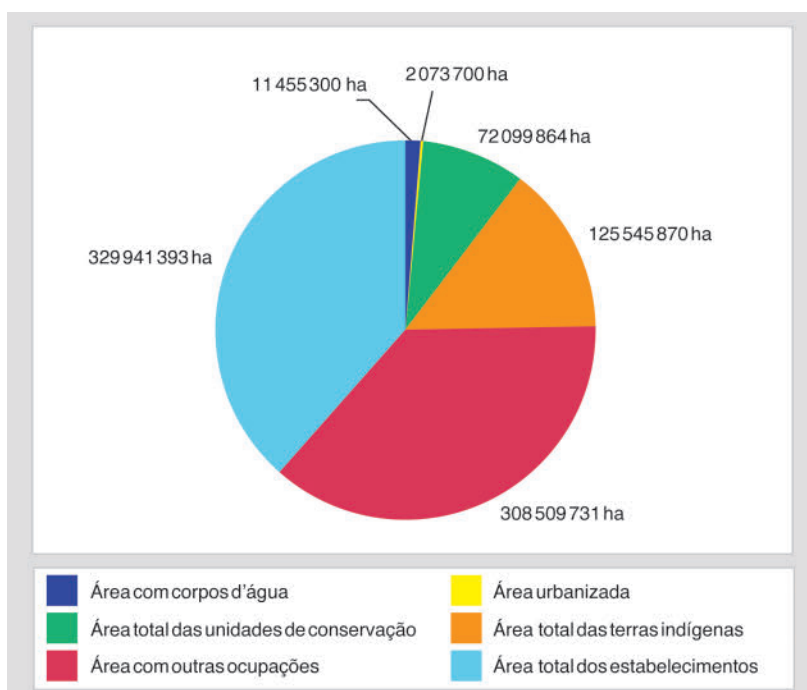


Figura 1.7: Distribuição das ocupações no território brasileiro.

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1.

No entanto, os resultados apresentados pelos órgãos estatísticos nacionais e internacionais ligados à produção agrária, independentemente de sua importância econômica e geográfica, devem ser relativizados e questionados, se analisarmos as transformações socioespaciais hoje observadas globalmente.

Tais mudanças expõem claramente a crise do confronto conceitual entre o campo e a cidade e a compreensão da totalidade e complexidade do espaço rural em detrimento do espaço agrário. Tais mudanças evidenciam atividades diversas presentes nos espaços rurais que, em alguns casos, apresentam importância econômica superior à produção agrária. Um exemplo disso é o aumento das atividades turísticas em áreas rurais e em antigas áreas de produção agrícola, que hoje sobrevivem da atividade turística.

A valorização da proteção ambiental por meio do ecoturismo e de novas formas de habitar também são exemplos que inserem as áreas naturais (que fazem parte das áreas rurais) na dinâmica econômica das localidades.

Mas vamos analisar mais detalhadamente as principais transformações ora observadas nos espaços rurais.



Atende ao objetivo 2

É importante que você fixe os conceitos de espaço rural e espaço agrário. Para isso, indique se as afirmações a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- a) Os espaços rurais se referem unicamente às áreas de produção agrícola ou pecuária. ()
- b) Os espaços agrários em países em desenvolvimento são amplos e objetivam rendimentos e produtividade que atendam aos mercados internos e externos. ()

c) As atividades não rurais, como o turismo, devem ser desconsideradas na dinâmica das áreas rurais da atualidade. ()

Resposta comentada

a) A afirmação é falsa. Como discutimos, os espaços rurais são amplos e estão associados a todos os espaços não urbanos, não necessariamente agrícolas. Portanto, áreas naturais ou turísticas estão presentes nas áreas rurais. Nos territórios municipais, todas as áreas do município que não são consideradas urbanas são áreas rurais.

b) A afirmação é verdadeira. Os espaços agrários são aqueles onde efetivamente se praticam agricultura, pecuária ou extrativismo e são extremamente explorados nos países em desenvolvimento – tanto na dimensão territorial quanto na utilização de insumos e de tecnologia – para gerar grandes lucros a seus proprietários.

c) A afirmação é falsa, pois, em muitos municípios e regiões, a atividade turística gera mais recursos e empregos do que as atividades agrárias. Portanto, não devemos desconsiderar a importância das atividades não rurais na dinâmica socioeconômica dos espaços rurais.

Espaço rural: velhos mitos e novas realidades

Podemos perceber que os avanços tecnológicos e as mudanças comportamentais de consumo advindos do processo de globalização vêm alterando rapidamente o cotidiano das pessoas. Essa realidade vem atingindo os espaços rurais e agrários mundiais, rompendo antigos mitos e demonstrando novas realidades. O professor José Graziano da Silva nos expõe algumas delas, que consideramos importante você conhecer e analisar.

Uma primeira transformação a ser considerada é o antagonismo entre a produção agrícola intensiva e altamente tecnológica e a produção agrícola familiar. Nesse sentido, o espaço rural torna-se, de um lado, fortemente marcado pela aplicação de

novas tecnologias e investimentos que levem a altos índices de produção agrícola. O agronegócio e a agroindústria, por exigirem grande capital e infraestrutura e logística, alteram a lógica de urbanização em diferentes regiões e acarretam grandes impactos ambientais devido à grande quantidade de insumos exigidos no seu processo produtivo.



Figuras 1.8 e 1.9: À esquerda, novas tecnologias de irrigação permitem alta produtividade em regiões que possuem limitações climáticas. À direita, a figura ilustra o processo de beneficiamento de uma avícola no Sul do Brasil. A agroindústria vem alterando as formas de produção e de trabalho em diversas regiões do mundo, estreitando as relações entre cidade e campo.

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Corn_Field_Irrigation_Superior_Township_Michigan.JPG; <http://www.flickr.com/photos/agriculturasp/5811710792/>

O espaço rural de produção familiar é marcado, por sua vez, por práticas tradicionais de agricultura e pela valorização dos bens materiais e imateriais da cultura a elas associadas. Os bens culturais materiais são compostos, por exemplo, por edifícios, engenhos, moinhos, campos de secagem, ou seja, elementos espaciais que possuem alto valor simbólico no processo identitário desses grupos. Da mesma forma, os bens imateriais são constituídos por festas populares, danças, artesanatos, gastronomia tradicional e rituais ligados aos processos de produção agrícola, fortalecendo a relação desses grupos sociais com o espaço agrícola por eles trabalhados. Essas práticas constituem uma produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio, cujo objetivo é construir

novas bases agroecológicas e sustentáveis que incentivem o fluxo de pessoas oriundas da cidade, sejam turistas ou residentes, em busca de tranquilidade e qualidade de vida (**Figura 1.10**).



Figura 1.10: Turistas visitando plantação de uvas em pequena propriedade rural de produção familiar. Em tais propriedades, a atividade turística pode representar uma renda complementar essencial à sobrevivência econômica da propriedade.

Fonte: <http://www.silcol.com.br>

Dentro dessa lógica, outra transformação importante no espaço rural a ser analisada é o aparecimento de espaços rurais modernos e cada vez mais próximos à realidade do consumo das elites das grandes cidades (**Figura 1.11**).



Figura 1.11: Propriedade rural familiar localizada em Teresópolis (RJ), que conjuga produção de laticínios de cabra à alta gastronomia.

Fonte: http://turismo.ig.com.br/destinos_nacionais/2011/02/24/

Essa realidade derruba o mito da ideia de um espaço rural atrasado e caracterizado pelo cultivo agrícola familiar tradicional. É o caso do crescimento de pequenas propriedades agrícolas especializadas em produtos agrícolas sofisticados e dependentes de alta tecnologia, como criação de *scargots*, laticínios diferenciados, agricultura orgânica e criação de animais exóticos, entre outros. Muitas vezes, tais propriedades oferecem serviços de gastronomia, visitação e venda direta ao seu público consumidor, exigindo uma transformação geral no processo produtivo e de comercialização.

Você pode observar que cada vez mais as atividades não agrícolas estão tomando espaço na dinâmica dos espaços rurais. Os exemplos anteriores demonstram ainda uma integração da produção agrícola com atividades urbanas voltadas ao consumo e ao lazer, mas é notório o crescimento de atividades totalmente ligadas ao urbano nos espaços rurais. Essa realidade pode ser exemplificada pela presença de condomínios residenciais planejados no espaço rural.

Apropriando-se da paisagem rural idealizada como elemento de atratividade de vendas, tais condomínios exibem todas as comodidades do espaço urbano, como segurança, infraestrutura,

internet, mercados e serviços de entretenimento. Os residentes não possuem, na extensa maioria das vezes, nenhuma relação com o espaço rural ou com algum tipo de produção agrícola. São empresários, executivos, profissionais liberais e aposentados que buscam o cenário de campo como fonte de qualidade de vida.

Outro exemplo da notória presença de atividades não agrícolas na dinâmica dos espaços rurais contemporâneos é o turismo. Cada vez mais presente no espaço rural sob a forma de hotéis-fazendas, spas e fazendas históricas, esses espaços se utilizam da paisagem bucólica, ou mesmo de antigas estruturas voltadas à produção agrícola, para desenvolverem atividades de lazer e entretenimento. Nesses casos, a atividade agrícola não existe mais, e a paisagem rural assume importante papel na atratividade turística; todos os serviços e comodidades encontrados na cidade estão presentes nesses locais, bem como mão de obra qualificada para atender ao exigente público que os frequentam.



Figura 1.12: Exemplo de residência em condomínios rurais. Observe que tanto a arquitetura quanto os espaços de lazer são característicos da cidade. No entanto, a paisagem rural que a cerca valoriza-a e a diferencia da vida urbana.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki>.



Figura 1.13: *Oak Alley Plantation*. Fazenda histórica no estado americano da Luisiana. Antigas fazendas de várias partes do mundo são hoje utilizadas como residências ou, principalmente, como hotéis e áreas de visita turística.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oak_Alley_Plantation.JPG

Nesse sentido, outro grande mito acerca dos espaços rurais é derrubado: aquele que afirma que as populações rurais estão se esvaziando. Segundo Silva (2001, p. 40),

As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda sociedade: o emprego de natureza agrícola define-se em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. Esse novo cenário é explicado em parte pelo incremento do emprego não agrícola no campo.

Infelizmente, a afirmação do professor deve ser explicada também por outra realidade ora presente nos espaços rurais: o aumento das áreas de exclusão social. Em face do aumento dos preços de moradia e dos lotes na área urbana, devido à lógica da especulação imobiliária, muitos trabalhadores urbanos vêm buscando nas áreas rurais seu espaço de moradia por meio de favelas não adensadas ou loteamentos clandestinos.

Os assentamentos dos movimentos sociais em busca ao direito à terra também se espalham pelo espaço rural de diversos países subdesenvolvidos, demonstrando as contradições econômicas e sociais presentes em suas políticas de desenvolvimento agrário. Deve ser salientado que tais assentamentos são, muitas vezes, organizados e patrocinados por organizações políticas ou não governamentais de diferentes naturezas e objetivos, sendo comum observarmos sua transformação socioespacial e sua consolidação como espaços já em processo de urbanização.



Figura 1.14: Residências construídas em loteamentos clandestinos presentes em área rural no interior do estado do Piauí.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Favela_em_Teresina,_Piau%C3%AD,_Brasil.jpg

Por fim, vale salientarmos a importância das áreas naturais presentes no espaço rural. Além da importância ambiental que tais áreas representam e das inúmeras ferramentas de conservação e preservação que nos orientam sobre como se apropriar de tais áreas sem degradá-las, cabe aqui analisarmos uma notória transformação simbólica e pragmática das áreas naturais na dinâmica dos espaços rurais: a agroecologia e os sistemas agroflorestais. Tais práticas visam a promover o manejo adequado da agricultura, levando-se em conta o equilíbrio ambiental e social, permitindo que grupos familiares possam obter renda por meio de uma produção agrícola sustentável e aliada à conservação das áreas naturais. Você terá aulas específicas que abordarão esse assunto.

O que vale ressaltar aqui é a importância que as áreas naturais adquirem como espaços produtivos do ponto de vista agrícola e, sobretudo, como possibilidade de desenvolvimento social de comunidades familiares tradicionais. Essa realidade atual rompe o velho mito de que as áreas naturais se constituíam como empecilho ao avanço da agricultura e ao desenvolvimento das populações rurais.



Agroecologia: a abordagem agroecológica propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Na base dessa mudança, está a ideia de se produzir de acordo com as dinâmicas que regem os ecossistemas: uma produção com – e não contra – a natureza. Propõe, portanto, novas formas de apropriação dos recursos naturais que devem se materializar em estratégias e tecnologias condizentes com a filosofia-base (GUTERRES, 2006).

Sistemas agroflorestais: consistem na conjugação de cultivos agrícolas em áreas florestadas, naturais ou não. A agrofloresta recupera antigas técnicas de povos tradicionais de várias partes do mundo, unindo a elas o conhecimento científico acumulado sobre as espécies agrícolas e sua interação com a fauna e flora nativas.



Figura 1.16: Sistema agroecológico conjugando várias culturas e práticas orgânicas e ambientalmente corretas.

Fonte: <http://passapalavra.info/?p=53470>



Figura 1.17: Exemplo de um sistema agroflorestal de hortaliças em meio a clareiras de floresta tropical.

Fonte: http://www.cpac.embrapa.br/noticias/noticia_completa/63/



Atende ao objetivo 3

Comente a afirmação a seguir, concordando ou discordando dos argumentos apresentados:

Observamos atualmente diferenças marcantes em relação às propriedades existentes nos espaços rurais. De um lado, constatamos propriedades agrícolas modernas e associadas ao agronegócio e, de outro lado, pequenas propriedades familiares que ainda se utilizam de técnicas primitivas para sua produção. Muitas vezes, essas famílias têm de incorporar novas atividades, como o turismo rural, à dinâmica de sua propriedade, devido às dificuldades financeiras e à grande concorrência que as circundam.

Resposta comentada

A afirmação é verdadeira. As inovações tecnológicas, a industrialização da agricultura e a exclusão social vêm apresentando cenários bastante alarmantes em relação ao futuro dos espaços rurais. O êxodo rural constante vem provocando um esvaziamento significativo de populações em tais áreas, e os proprietários que permanecem se sentem obrigados a inovar em seus produtos. É importante considerar o papel das grandes propriedades rurais – modernas, mecanizadas e ligadas à agroindústria – ,que cada vez mais dominam o processo de reconfiguração territorial dos espaços rurais.

CONCLUSÃO

Por uma nova compreensão sobre a complexidade dos espaços rurais

A contribuição do professor Gláucio Marafon sobre a dinâmica dos espaços rurais contemporâneos nos aponta para uma compreensão mais abrangente e complexa sobre os espaços rurais. Nesse sentido, a análise das atuais transformações no campo brasileiro torna-se fundamental, pois, este espaço, além de desempenhar as funções tradicionais, como fornecer mão de obra e matérias-primas para a produção industrial e de consumo urbanos, abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção agroindustrial e os serviços associados às atividades de turismo, que valorizam paisagens bucólicas idealizadas ou propriedades rurais em desuso.

Há também que se destacar o contínuo processo de migração rural-urbano, pois as pessoas buscam sua inserção no mercado de trabalho e uma melhor qualidade de vida, embora seja evidente o aparecimento de novos postos de trabalho no campo por meio das atividades não agrícolas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, cozinheiros etc.

Segundo Marafon (2010), existem inúmeros estudos que abordam os indicadores de industrialização da agricultura, a expansão no território brasileiro da produção, a importância econômica etc., além das consequências que ficaram devido a esse processo: uma, a ambiental, como a degradação dos solos, poluição etc., e outra, de cunho social, que constata a concentração fundiária, a expulsão dos agricultores do campo, êxodo rural, urbanização, migrações, os movimentos sociais no campo etc. Segundo o professor, no entanto, estes estudos revelam uma visão *setorial* de um processo que apenas privilegiou a transformação da base técnica da agricultura.

Na atualidade, com a (re)valorização da natureza e com o retorno de pessoas para as áreas rurais, esses territórios passaram a ser alvo de atenção e a merecer uma visão, não mais setorial, mas *territorial*. Ou seja, busca-se uma forma de promover o desenvolvimento sob uma ótica do território, para romper com a visão setorial dominante até então e com um perfil mais adequado ao período pós-fordista. Reafirma-se a revalorização de temas associados à produção familiar, à conservação do ambiente, às estratégias de sobrevivência dos produtores rurais com pluriatividades, à busca pelas múltiplas funções do espaço rural e à proliferação de atividades não agrícolas (MARAFON, 2010, p. 9-10).

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressões fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização, temos novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade.

A presença de uma enorme diversidade de atividades decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam suas estratégias de sobrevivência. Há também muitos sujeitos sociais, como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra e a sua luta pelo acesso à terra. Tais sujeitos materializam, no espaço rural e com o seu trabalho, uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que tornam esse espaço bastante complexo.

Soma-se a essa complexidade de situações a presença de pessoas oriundas da cidade, que, muitas vezes, desempenham atividades que não são propriamente agrícolas. Tal fato decorre do desenvolvimento tecnológico que proporcionou melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. O espaço rural torna-se mais complexo, pois, além das atividades agrícolas, passa a sediar inúmeras outras atividades não agrícolas. Em outras bases, as novas relações campo/cidade alteram

a vida e o trabalho, influenciando, por sua vez, a atuação dos movimentos sociais do campo que lutam pelo acesso à terra no país.

A complexidade do espaço rural é decorrente das profundas transformações ocorridas recentemente, e elas são responsáveis pela subordinação desse espaço aos interesses da cidade. Busca-se, então, compreender essas relações e como os movimentos sociais presentes no campo estabelecem estratégias nas suas relações com o Estado, para que um maior número de trabalhadores rurais passe à condição de produtores rurais.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4

Esta atividade tem como objetivo fazer com que você observe e analise a estrutura e a dinâmica do espaço rural do município em que você vive ou em outro município que você escolher.

Ao escolher um município, pesquise na internet as atividades econômicas, sociais e culturais associadas ao seu espaço rural. As fontes básicas para estas informações podem ser:

- a) site da prefeitura associada ao município escolhido;
- b) site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/>;
- c) site do IBGE Cidades: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow>;
- d) site da Embrapa: <http://www.embrapa.br/>.

Procure analisar a diversidade de atividades (agrárias ou não agrárias) que compõem o espaço rural do município, a importância dessas atividades para o seu desenvolvimento, a modernização dessas propriedades com infraestrutura urbana, a presença de indústrias ligadas à produção agrícola, a presença de condomínios residenciais e a existência do turismo em tais áreas. Após o levantamento dessas informações e de sua análise, elabore uma síntese conclusiva sobre as características principais da área rural do município que você escolheu.

O importante desta atividade não é o volume de informações levantadas e analisadas, mas a percepção da complexidade dos espaços rurais atuais. A diversidade de usos e a modernização das áreas rurais são exemplos notáveis das transformações ora observadas em todo o mundo. Não devemos nos limitar a considerar somente os espaços agrários como protagonistas das dinâmicas dessas áreas. É importante que você conheça as transformações nos espaços rurais que vêm ocorrendo em seu município, identificando as atividades econômicas e socioculturais presentes, sua estrutura, sua dinâmica e sua importância para o desenvolvimento local. Como exemplo, podemos destacar o caso do município de Teresópolis, localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro. O município apresenta uma expressiva produção agrícola no estado devido à sua importante produção de hortifrutigranjeiros. A atividade turística também é tradicional no município, pela presença do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, pelas belas paisagens e pelo clima ameno presente durante o ano todo.

Assim, o espaço rural de Teresópolis é composto de diversas atividades. As áreas de produção agrícola são entremeadas por condomínios de veraneio e de residentes. Também observam-se, ao longo da estrada que une os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, diversas propriedades com fins turísticos, como hotéis, pousadas e restaurantes. As áreas naturais presentes nos espaços rurais também são consideradas importantes para o município, com a presença de parques naturais voltados à pesquisa científica e ao ecoturismo.

Embora a área urbana seja extremamente importante na dinâmica econômica de Teresópolis, a área rural vem representando um potencial estratégico no desenvolvimento local, devido à sua potencialidade de conjugar diferentes atividades de naturezas diversas.

RESUMO

O conceito de espaço rural se traduz como uma tipologia espacial ampla, complexa e sublinhada nas configurações territoriais contemporâneas como o *não urbano*. Devemos compreender que o espaço agrário – espaço de produção agropecuária e extrativista – encontra-se completamente inserido nos espaços rurais e caracteriza-se como um espaço produtivo capitalista e sujeito às pressões e demandas do mercado. As transformações ora percebidas no espaço rural apontam para a invasão subjetiva do urbano e de atividades não rurais, como o turismo, além do abismo sociocultural que marca as propriedades rurais produtivas modernas e dotadas de tecnologias e as pequenas propriedades familiares de subsistência.

Aula 2

Os processos de modernização e industrialização da agricultura

Philipp Lessa Andrade

Meta da aula

Apresentar as transformações ocorridas na produção agropecuária a partir do desenvolvimento capitalista no campo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os diferentes modelos de produção agrícola;
2. identificar a relação agricultura/indústria e a atual dependência desses setores
3. relacionar transformações sociais e ambientais provenientes da modernização agrícola e para onde apontam tais modificações.

INTRODUÇÃO

Você já parou para pensar na origem dos alimentos que chegam à nossa mesa? Onde foram cultivados? Qual o número de pessoas envolvidas e a forma de trabalho utilizada?

Em um passado muito distante, cada indivíduo era responsável por prover seu próprio alimento. Quem quisesse comer teria que caçar, pescar ou coletar.

Hoje, de certa forma, ainda continua assim, mas para a maioria da população brasileira e também mundial, cada vez mais urbana, os alimentos já se encontram disponíveis no supermercado. Parece impressionante, mas muitas vezes não nos damos conta de que, normalmente, o homem urbano não produz alimento. Assim, em um mundo cada vez mais urbano, um grupo cada vez menor de trabalhadores rurais tem que produzir alimentos para outro grupo cada vez maior, o dos homens da cidade.



Figura 2.1

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rice_and_beans,_Hotel_in_Itatiaia.jpeg

O desenvolvimento capitalista no campo e a modernização da agricultura

Mais adiante, abordaremos de forma mais aprofundada a relação entre o desenvolvimento capitalista e a agricultura. Mas para compreender os processos de modernização ocorridos no espaço agrário, é importante introduzir este debate.

Com as grandes navegações, ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, consolida-se no mundo o sistema capitalista. Nas sociedades capitalistas, o objetivo dos donos dos meios de produção, isto é, dos donos das fábricas, dos grandes proprietários rurais, dos banqueiros, entre outros, consistia na busca constante por maiores lucros.

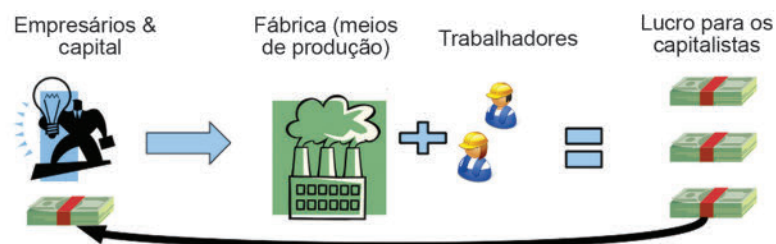


Figura 2.2: Ilustração básica do processo capitalista.

Fonte: Adaptado de http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Graphic_depiction_of_capitalism.png.

Até o século XVIII, a agricultura era uma atividade rudimentar de baixa produtividade. Tinha como objetivo principal atender às necessidades básicas do agricultor e de sua família. A partir da consolidação do sistema capitalista e da Revolução Industrial, iniciou-se o processo de modernização da agricultura do ponto de vista técnico, científico e do volume da produção, observado até os dias atuais.

As bases técnicas e econômicas da atividade agropecuária foram alteradas, pois apresentavam-se incompatíveis com as novas formas de produção, que visavam à obtenção de lucro prioritariamente. Você deve compreender que esse é o momento em

que o ser humano passa a controlar o ciclo da natureza, mudando a composição técnica e orgânica das áreas rurais, graças às inovações tecnológicas. Tal controle dos seres humanos sobre a natureza, por meio do desenvolvimento tecnológico, aumentou a produtividade agrícola e, conseqüentemente, os lucros dos donos dos meios de produção.



Figura 2.3: Embora o desenvolvimento tecnológico tenha trazido grandes avanços à agricultura e aumento à produtividade agrícola, seu objetivo central ainda é o lucro para os empresários e proprietários rurais.

O capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois essa é a sua lógica: a reprodução crescente e ampliada. A tendência do capital é tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, seja no campo ou na cidade, seja na agricultura ou na indústria.

No livro *A questão agrária*, Kautsky (1980) analisa o início do processo de apropriação do capital sobre a agricultura através da união do setor agrícola com a indústria:

O camponês deixa de ser, pois, o senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências deve orientar-se [...]. Frequentemente, também cai sob a dependência técnica da

exploração industrial [...]. Como nos demais setores da sociedade capitalista, a indústria acaba por vencer a agricultura [...]. A indústria constitui a mola não apenas de sua evolução, mas ainda da evolução agrícola. Vimos que foi a manufatura urbana que dissociou, no campo, a indústria e a agricultura, que fez do rural um lavrador puro, um produtor dependente dos caprichos do mercado, que criou a possibilidade de sua proletarização [...]. Foram criadas assim as condições técnicas e científicas da agricultura racional e moderna, a qual surgiu com o emprego de máquinas e deu-lhe, pois, superioridade da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa (KAUTSKY, 1980 apud MARAFON, 1998).



Foi no contexto de desenvolvimento do capitalismo no campo e por meio da tecnificação agrícola que ocorreu a industrialização da agricultura.



Atende aos objetivos 1 e 2

Faça uma pesquisa na internet sobre as principais máquinas e insumos utilizados na agropecuária. Explique a influência do desenvolvimento da atividade industrial na atividade agrícola mundial, destacando o papel da tecnologia.

Resposta comentada

Você encontrará uma diversidade de máquinas empregadas em todo o processo da produção agrícola, desde o preparo do solo até a colheita. A atividade agrícola vem sofrendo muitas transformações decorrentes do desenvolvimento fabril; entre elas, a produção de matérias-primas para a indústria. Além disso, o campo tornou-se um importante consumidor de produtos industrializados, inclusive dos mais desenvolvidos tecnologicamente, resultando na elevação da produtividade. É importante que você perceba a relação estreita entre a indústria e a agricultura estabelecida pelo desenvolvimento capitalista, e que visa certamente ao lucro dos detentores desses setores.

A Revolução Verde

A partir da década de 1950, os países capitalistas desenvolvidos intensificaram o processo de industrialização da agricultura nos países subdesenvolvidos. Isso se deu como parte de uma estratégia da intensificação e difusão do sistema capitalista em esfera mundial. Esse processo, que atendia aos interesses das grandes empresas multinacionais, teve por objetivo aumentar a produção agrícola nos países periféricos por meio da utilização de máquinas, tratores, fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros. Tal fato ficou conhecido como Revolução Verde e trazia em sua ideologia a solução para o problema da fome no mundo. No entanto, na prática, essa revolução se mostrou como uma forma de obtenção de lucro por parte dessas

empresas no campo. A produtividade agropecuária cresceu, porém o número de pessoas sem acesso à alimentação também aumentou.

Devemos compreender que, embora a Revolução Verde tenha conseguido aumentar consideravelmente a produção agrícola mundial, ela não eliminou o problema da fome. Os produtos oriundos dos países subdesenvolvidos têm-se destinado, em grande parte, ao abastecimento do mercado consumidor dos países ricos industrializados. E, assim, a população pobre residente em tais países não tem acesso aos alimentos produzidos por esta tecnologia produtiva.

Josué de Castro, em seu livro *Geografia da fome*, publicado em 1946, foi um dos primeiros autores a apontar o problema da fome no mundo como sendo um problema social, e não de insuficiência na produção alimentar. Esse autor afirma que a fome é a expressão biológica de males sociológicos, ou seja, um malefício provocado pelos homens contra outros homens. Veja as figuras a seguir e reflita sobre essa questão.



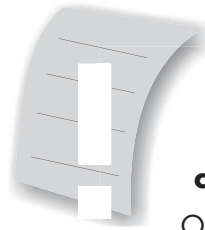
Figuras 2.4: As imagens em oposição demonstram os abismos sociais existentes até hoje no mundo. De um lado, a miséria e a fome dos países pobres, e, de outro, a obesidade infantil e o intenso consumo de fast-food nos países ricos.

Fontes: <http://www.flickr.com/photos/faugusto/73577339/>; <http://www.flickr.com/photos/robadob/88894048/>.



Figura 2.5: Mapa da Fome no Mundo, 2012.

Fonte: <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp252406.pdf>



A produção de alimentos é suficiente, mas eles são mal distribuídos, diz especialista do Itamaraty

O problema da fome no mundo não se deve à produção de alimentos, mas à falta de acesso a eles.

A afirmação foi feita pelo coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Milton Rondó Filho. Ele participou de audiência pública que discutiu, nesta terça-feira (22), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), as ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria.

Na avaliação de Rondó Filho, a quantidade de alimentos produzidos em todo o mundo é suficiente para alimentar os seis bilhões de seres humanos do planeta. No entanto, destacou, cerca de um bilhão de pessoas passa fome por não ter acesso aos alimentos produzidos.

Para ler a matéria na íntegra, acesse o *link* a seguir: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/03/22/producao-de-alimentos-e-suficiente-mas-eles-sao-mal-distribuidos-diz-especialista-do-itamaraty>

A Revolução Verde provocou profundas transformações no espaço agrário dos países subdesenvolvidos, alterando as práticas agrícolas e a estrutura fundiária existentes até os dias atuais. Além disso, o uso de agrotóxicos e de máquinas agrícolas não adaptadas aos tipos de solos tropicais, assim como a substituição de ecossistemas importantes por áreas de monocultura e de pastagem, ocasionaram graves impactos ambientais.



Atende ao objetivo 2

Em relação ao conceito e aos objetivos da Revolução Verde, assinale a alternativa correta:

- a) () A Revolução Verde consistiu numa manifestação e reivindicação coletiva dos trabalhadores rurais, exigindo apoio governamental e recursos para a compra de maquinários agrícolas de uso comunitário.
- b) () A dita Revolução Verde foi uma ação decorrente dos movimentos ambientalistas que objetivava a recuperação dos mananciais degradados pela indústria.
- c) () Com o objetivo de aumentar a produção agrícola e solucionar o problema da fome no mundo, a Revolução Verde foi, na prática, uma forma de obtenção de lucro no campo por parte dessas empresas de tecnologia agrícola e insumos e dos proprietários das terras cultivadas.
- d) () A Revolução Verde foi uma ação global liderada pelos países desenvolvidos que, objetivando combater a fome e a miséria no mundo, investiram na modernização agrícola de países subdesenvolvidos e os incluíram na lista dos grandes países produtores e socialmente equilibrados.

Resposta comentada

A alternativa correta é a c. Embora os objetivos da Revolução Verde sejam dignos de admiração, na prática, esse movimento pode ser compreendido como uma estratégia de expansão e domínio do capitalismo nos países subdesenvolvidos. Como explicado na aula, com a Revolução Verde, a produtividade agropecuária cresceu nos países subdesenvolvidos, mas o número de pessoas sem acesso à alimentação aumentou. O lucro dessa produtividade ficou nas mãos dos empresários e proprietários rurais envolvidos nesse processo.

A formação dos complexos agroindustriais e a modernização da agricultura no Brasil

O termo “complexo Agroindustrial” tem sido utilizado para denominar a união entre os setores agrícola e industrial que vêm ocorrendo na agricultura brasileira nas últimas décadas. Tal articulação entre agricultura e indústria se insere na perspectiva da absorção de inovações tecnológicas na agricultura. Nesse contexto, o setor agrícola estaria inserido em complexos industriais.

Assim sendo, teríamos a seguinte articulação entre as indústrias e o setor agrícola: *a indústria*, como núcleo central (fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura), *a agricultura* e *a agroindústria* periféricas, mas integradas ao núcleo central (processadoras da matéria-prima agrícola). Nesse processo, considera-se que a agricultura teria perdido o seu antigo caráter autônomo e também a capacidade de decisão dos grupos sociais rurais envolvidos nesse processo.

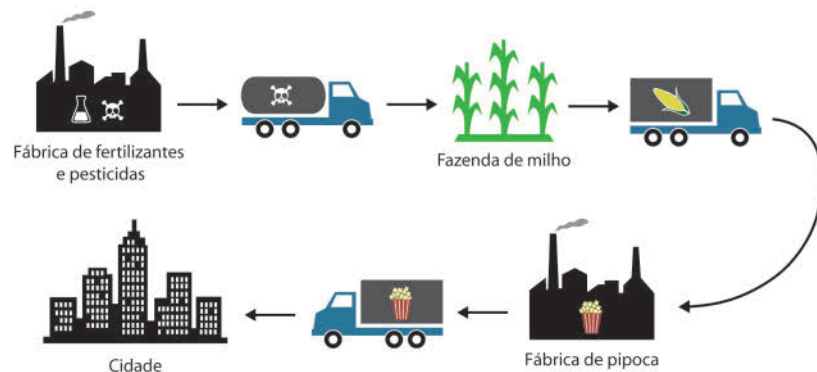


Figura 2.6: Esquema da dinâmica dos complexos agroindustriais.

O professor Marafon (1998) pontua que as transformações ocorridas no setor agrícola brasileiro e no processo de tecnificação da base produtiva tiveram início na década de 1950, com a importação dos meios de produção, especialmente das máquinas agrícolas. No entanto, apenas a partir da década de 1960 foram implantadas no Brasil as primeiras indústrias destinadas à atividade agropecuária:

Somente a partir do final da década de sessenta foi implantado no Brasil um setor industrial produtor de bens de produção voltado para a agricultura. Paralelamente à implantação desse setor ocorreu a modernização e o desenvolvimento, em escala nacional, de um mercado para os produtos industriais do sistema agroindustrial. Esse processo ficou conhecido como “modernização da agricultura” e nele ocorreram modificações significativas na forma de se produzir. Estas transformações, sobretudo as ligadas à tecnificação, estão inseridas em um movimento de mudanças significativas em nível econômico, social e territorial (MARAFON, 1998, p. 7).

Nos países ricos, a tecnologia agropecuária utilizada foi transferida para os países pobres. Entretanto, nem sempre essa tecnologia era a mais indicada às condições socioeconômicas dos agricultores. No intuito de obterem maior produtividade e conseguirem inserir-se na lógica do sistema capitalista, diversos agricultores endividaram-se com a aquisição desses produtos tecnológicos.

A modernização agrícola acabou aumentando as desigualdades entre os agricultores ricos e pobres. Os ricos tiveram mais condições de expandirem suas produções, e os pobres continuaram a usar as técnicas tradicionais. A contradição social e econômica no campo persistiu, como você pode observar na figura a seguir.



Figura 2.7: Contradição social, econômica e tecnológica no campo, observada com a modernização das relações de produção na agricultura. De um lado, propriedades ricas, com grande produtividade e tecnologia e, de outro, pequenas propriedades familiares, pobres, com práticas rudimentares e de subsistência.

Fontes: <http://www.public-domain-image.com/full-image/transportation-vehicles-public-domain-images-pictures/tractor-public-domain-images-pictures/farmer-and-tractor-tilling-soil.jpg-public-domain-photo.html>; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Farmer_plowing_in_Fahrenwalde,_Mecklenburg-Vorpommern,_Germany.jpg.

De acordo com Graziano Neto (1986), a modernização da agricultura não se caracterizou simplesmente pela utilização tecnológica na produção:

Modernização, porém, significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele processo técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do “boia-fria” e do trabalhador volante; a forma de pagamento é cada vez mais a assalariada; e os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais (1986, p. 26).

Através dessa transformação da agricultura, os agricultores de subsistência vão sendo substituídos por empresas rurais, capitalistas, para as quais as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionantes fundamentais do processo de produção.

Em vista disso, os agricultores rurais mais descapitalizados foram, em muitos casos, perdendo suas terras para as grandes empresas que se inseriram no campo. Outros foram excluídos do processo de modernização da agricultura, por não terem capital suficiente para se adequarem às novas tecnologias do “pacote” tecnológico da Revolução Verde.

No Brasil, a modernização da agricultura teve efeitos sociais extremamente perversos, ampliando as desigualdades e os problemas sociais sempre presentes em nossa história. Podemos dizer que ocorreu no Brasil uma modernização conservadora, ou seja, houve uma modernização de base técnica, mas mantiveram-se relações sociais bastante injustas, preservando as relações políticas, econômicas e sociais que atendiam aos interesses das classes dominantes.

Como principal consequência social de tal processo de modernização, constata-se a diminuição dos empregos agrícolas no campo, a exclusão de grande parte dos pequenos produtores locais do modo de produção capitalista (pois a maioria desses não teve condições financeiras de se adequar a essa nova lógica de produção), o êxodo rural, a acentuação da concentração fundiária e, como nos ressaltava Ruy (2006), o incremento de manifestações urbanas nas áreas rurais:

Como evidência disso, atualmente, como, aliás, no início do processo de industrialização, a indústria, muitas vezes, “ruraliza-se”. Hoje em dia, os serviços se estendem ao campo reforçando aquilo que chamaremos de “urbanidades no rural” aceleradas pela industrialização do (e no) campo e da própria agricultura. O modo de produção capitalista recria o campo. Há um movimento de expansão física e “ideológica” dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam “novo rural” que, cada vez mais, se distancia do predominantemente agrícola (2006, p. 86).



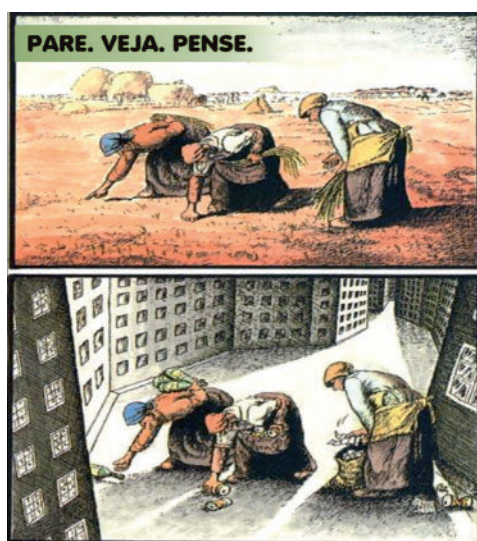
Figura 2.8: Concentração fundiária no Brasil: um problema social, econômico e político.

Além dos problemas sociais, diversos problemas ambientais também foram verificados após o processo de modernização da agricultura, como a intensa erosão dos solos ocasionada pela massiva atividade agrícola, a poluição dos rios, devido ao uso excessivo de produtos químicos, e a perda da biodiversidade, decorrente da prática da monocultura.



Atende ao objetivo 3

Observe a charge a seguir e reflita sobre esse problema social que se intensificou a partir do processo de modernização agrícola no Brasil.



Fonte: <http://www.brasilecola.com/geografia/exodo-rural.htm>

Resposta comentada

É importante que você consiga perceber que a industrialização da agricultura teve efeitos sociais bastante perversos. Como consequência principal do processo de modernização da agricultura, constata-se a diminuição dos empregos agrícolas no campo, a exclusão de grande parte dos pequenos produtores locais do modo de produção capitalista (pois a maioria desses não teve condições financeiras de se adequar a essa nova lógica de produção) e o êxodo rural. No entanto, grande parte desses trabalhadores rurais descapitalizados, que migraram para as cidades e que não possuíam outra qualificação profissional, conseguiram, na maioria das vezes, empregos de baixas remuneração e condições de trabalho, aumentando o contingente populacional em moradias precárias nos grandes centros urbanos do Brasil.

CONCLUSÃO

Diante do que foi analisado, você pode observar que a consolidação da atividade industrial e sua integração com a agropecuária gerou profundas transformações nas formas de produção desse setor. Com isso, a paisagem rural também foi-se modificando, assim como as relações socioeconômicas e a interação entre campo e cidade.

Com a junção da agricultura com a indústria, consolidam-se os complexos agroindustriais, onde a indústria fornece os meios de produção para a atividade agropecuária e também atua no beneficiamento das matérias-primas extraídas da natureza.

O processo de modernização da agricultura, no entanto, além de absorver técnicas científicas e elevar a produção, vem ocasionando consequências sociais e ambientais bastante perversas, principalmente nos países subdesenvolvidos, como a diminuição

dos empregos agrícolas no campo, o êxodo rural, a acentuação da concentração fundiária, a erosão dos solos, a poluição dos rios, a perda da biodiversidade, entre outros inúmeros problemas que observamos hoje.

Esse tipo de modernização no Brasil foi classificada como conservadora; ou seja, modernizou-se a base técnica da produção agropecuária, mas mantiveram-se relações sociais bastante injustas, preservando as estruturas políticas, econômicas e sociais que atendem aos interesses das classes dominantes.

O Estado, como provedor de capacidades e possibilidades sociais e econômicas, deveria atuar no sentido oposto aos interesses dos agentes hegemônicos, promovendo mecanismos de integração e ampliação de laços de solidariedade para o crescimento do interesse coletivo, ou seja, uma perspectiva de fortalecimento rural integrado a um modelo ambiental e socialmente adequado.

Atividade final

Atende ao objetivos 1, 2 e 3

Vamos analisar o Mapa da Fome Mundial, apresentado “A Revolução Verde” e compreender como está a situação do Brasil. Analisando o mapa, responda:

- a) Como se situa o Brasil em relação à proporção de pessoas subnutridas e a população total?
- b) Qual é a posição do Brasil em relação aos outros países da América do Sul?
- c) Em outros continentes, que países possuem a mesma situação do Brasil?
- d) Como você avalia nossa situação?

[illegible]

Resposta comentada

- a) De acordo com o Mapa Mundial da Fome, o Brasil possui uma proporção moderadamente baixa (5-14%) de pessoas subnutridas.
- b) O Brasil se iguala ao Peru e à Colômbia nessa posição. A Argentina, o Chile e a Venezuela possuem proporções muito baixas (menos de 5%) de pessoas subnutridas, igualando-os aos países desenvolvidos do hemisfério norte. Somente a Bolívia, o Equador e o Paraguai possuem situação mais dramática que o Brasil nessa questão.
- c) A China; alguns países africanos, como Mali, Nigéria e Marrocos; e países insulares, como a Indonésia.
- d) Podemos constatar que a desigualdade social e a concentração de renda ainda colocam o Brasil em situação frágil em termos de desenvolvimento social e combate à miséria. A posição brasileira no mapa demonstra uma contradição entre a imagem que o Brasil vem estabelecendo no cenário mundial e sua realidade social.

RESUMO

- Nesta aula, você aprendeu sobre os processos econômicos e tecnológicos que levaram à modernização e à industrialização da agricultura.
- Com o desenvolvimento capitalista na agricultura, esta prática milenar deixa de ser uma prática de subsistência e de alto valor simbólico para se tornar um negócio lucrativo para determinados grupos de poder. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, introduziu-se nos processos produtivos a tecnologia agrícola de máquinas e insumos, favorecendo a aproximação da indústria ao meio rural.
- A conhecida Revolução Verde se apresentou com uma possibilidade de combater a fome no mundo por meio do desenvolvimento e modernização agrícola dos países subdesenvolvidos, mas demonstrou a força de expansão e domínio do capitalismo nesses países. Com essa prática, a desigualdade no campo se intensificou e os problemas sociais aumentaram.
- Com a aproximação entre agricultura e indústria, consolidam-se os chamados complexos agroindustriais, onde a indústria fornece os meios de produção para a atividade agropecuária e também atua no beneficiamento das matérias-primas extraídas da natureza. Mais um exemplo do fortalecimento das relações capitalistas no espaço agrário.

Aula 3

O desenvolvimento capitalista da agricultura

Marcelo Antonio Sotratti

Metas da aula

○ desenvolvimento capitalista da agricultura

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer conceitos inerentes ao capitalismo;
2. relacionar as diferentes fases do capitalismo à agricultura;
3. identificar as consequências do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

INTRODUÇÃO

Quando lemos os jornais ou assistimos a alguma notícia sobre a produção agrícola no mundo, nos deparamos com situações bastante surpreendentes. Às vezes, nos perguntamos por que no exato momento em que milhares de pessoas passam fome, toneladas de alimentos recém-colhidos são queimadas ou simplesmente largadas ao relento e acabam estragando-se.

Você também deve se perguntar o porquê da concentração de terras não produtivas nas mãos de um pequeno grupo social elitista, ao passo que centenas de famílias não possuem sequer um pequeno pedaço de terra para plantar alimentos para sua própria sobrevivência. Será que em um mundo globalizado e dotado de rápida superação tecnológica, teríamos condições de acabar com a fome? Será que poderíamos garantir o direito de todas as famílias, pelo menos, as que assim desejassem, produzirem? A resposta a todas essas perguntas e inquietações está associada ao sistema econômico que há mais de um século rege a nossa sociedade: o capitalismo. Suas bases ideológicas e suas formas de sobrevivência vêm causando sucessivas formas de exclusão social e de acesso a alimentos de primeira necessidade a diversos grupos de pessoas.



O espaço agrário, tão celebrado por diversas civilizações no passado, hoje também se transformou em um produto do capitalismo. Vamos analisar e refletir sobre as implicações desse sistema econômico na dinâmica social e espacial desse espaço essencial à sobrevivência humana.

As bases do capitalismo

Para começarmos a analisar as formas do desenvolvimento capitalista na agricultura e suas consequências sociais, econômicas e espaciais, é importante que conheçamos, mesmo que brevemente, os princípios que regem o capitalismo desde sua origem até os dias de hoje.

A definição mais exata de capitalismo apresenta-o como um sistema socioeconômico em que os *meios de produção* – entendemos aqui, como meios de produção, as ferramentas empregadas na produção de bens e os locais onde esta se realiza, como as fábricas, as máquinas e a própria terra – e o capital – no caso, os investimentos financeiros propriamente ditos – são de *propriedade privada*.

Essa definição, apresentada sistematicamente por autores das áreas de economia, administração, sociologia e de outras ciências, abre a possibilidade de discussões bastante complexas sobre as bases ideológicas em que se assentam a sociedade contemporânea. Uma das questões importantes a ser considerada é que o capital privado se dissocia da força de trabalho, utilizando-a como fator de acúmulo de riquezas.

Em outras palavras, no sistema capitalista os trabalhadores vendem sua força de trabalho (por meio de salário) aos detentores de capital (aqueles que possuem os meios de produção) e, assim, favorecem o enriquecimento dessa classe dominante. Estabelece-se aqui um sistema de exploração da força de trabalho para o enriquecimento de um grupo social restrito e poderoso, em que o lucro norteia as relações entre os diferentes agentes envolvidos nos

processos produtivos. Veja, na ilustração a seguir, uma representação da estrutura social que mantém o capitalismo.



Figura 3.1: Pirâmide social que mantém o equilíbrio do capitalismo. Na base, os trabalhadores; nas camadas superiores, classes abastadas e grupos militares e políticos que asseguram o sistema. Ilustração de autor desconhecido, publicada em jornal russo de 1911.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pyramid_of_Capitalist_System.png – Domínio Público

Assim, podemos perceber que os meios de produção e a força de trabalho – e agora vamos analisar o caso da terra, pois nos interessa diretamente – passam a ser comercializados como mercadorias, podendo ser comprados ou vendidos/dispensados, segundo os interesses dos proprietários.

No caso da terra como mercadoria, observamos uma transformação bastante significativa em relação ao que esse bem representa para a sociedade humana em termos produtivos e simbólicos. Para muitas civilizações antigas, a terra representava um

bem comum, uma força da natureza, ou mesmo de uma divindade, que produzia riqueza e alimentos que deveriam ser oferecidos ao rei ou imperador para sua posterior distribuição.

Como mercadoria, o capitalismo impõe um preço à terra, um preço que varia segundo seu potencial produtivo e de lucratividade. Fertilidade, relevo, localização geográfica, clima e infraestrutura passam a ser valores agregados a essa mercadoria. Nesse sentido, o acesso à terra e a produção de alimentos se tornam restritos e condicionados aos interesses dos seus proprietários.



O modo de produção asiático

O modo de produção asiático, empregado pelas antigas civilizações que se firmaram na História como grandes potências agrícolas, como a Ásia Oriental, Índia, China e Egito, caracterizou-se pela prática de agricultura por meio da servidão coletiva. Nesse sistema produtivo antigo, a agricultura era praticada por comunidades de camponeses ligados à terra e que não podiam abandonar seu local de trabalho. Essa força de trabalho, denominada servidão coletiva, submetia a população a um regime de trabalho compulsório. Em contrapartida, os camponeses tinham acesso à coletividade das terras pelo fato de pertencerem a uma comunidade. Como cidadãos, tinham o direito e o dever de cultivar as terras coletivas. Todas as comunidades deviam tributos e serviços ao Estado ao qual estavam submetidas, representado pelas figuras do imperador, rei ou faraó. Esses líderes se apropriavam do excedente agrícola, ou seja, a produção que superava o consumo imediato, e distribuíam-no entre a nobreza. O Estado centralizador e todo-poderoso, onde os reis ou imperadores eram considerados verdadeiros deuses,

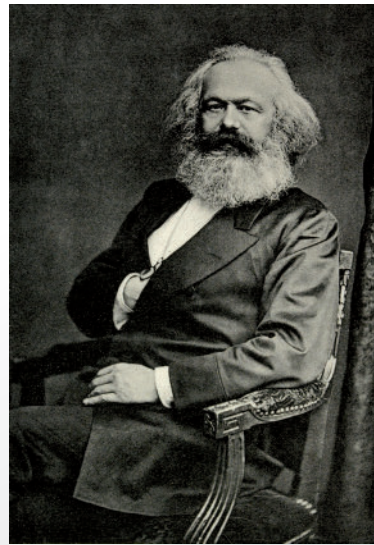
intervinha diretamente no controle da produção. Nos períodos entressafras, era comum o deslocamento de grandes quantidades de trabalhadores (servos e escravos) para a construção de imensas obras públicas, principalmente canais de irrigação e monumentos. Esse tipo de poder, também denominado despotismo oriental, marcado pela formação de grandes comunidades agrícolas e pela apropriação dos excedentes de produção, caracteriza a passagem das sociedades sem classes das primitivas comunidades da Pré-história (modo de produção primitivo) para as sociedades de classes. Nestas, predomina a servidão entre explorados e exploradores, embora a propriedade privada ainda fosse pouco difundida.

Guardadas as particularidades históricas, pode-se afirmar que os primeiros Estados surgidos no Oriente Próximo (egípcios, babilônios, assírios, fenícios, hebreus, persas) e também na América Pré-colombiana (nas sociedades incas e maias) desenvolveram esse tipo de sociedade. Essas sociedades também podem ser consideradas bastante avançadas em relação aos conhecimentos tecnológicos relativos à agricultura, pois também dominavam técnicas de drenagem e a utilização da força dos rios para a agricultura.

Outra questão importante a ser considerada sobre as bases do capitalismo trata da relação entre seus objetivos e as necessidades reais da sociedade. Para o capitalismo, a produção de bens e sua respectiva comercialização é completamente orientada pelo lucro, e não pela necessidade das pessoas. Em outras palavras, o capitalista dirige seus investimentos não segundo o que as pessoas necessitam ou sobre algo de que carece a sociedade, mas pela busca do que

dá mais lucro. Observamos que, muitas vezes, as necessidades das pessoas em relação a determinados produtos são induzidas pelo próprio sistema capitalista, para aumentar suas margens de lucro.

Outro conceito importante sobre a lógica e dinâmica do capitalismo é o que Marx denomina de *mais-valia*. Para compreender esse conceito, leia o box a seguir.



Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marx7.jpg> Karl Marx – Domínio Público At conulputat

Idealizador de uma sociedade com distribuição de renda justa e equilibrada, o economista, cientista social e revolucionário socialista alemão Karl Heinrich Marx, nasceu em 5 de maio de 1818. Coursou Filosofia, Direito e História nas universidades de Bonn e Berlim, sendo um dos seguidores das ideias de Hegel. Foi expulso da maior parte dos países europeus devido ao seu radicalismo. Seu envolvimento com radicais franceses e alemães, no agitado período de 1840, fez com que ele levantasse a bandeira do comunismo

e atacasse o sistema capitalista. Segundo Marx, o capitalismo era o principal responsável pela desorientação humana. Ele defendia a ideia de que a classe trabalhadora deveria unir-se com o propósito de derubar os capitalistas e aniquilar de vez a característica abusiva desse sistema, que, segundo ele, era o maior responsável pelas crises, cada vez mais intensificadas pelas grandes diferenças sociais.

Esse grande revolucionário, que também participou ativamente de organizações clandestinas com operários exilados, foi o criador da obra *O capital*, livro publicado em 1867, que tem como tema principal a economia. Seu livro mostra estudos sobre o acúmulo de capital, identificando que o excedente originado pelos trabalhadores acaba sempre nas mãos dos capitalistas, classe que fica cada vez mais rica à custa do empobrecimento do proletariado. Com a colaboração de Engels, Marx escreveu também o *Manifesto comunista*, no qual não poupou críticas ao capitalismo.

Até hoje, as ideias marxistas continuam a influenciar muitos historiadores e cientistas sociais que, independentemente de aceitarem ou não as teorias do pensador alemão, concordam com a ideia de que, para compreender uma sociedade, deve-se entender primeiramente sua forma de produção.

Observe que o empregador é questionado por demandar aos seus funcionários que trabalhem mais depressa. Pela lógica apresentada pelo homem questionador, na relação *salário x produção x a ordem "mais depressa"*, é o trabalhador que está pagando o lucro do proprietário. Inconformado, o proprietário assinala que ele gasta com as máquinas, embora o dinheiro que o

levou à compra das máquinas tivesse sido obtido pela venda das mercadorias produzidas pela relação de trabalho estabelecida com os empregados. Portanto, o empregador está obtendo lucro por uma força de trabalho produtiva (o “mais depressa”, para produzir mais) “não remunerada”: a *mais-valia*.



Figura 3.2: Quadrinho ilustrativo baseado no conceito de mais-valia, de Karl Marx.

Para explicar melhor, devemos perceber que o capitalista remunera o trabalhador pelo que ele precisa para sobreviver – o mínimo indispensável à sobrevivência –, mas retira da sua força de trabalho o que ele consegue, isto é, conforme sua produtividade; essa produtividade não está relacionada com o salário pago, ou seja, àquele critério da reprodução simples da força de trabalho, para que o trabalhador continue em condições de produzir riqueza para o capitalista.

Vai acumulando assim um montante de riquezas não remuneradas ao trabalhador pelo capitalista – que Marx chama de *mais-valia* ou *mais-valor* – e que vai permitindo ao capitalista acumular riquezas – sob a forma de dinheiro ou de terras ou de fábricas ou sob outra forma que lhe permita acumular cada vez mais capital, enquanto o trabalhador – que produz todas as riquezas adquiridas pelo proprietário – apenas sobrevive com seu salário.

Essa lógica se expande à medida que o proprietário, ao analisar seus gastos com compras de máquinas e com salários, se vê na necessidade de ampliar sua produção e garantir seu lucro por meio da mais-valia.

Nesse sentido, o aumento da escala produtiva diminui o custo de produção, e o capitalista ganha na produção e comercialização massiva de produtos, porque, em cada mercadoria produzida, há sempre proporcionalmente menos peso da força de trabalho e, portanto, da mais-valia – que é o que lhe permite acumular capital.

É justamente esse fato que leva o capitalista a estar sempre buscando ampliar sua produção para ganhar na competição, pela escala de produção, e porque ganha na massa de mercadorias produzidas. Daí vem o caráter sempre expansivo do capitalismo, seu dinamismo, mobilizado pela busca incessante de lucro.

No entanto, podemos nos perguntar: Mas, se o capitalismo busca a expansão produtiva para vender mais e obter mais lucro, ele não depende de um consumo constante dos seus produtos? Exatamente! A lógica da superprodução do capitalismo supera, em

alguns momentos, o consumo de produtos, gerando crises severas no sistema. As crises de superprodução ou de consumo abaixo do esperado revelam as contradições do capitalismo, ou seja, sua incapacidade de gerar demanda frente a uma expansão da oferta de produtos.

Essa análise é extremamente importante para nós, que estudamos as relações socioespaciais nos espaços rurais, uma vez que essas crises revelam a essência da irracionalidade do capitalismo. O excesso de produção ou a falta de consumo leva frequentemente à destruição de produtos agrícolas e à falta de emprego no campo, gerando crise em diversos setores da economia.

Empresas vão à falência, faltam produtos essenciais no mercado e os problemas se agravam. Essa situação se estende até que o mercado “se renove” e elimine aqueles que competiam em piores condições (neste caso, empresas e trabalhadores) e, assim, retoma-se o ciclo expansivo, mesmo de um patamar mais baixo. Aí, é só esperar até que se reproduzam as contradições e se chegue a uma nova crise (SADER, 2001).

Conhecida essa base conceitual e lógica do sistema capitalista, já é possível vislumbrarmos as relações capitalistas que se estabelecem hoje no campo; no entanto, é importante estudarmos como essas relações se estabeleceram durante o processo evolutivo do capitalismo. Assim, podemos compreender mais profundamente as diferenças socioespaciais que marcam cada período e compreender sua lógica de acúmulo de bens e de capital.



Atende ao objetivo 1

Assinale as afirmações em que se aplica o conceito de mais-valia, de Marx:

- a) () O lucro obtido pelos empresários se dá pela venda de uma força de trabalho fixa do trabalhador em relação aos preços vendidos das mercadorias.
- b) () O aumento de produtividade dos trabalhadores aumenta a mais-valia e, assim, aumenta os lucros dos empresários.
- c) () A aquisição de máquinas (custos para os empresários) não altera a mais-valia, uma vez que foi obtida pela renda decorrente da venda de mercadorias produzidas pelos trabalhadores.

Resposta comentada

Todas as alternativas estão associadas ao conceito de mais-valia apresentado por Marx. A mais-valia, obtida pela diferença entre os valores dos produtos comercializados e aqueles referentes à força de trabalho estabelecida pelos salários dos trabalhadores, é o que alimenta o lucro das empresas.

As fases do capitalismo e a agricultura

O capitalismo passou a ser dominante no mundo ocidental a partir do século XVI. A transição entre o feudalismo e o capitalismo não se deu de forma equalitária no território europeu. A parte ocidental estabeleceu mais fortemente as bases desse sistema

econômico, ao passo que nas porções centrais e orientais da Europa, o capitalismo se desenvolveu mais lentamente.

Durante um período, o capitalismo coexistiu com outras formas produtivas, mas pouco a pouco foi-se firmando e sobrepondo-se a elas, consolidando-se como uma hegemonia. Analisando seu processo evolutivo, podemos dividir o capitalismo em três fases:

- capitalismo comercial;
- capitalismo industrial;
- capitalismo financeiro.

O capitalismo comercial, considerado por muitos autores como uma fase embrionária ou inicial do capitalismo, se estendeu do século XV ao XVIII e foi marcado notadamente pelas Grandes Navegações. Com o objetivo de descobrir novas rotas para as Índias e neutralizar a supremacia da Itália no comércio do oriente europeu, grandes potências marítimas, como Portugal e Espanha, enriqueceram e expandiram seus domínios por novos continentes.

A denominação capitalismo comercial ocorreu devido ao acúmulo de riquezas e capital gerado pelo comércio de mercadorias e pelo tráfico de escravos. Nesse período, o acúmulo de riquezas das metrópoles mercantilistas se dava por meio de uma balança comercial favorável (exportar mais do que importar) na sua relação com as colônias. As colônias eram obrigadas a vender seus produtos a preços baixos e comprar das metrópoles seus produtos a alto custo. Essa fase foi muito importante para o amadurecimento do capitalismo, uma vez que a grande concentração de capital nas mãos da classe burguesa criou condições para o surgimento da Revolução Industrial; primeiro, na Inglaterra, e depois, em outros países.

Uma das formas de exploração do capitalismo comercial associada à produção agrícola representa muito bem a dominação política e econômica do colonialismo. O olhar mercantilista sobre o comércio de bens agrícolas de alto interesse comercial no cenário internacional deste período impôs um sistema de organização

econômico-espacial das terras denominado *plantation*. Essa forma de organizar a produção agrícola nos países mais pobres estava baseada em grandes fazendas, monocultoras, que cultivavam produtos que interessavam apenas à metrópole colonial e obtinham seus lucros baseados no trabalho escravo ou em outras formas de exploração do trabalho nativo. Em todo o mundo, milhões de pessoas pagaram com suas vidas para viabilizar esse processo de acumulação do capital durante o colonialismo que, para a maioria dos países, durou vários séculos.



Richard Sexton

Figura 3.3: Sede da antiga plantation de cana-de-açúcar Oak Alley Plantation, em Louisiana, EUA.

Fonte: <http://www.oakalleyplantation.com/welcome.html>



Figura 3.4: Estrutura de um antigo engenho de açúcar, modelo de plantation brasileira, presente no Brasil colônia, com grande destaque entre os séculos XV e XVIII.

Fonte: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_de_acucar_1816.jpg

O capitalismo industrial foi marcado por grandes transformações nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais. Uma de suas características marcantes desse período foi a transformação de matérias-primas retiradas da natureza e das áreas agrícolas em produtos comercializados que fornecessem altas margens de lucro aos produtores. A essência do sistema capitalista industrial não se baseava mais no comércio, mas sim no lucro obtido pela larga produção de mercadorias possíveis pela relação entre os meios de produção e a força de trabalho assalariado dos operários. Justamente nessa fase é que se aplica o conceito de mais-valia discutido anteriormente.

Durante o período do capitalismo industrial, a lógica de acumulação e as necessidades de o capital se reproduzir impuseram novas mudanças também na forma de produzir e explorar o trabalho na agricultura. Assistiu-se, então, em todo o mundo, ao longo dos últimos 100 anos, ao capital industrial ir tomando conta da agricultura. Destacam-se como regras gerais de dominação do capital industrial sobre a agricultura:

- a subordinação da agricultura à indústria. A agricultura passa a ser organizada pela lógica do lucro, e a produção não é mais de alimentos, mas de “mercadorias”. Produz-se para o mercado interno e para o mercado externo, mas produz-se o que dá lucro;
- o capital impõe à terra a lógica da propriedade privada. É nesse período que a terra, antes tratada pela maioria das civilizações como um bem da natureza a serviço do bem comum, é transformada em mercadoria. Uma mercadoria especial, pois apesar de não ser fruto do trabalho humano, o capital impõe um preço. Um preço que representa a renda da terra acumulada, ou seja, seu potencial de lucratividade. Como mercadoria, somente pode ter acesso a ela quem tiver dinheiro, capital. Ao mesmo tempo, os pobres camponeses que ainda vivem sobre ela são induzidos a vendê-la, a comercializá-la como uma mera mercadoria e a migrar para as cidades, transformando-se em mão de obra barata para as indústrias e fechando, assim, o ciclo lucrativo do capital;

- o êxodo rural dos camponeses e das populações nativas. É nesse período que acontece, como consequência dessa lógica, o maior processo de migração que a humanidade viveu. E, na maioria das nações, as populações deixam de viver majoritariamente no meio rural para se aglutinar nas grandes cidades;
- a indústria introduz sua lógica na produção de alimentos. Como a maior parte da população passa a viver nas cidades, o abastecimento dos alimentos precisa ser transportado de longas distâncias e ser armazenado. E, assim, surge a agroindústria como forma de processar e conservar os alimentos. Os agricultores deixam de produzir alimentos e passam a produzir apenas matérias-primas para as empresas agroindustriais;
- o capitalismo industrial busca o aumento da produtividade física da terra e a produtividade do trabalho dos agricultores, introduzindo na agricultura os métodos da divisão do trabalho e o desenvolvimento tecnológico da indústria. Assim, nesse período, introduzem-se os insumos produzidos pelas indústrias, como os adubos químicos, os agrotóxicos e a mecanização agrícola. Para viabilizar a compra de todos esses bens da indústria, desenvolve-se o crédito rural. Nasce, assim, as grandes fazendas, modernizadas, com muito capital investido e pouco trabalho disponível.

Essas mudanças tecnológicas foram colocadas pelo capitalismo como sendo uma “revolução verde”. Essa questão deve ser relativizada, uma vez que aumentou a desigualdade social existente, pois somente fez crescer a pobreza e o sacrifício das pessoas que viviam no meio rural; e nem foi realmente “verde”, pois revelou-se altamente perversa para o equilíbrio do meio ambiente e para conservar nossa natureza. Foi uma “contrarreforma marrom do capital contra os camponeses”!

Nas últimas duas décadas, assistiu-se a uma crise do modelo do capital industrial e o advento da hegemonia do capital financeiro, como forma predominante do capital acumular, explorar e se reproduzir em todo o mundo.

O casamento do capital financeiro com as novas tecnologias desenvolvidas na informática, na eletrônica, na indústria química, que revolucionaram o mundo do trabalho, trouxe como consequências dois processos complementares: a reprodução do capital através da aplicação do dinheiro em empréstimos para obter altas de juros e a compra de ações de empresas lucrativas que, assim, tiveram de dividir seus lucros com o capital bancário.

Por outro lado, essa forma volátil de capital permitiu que esse capital do hemisfério norte, controlado por grandes empresas, bancos e monopólios, circulasse de forma muito rápida, quase instantânea, em todos os países do mundo. Na agricultura, o capitalismo financeiro incentivou o aparecimento do agronegócio, que você estudará mais detalhadamente no futuro. Embora o agronegócio esteja diretamente relacionado ao processo produtivo, essa estratégia do capitalismo transforma todo o processo em negócio e os produtos agrícolas em mercadorias. Você compreenderá essa transformação na seção a seguir.



Atende ao objetivo 2

Relacione as fases do capitalismo com as características apresentadas:

- a) capitalismo comercial
- b) capitalismo industrial
- c) capitalismo financeiro

- I. () êxodo rural e esvaziamento do campo
- II. () grandes propriedades rurais com monocultura e mão de obra escrava
- III. () desenvolvimento da chamada “Revolução Verde”
- IV. () aparecimento do agronegócio, alterando economicamente e simbolicamente o valor da terra e dos produtos agrícolas
- V. () aparecimento da produtividade física da terra e da produtividade do trabalho dos agricultores, introduzindo na agricultura os métodos da divisão do trabalho e o desenvolvimento tecnológico da indústria

Resposta comentada

I. (b), II. (a), III. (b), IV. (c), V. (b)

Vale lembrar que o capitalismo comercial está associado ao início do processo de avanço e amadurecimento do capitalismo. Sua base econômica, de natureza rural e mercantil, pode ser exemplificada pelas plantations, como descrito na alternativa a. O capitalismo industrial associa-se ao desenvolvimento industrial e à inserção das bases econômicas capitalistas na agricultura, como produtividade, lucro, *mais-valia*. Já o capitalismo financeiro interpreta os processos socioeconômicos como possibilidades de transações financeiras; assim, a agricultura é vista como negócio.

A agricultura e o capitalismo contemporâneo

Embora as pesquisas em agricultura e a crescente tecnologia propiciada pela globalização nesta fase contemporânea do capitalismo sejam surpreendentes, favorecendo os altos índices de produtividade agrícola atuais, devemos observar algumas consequências reais dessa fase de reprodução do capital que observamos em todo o mundo.

O aumento da concentração do capital em grandes empresas transnacionais, que se constituíram em verdadeiros oligopólios, controla grandes setores da produção, do comércio, dos serviços e das finanças concomitantemente. Assim, hoje, as 500 maiores empresas transnacionais, com suas sedes nos Estados Unidos, Europa e Japão, controlam mais da metade de todo o PIB mundial, mas empregam apenas 1,8% da população economicamente ativa.

A globalização do capital, seja numa mesma empresa, indústria ou empresa prestadora de serviços, atua em quase todos os países do mundo e procura realizar seus lucros aproveitando-se das diferenças de preços de forças de trabalho ou impostos entre os países e da liberdade total para agir no comércio, nos serviços e nos investimentos. Essa lógica das grandes empresas transnacionais, que passam a controlar diferentes setores de atividades e estão articuladas com o capital financeiro internacional, chegou também à agricultura em todo o mundo.

As empresas transnacionais ligadas à produção de insumos agrícolas, como fertilizantes e pesticidas, empresas de máquinas agrícolas diversas, como tratores, plantadeiras, colhedoras e inúmeras indústrias processadoras de alimento estão presentes em todos os países do mundo e passaram a dominar o comércio agrícola mundial. Controlam os mercados nacionais, impondo preços de seu interesse. Independentemente dos custos de produção locais, dificultam que os estados nacionais pratiquem políticas públicas de interesse social na área de armazenagem e preços, gerando altas de preços de comercialização.

Esse processo acelerado de concentração e desnacionalização das empresas agroindustriais em todos os países gera algumas consequências sobre as quais você deve refletir. Um exemplo é a padronização dos processos de produção de alimentos para serem comercializados em todo o mundo. Para facilitar a industrialização e sua comercialização internacional, a padronização de alimentos coloca em risco as diferentes culturas agrícolas e os hábitos rurais locais, implicando negativamente, inclusive, a biodiversidade do planeta.



Pere Papasseit

Figura 3.5: Alimentos vendidos no setor de hortifrutigranjeiros dos grandes supermercados, provenientes, muitas vezes, de diferentes partes do planeta.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/horticultura/5967597784/>



Mickey Savage

Figura 3.6: Mulheres africanas produzindo hortaliças com técnicas tradicionais. A produção em larga escala e a intensa comercialização internacional de alimentos vêm acelerando a padronização dos processos agrícolas, o que ameaça as técnicas tradicionais.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Women_smallholder_farmers_in_Kenya.jpg

A exclusão do Estado e de políticas nacionais protetoras da agricultura e dos agricultores, na lógica de internacionalização do capital financeiro, também deve ser considerada. Com o capitalismo financeiro internacional, reduzem-se as funções do setor público agrícola para dar lugar à lógica do mercado. Não observamos políticas públicas eficientes de preços, de armazenagem, de pesquisa, de assistência técnica e de crédito rural para os agricultores e camponeses.

O capital também faz investimentos para o controle total das novas técnicas a serem aplicadas na produção agrícola. Grandes empresas estão fazendo altos investimentos em pesquisas de biotecnologia e de tecnologia agrícola, gerando novas variedades de plantas transgênicas, garantindo alta produtividade e os preços de comercialização.



Alimentos transgênicos



Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manifesta%C3%A7%C3%A3o_pro_milho_transg%C3%AAnico_\(Antonio_Cruz\)_20mar07.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manifesta%C3%A7%C3%A3o_pro_milho_transg%C3%AAnico_(Antonio_Cruz)_20mar07.jpg)

São plantas que, mediante técnicas de engenharia genética, contêm materiais genéticos de outros organismos. A geração de transgênicos visa à criação de organismos com características novas ou melhoradas, relativamente ao organismo original.

A manipulação genética combina características de um ou mais organismos de uma forma que, provavelmente, não aconteceria na natureza. Por exemplo, podem ser combinados os DNAs de organismos que não se cruzariam por métodos naturais. Os alimentos transgênicos são produzidos a partir de organismos cujo embrião foi modificado em laboratório pela inserção de, pelo menos, um gene de outra espécie.

Alguns dos motivos de modificação desses alimentos são para que as plantas possam resistir às pragas (insetos, fungos, vírus, bactérias e outros) e a herbicidas. Atualmente, há um debate bastante intenso relacionado à inserção de alimentos geneticamente modificados (AGM) no mercado. Alguns mercados mundiais, como o Japão, rejeitam fortemente a entrada de alimentos com estas características, enquanto outros, como os norte e sul-americanos e o asiático, têm aceitado essas variedades agronômicas.

Desde 2004, após seis anos de proibição, a União Europeia autorizou a importação de produtos transgênicos. No dia 2 de março de 2010, também aprovou o plantio de batata e milho transgênicos no continente, após solicitações dos Estados Unidos. A batata transgênica será destinada à fabricação de papel, adesivos e têxteis. O milho atenderá à indústria alimentícia.

Cada país da União Europeia poderá ser responsável pelo cultivo transgênico em suas fronteiras em votação marcada para o meio do ano.

O processo de acumulação de capital, liderado atualmente pelo capital financeiro e suas empresas transnacionais, também necessita de liberdade de funcionamento. Essa liberdade pode ser

obtida pela liberdade estatal e pelo apoio das organizações locais na aquisição de terras, pelas facilidades de comercialização e de serviços associados, pela liberdade de preços, pelas facilidades de investimentos públicos e pelo apoio das comunidades locais.

Essas facilidades estão sendo propostas hoje por meio de vários mecanismos a serviço dos interesses do capital, como os acordos internacionais. A atuação política da Organização das Nações Unidas – ONU e dos acordos da Organização Mundial do Comércio – OMC, que são compostos e dirigidos pelo grupo dos sete países mais ricos, são exemplos importantes. Da mesma forma, isso se dá nos acordos hemisféricos, seja na União Europeia, seja na Área de Livre de Comércio das Américas – Alca, ou na Área de Livre Comércio da Ásia.

Também existem acordos e imposições bilaterais, realizados com frequência entre países ricos e países pobres, que se submetem a toda e qualquer condição. São usados, também, organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial e, às vezes, até a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, para garantir os interesses e a vontade do capital.

Evidentemente, esse processo se apresenta de forma heterogênea em todo o globo. Em alguns países, ainda são observadas políticas públicas que garantem alguns direitos e auxiliam a produção agrícola de trabalhadores rurais. Da mesma forma, técnicas tradicionais e culturas produtivas orgânicas crescem em alguns países que buscam alimentos saudáveis e que valorizam sua cultura agrícola. Organizações sociais locais vêm modernizando e organizando a produção de pequenos agricultores, inserindo-os na lógica do mercado capitalista. E não podemos esquecer os movimentos sociais em busca de direitos e acesso à terra para aqueles grupos que querem fixar-se no campo.



Atende ao objetivo 3

Pesquise na internet e apresente brevemente os objetivos básicos e os países componentes do Mercosul.

Resposta comentada

O Mercosul (Mercado Comum do Sul) é composto por países da América do Sul, a saber, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai (Estados Partes), Peru, Chile, Bolívia e Venezuela (Estados associados). Os objetivos do Mercosul são

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços,

alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração. (MERCOSUL, 1991).

CONCLUSÃO

Muito embora os avanços tecnológicos e científicos aplicados ao espaço rural venham trazendo inúmeros benefícios para a população mundial, como alta produtividade agrícola e diversidade de alimentos, observamos que a desigualdade social, a fome e a miséria ainda persistem em diversos países.

Esse quadro de desigualdade reflete a lógica do capitalismo global que, ao longo da História, reinventou-se e adaptou-se para sobreviver. O capitalismo sempre objetiva o lucro e o acúmulo de capital por meio da apropriação privada dos meios de produção e do capital. Esses objetivos geram, muitas vezes, a exploração das forças de trabalho e a exclusão social no campo, gerando tensões e movimentos sociais de diversas naturezas.

É importante que o geógrafo reconheça os efeitos das relações capitalistas no espaço rural, de forma que ele possa intervir ou amenizar as desigualdades sociais ou as condições de vida dos trabalhadores rurais por meio de ações de planejamento do território e por ações e debates que estimulem a participação das comunidades locais.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3



A partir da ilustração, escreva dois parágrafos expondo suas ideias sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Resposta comentada

Você deve expor basicamente os objetivos do capitalismo, ou seja, o acúmulo de capital, a propriedade privada, o lucro. A ilustração sugere a exploração dos trabalhadores rurais. É importante salientar que as baixas condições de trabalho e os baixos salários contribuem para o enriquecimento dos proprietários, uma vez que a mais-valia, ou seja, a força de trabalho que gera os produtos comercializados por esse proprietário, tem valor fixo e inferior aos preços obtidos pela comercialização.

RESUMO

- O capitalismo consiste num sistema socioeconômico em que os *meios de produção* – entendemos aqui, como meios de produção, as ferramentas empregadas na produção de bens e os locais onde esta se realiza, como as fábricas, as máquinas e a própria terra – e o *capital* – no caso, os investimentos financeiros propriamente ditos – são de *propriedade privada*.
- O objetivo final desse sistema econômico é o *acúmulo de capital* e a *obtenção do lucro* na comercialização dos produtos através do conceito marxista de mais-valia, ou seja, obtenção de lucro por meio de uma força de trabalho fixa, resultante dos acordos salariais, no processo de produção e comercialização.
- O capitalismo apresentou, desde sua criação (século XVI), diferentes fases. Tais fases ocorreram segundo o contexto social, econômico e político dos países que adotaram esse sistema. As três fases do capitalismo observadas foram: o capitalismo comercial, o capitalismo industrial e o capitalismo financeiro.
- O desenvolvimento do capitalismo na agricultura vem alterando as relações de trabalho no campo e a apropriação do espaço rural, transformando a terra em negócio e os produtos cultivados em mercadorias. O agronegócio consiste no sistema de gestão das organizações responsáveis pelos processos de produção agrícola, objetivando acúmulo de capital e lucro para os líderes do sistema.

Aula 4

Abordagens
teóricas e as
relações de
produção na
agricultura

Aline Sá

Metas da aula

Apresentar as abordagens teóricas mais relevantes ao conhecimento da dinâmica socioespacial da agricultura, de forma a compreender as principais relações produtivas no espaço rural.

Objetivos

Esperamos que, após ao final desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar os principais conceitos presentes nas abordagens clássicas da agricultura;
2. reconhecer as principais abordagens teóricas contemporâneas da agricultura desenvolvidas por pesquisadores brasileiros;
3. relacionar os principais conceitos apresentados nestas abordagens com as relações de produção na agricultura, em especial com o caso brasileiro.

INTRODUÇÃO

Os estudos geográficos são extremamente importantes para o entendimento das transformações humanas no meio ambiente. O homem, por meio das forças de trabalho, modifica o meio em que vive, produzindo novos espaços e estabelecendo relações importantes na apropriação e no uso desses espaços.



Figura 4.1: O homem, por meio das forças de trabalho modifica o meio em que vive... e se transforma junto com ele.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/ishiba/5143566046/>

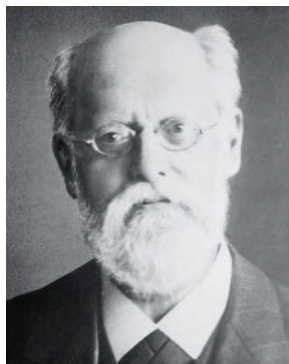
O conhecimento das diversas abordagens teóricas sobre a agricultura nos ajuda a compreender os diferentes momentos e o desenvolvimento da questão agrária, considerando-se os paradigmas e o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Para tanto, é importante analisar as obras de teóricos clássicos, como: Karl Kautsky, Alexander Chayanov, Teodor Shanin; bem como de teóricos contemporâneos que nos trazem uma dimensão mais atual e uma releitura mais cautelosa sobre a temática abordada, são eles: Ricardo Abramovay, José Graziano da Silva, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Sérgio Schneider, José de Souza Martins, entre outros.

Abordagens teóricas clássicas sobre a agricultura

Karl Kautsky (1854-1938)

Nascido em Praga (18 de outubro de 1854), falecido em Amsterdã (17 de outubro de 1938), foi um teórico político alemão e um dos fundadores da ideologia social-democrata.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Karl_Kautsky_01.jpg

Campesinato

É o conjunto de grupos sociais de base familiar que se dedica a atividades agrícolas, com graus diversos de autonomia. Caracteriza-se pelo trabalho familiar – eventualmente empregando trabalhadores assalariados – por ter a propriedade dos instrumentos de trabalho, pela autonomia total ou parcial na gestão da atividade e por ser dono de uma parte ou da totalidade da produção. (SANDRONI, 1999, p. 76).

Foi uma das mais importantes figuras da história do marxismo, tendo editado o quarto volume dos livros *Das Kapital*, de Karl Marx, e *Teorias de Mais-Valia*, que continha a avaliação crítica de Marx às teorias econômicas dos seus predecessores.

Kautsky estudou História e Filosofia na Universidade de Viena em, 1874, e se tornou membro do Partido Social-Democrático da Áustria (SPÖ), em 1875. De 1885 a 1890, ele viveu em Londres, onde se tornou amigo de Friedrich Engels. Em 1891, foi coautor do *Programa de Erfurt*, do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), com August Bebel e Eduard Bernstein.

Diante do avanço do sistema capitalista na agricultura, Kautsky afirma que a questão agrária possui uma relação direta com a estrutura do capitalismo, tendo em vista suas características opostas: de um lado o **campesinato** e do outro, o capital. Isto, porque elas

obedecem a lógicas distintas, desde a ocupação de um determinado território (formas de ocupação, relações de poder) até as formas estabelecidas em suas relações sociais.

Essas relações distintas podem ser visualizadas se observarmos as diferentes técnicas empregadas nos estabelecimentos rurais. Na grande propriedade, encontra-se um grande número de maquinários, a mão de obra é reduzida e, conseqüentemente, “expulsam-se” os camponeses que dependem diretamente da terra. No entanto, como veremos mais adiante, uma parte desses camponeses excluídos acabam retornando ao seu local de origem, demonstrando que o capital não é capaz de expulsá-los definitivamente.

Em oposição a essa situação, a pequena propriedade que desafia as forças do capital pode ser explicada a partir de momentos diferentes. Até o feudalismo, o campesinato se organizava e trabalhava em propriedades comuns e sua produção se baseava na autossuficiência das aldeias, o que demonstra certo equilíbrio na relação desse grupo social com a terra e nas suas relações interpessoais. Com o desenvolvimento da indústria e a conseqüente urbanização, esse equilíbrio observado no feudalismo é rompido. Enquanto alguns aldeões produzem para a sua subsistência, outros passam a produzir em quantidades excedentes para atender às demandas das grandes áreas urbanas.



Figura 4.2: Plantadores de trigo na Idade Média. Figura do século XIV de autor desconhecido.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:3-piantagione,Taccuino_Sanitatis,_Casanatense_4182_.jpg

Dessa forma, o compromisso comum com a terra e a produção não está mais em equilíbrio como antes da industrialização.

O processo de mercantilização que o capital instala na agricultura transforma as concepções, os valores econômicos e culturais, as relações sociais e de trabalho através da sua divisão social e sexual do trabalho (KAUTSKY apud FELICIO, 2011).



Figura 4.3: Residências dos operários ingleses na Londres industrial do século XIX. Gravura de Gustave Doré, 1870 (aprox.). O êxodo rural e o crescimento estrondoso das cidades industriais exigiram grandes produções agrícolas nas áreas rurais, rompendo a autossuficiência produtiva das aldeias medievais.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Dore_London.jpg

Pode-se verificar, portanto, que, sob a análise de Kautsky, é importante compreender a existência de dois estabelecimentos de exploração agrícola, de acordo com a sociedade capitalista: a grande propriedade, que emprega animais, ferramentas e mão de obra assalariada (o capital tem a pretensão de proletarizar toda a mão de obra na agricultura) e a pequena propriedade que faz uso de animais, ferramentas e mão de obra familiar para a exploração da terra.

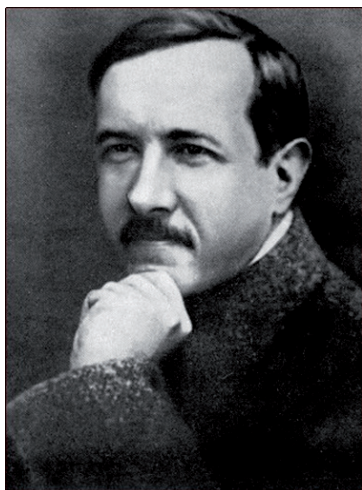
No entanto, o pequeno produtor, através da pequena quantidade de terra agricultável e sua mão de obra familiar, não consegue atingir o grande mercado; sua produção passa por intermediários a fim de que a sua produção seja comercializada. É o caso das cooperativas de pequenos agricultores que, por meio de uma organização coletiva, conseguem modernizar sua produção e estabelecer relações competitivas com os grandes produtores.

Segundo Kautsky,

o processo de proletarização não tem forças para absolutizar-se e, por conseguinte, uma parte do campesinato consegue criar alternativas para continuar se desenvolvendo no capital, sendo e ao mesmo tempo não sendo parte dele (KAUTSKY apud FELICIO, 2011).

Alexander V. Chayanov (1888-1937)

Foi um grande economista agrário soviético, estudioso da economia rural e defensor das cooperativas. Chayanov nasceu em Moscou, filho de um comerciante e de uma agrônoma. Estudou no Instituto Agrícola de Moscou, e publicou trabalhos na agricultura até 1914, quando começou a trabalhar em diversas instituições do governo.



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Alexander_Chayanov

Foi um grande defensor das cooperativas agrícolas, mas era cético sobre a ineficiência da agricultura em larga escala.

Seu ceticismo era baseado na ideia de que as famílias, especialmente as famílias camponesas que praticavam a agricultura de subsistência, tenderiam a produzir a quantidade necessária à sua sobrevivência. Ele acreditava que o governo soviético teria dificuldade em forçar essas famílias a cooperar e produzir os excedentes necessários para abastecer as cidades. Por suas opiniões, foi extremamente criticado pelos dirigentes soviéticos.

Para Chayanov, o campesinato continua a existir com o capitalismo e nele se desenvolve, ainda que não faça parte dele, pois é movido por uma lógica distinta. Segundo a concepção do capitalismo, o campesinato é obrigatoriamente um produtor de mercadorias e está contido no mercado, mas não segue sua lógica, não é transformado em capitalista. Seu objetivo não é exclusivamente o lucro.

Em estudos desenvolvidos ao longo de sua vida, Chayanov demonstrou que a produção campesina tem uma preocupação em produzir determinados alimentos que não necessariamente vão trazer lucros. Muitos campesinos produzem certas culturas agrícolas que não são lucrativas, mas que absorvem uma quantidade maior de mão de obra e reduzem o número de desemprego no campo. Esta postura vai contra a lógica capitalista, mas tem uma grande contribuição social.

É importante entender que a lógica da agricultura empresarial e a lógica da agricultura camponesa são opostas. Enquanto a camponesa deve passar por um processo de desenvolvimento tecnológico para não ser excluída do sistema econômico, a agricultura empresarial se preocupa com o dinamismo do capital (investimento e retorno) e em um número reduzido de força de trabalho.

De acordo com a análise de Munir Felicio sobre o entendimento da economia camponesa a partir de Chayanov, tem-se:

Chayanov enfatiza que a economia camponesa é um fenômeno em si mesmo de reprodução social e autoexploração cuja autonomia e protagonismo violam as leis capitalistas. Violação que se estabelece quando na pessoa do camponês confundem-se empresário e operário e, quando atendida as necessidades da família camponesa, cessa o investimento (2011, p. 56).

O trabalho familiar camponês não usa toda a sua força de trabalho, ao contrário das ações totalmente capitalistas. As condições naturais do campo imprimem uma lógica distinta e não são completamente produtivas em todo o período anual; há momentos denominados de estacionais, ou seja, períodos inativos e/ou improdutivos ao longo do ano, como um inverno rigoroso ou longos períodos de estiagem.



Caetano Lacerda

Figura 4.4: Mulheres camponesas peruanas que, durante o período da entressafra, se dedicam ao artesanato e ao turismo como forma de obtenção de renda.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1099870>

Com a consequente ausência do capital, aumenta-se a força de trabalho camponesa e se desenvolvem trabalhos não agrícolas para a obtenção de recursos não gerados diretamente da terra,

como produção de artefatos e atividades de turismo local. Sendo assim, pode-se concluir que o campesinato se vale de outra lógica que não a capitalista.

Teodor Shanin (1930)

É um sociólogo nascido em Vilnius, Lituânia. Professor da Universidade de Manchester, reitor da Escola de Moscou de Ciências Sociais e Econômicas e membro da Academia Russa de Ciências Agrárias.



Fonte: <http://www.eng.yabloko.ru/Books/Shanin/>

Suas áreas de pesquisa consistem na sociologia histórica, na sociologia do conhecimento, a economia social, o meio rural e o campesinato. Como sociólogo, passou muitos anos viajando pelo mundo e estudando formas tradicionais de produção agrícola. Suas equipes eram deixadas para viver em diferentes regiões do mundo para estudar, viver e trabalhar como qualquer pessoa do local e, assim, poder detectar os fatores reais que determinam a economia local e suas ligações com outras economias.

Teodor Shanin se debruçou sobre a questão agrária a partir da compreensão de três abordagens que estão, de acordo com sua análise, estruturalmente associadas: o campesinato, a função do campesinato na sociedade e o desenvolvimento da sociedade na qual o campesinato evolui. De acordo com Shanin, estes pontos

são centrais para o real entendimento da questão agrária e, consequentemente, de sua ação política, pois os camponeses e a sua dinâmica devem ser considerados para que se reconheçam quem são esses atores e como se dá o cenário da sociedade em que vivem.

Shanin concentrou seus estudos na unidade doméstica campesina (família campesina), denominada UDC, e na investigação de informações desta unidade em um período de 10 anos. Estas unidades mostravam formas variáveis e características distintas, tendo em vista o aparecimento e/ou desaparecimento delas dentro das comunidades camponesas analisadas:

Na sociedade camponesa russa as mudanças subjetivas se efetivaram por alterações através dos processos de partilha, fusão, extinção e emigração. A partilha dá origem às novas unidades e era característica nos estratos mais ricos do campesinato. A fusão, a extinção e a emigração faziam desaparecer as unidades considerando o seu tamanho e a sua riqueza. Esses três processos eram mais frequentes nos estratos mais empobrecidos do campesinato russo. Com a emigração, uma UDC desaparece de uma comunidade para reaparecer em outra. O processo de fusão resultava na união de duas ou mais UDC distintas, de maior tamanho e com uma quantidade superior de trabalho, terra e equipamentos disponíveis. A maioria dos casos de divisão nunca haveria ocorrido se o único motivo fosse para maximizar a produção ou o lucro. A lógica do desenvolvimento da agricultura camponesa segue outras matrizes, se comparada à agricultura capitalista orientada pelo acúmulo do capital (FELICIO, 2011, p. 66).

A mobilidade multidirecional e cíclica das UDCs, segundo Shanin, sofrem influência de dois fatores preponderantes: os fatores biológicos e os econômicos. Os fatores biológicos (flutuações naturais do clima) imprimem determinada mudança na demanda do trabalho familiar empregado na manipulação da terra. Os fatores econômicos da mobilidade das UDC estão relacionados aos princípios da dualidade como unidade de família e de produção; ou seja,

as necessidades econômicas da família muitas vezes superavam os laços familiares que fixavam tais grupos no território.

Observa-se que as UDCs estavam sujeitas às forças da natureza, do mercado e do Estado e apenas um modelo multifatorial poderia explicar as complexidades da mobilidade camponesa, como no caso da Rússia.



Atende ao objetivo 1

Relacione as ideias apresentadas com os teóricos clássicos estudados:

- a) Karl Kautsky
- b) Alexander Chayanov
- c) Teodor Shanin

() Existe uma contraposição do trabalho camponês com o capitalismo no campo. O trabalho familiar camponês não usa toda a sua força de trabalho, ao contrário das ações totalmente capitalistas. Nos períodos de sazonalidade, os camponeses desenvolvem outras atividades, muitas vezes não associadas ao mercado e ao lucro.

() A mobilidade das famílias camponesas no território se dá por diversos fatores. Há de se considerar os fatores climáticos, como também a necessidade de trabalho e de sobrevivência.

() A lógica do capitalismo estabelece direções opostas entre o campesinato e o capital. Suas lógicas distintas, como a ocupação de um determinado território (formas de ocupação, relações de poder), e as formas estabelecidas em suas relações sociais ressaltam suas diferenças de organização social, técnica e econômica.

Resposta comentada

B, C, A, respectivamente. Podemos identificar que o pensamento marxista sobre a lógica do capital na agricultura permeia os três teóricos. Da mesma forma, observamos a importância em conhecer e analisar o papel e a dinâmica das organizações familiares camponesas dentro da lógica do capitalismo. Kautsky ressalta o antagonismo entre os grupos camponeses e o capital. Chayanov analisa mais profundamente a coexistência dos camponeses no sistema capitalista, enquanto que Shanin pesquisa os fatores que levam ao deslocamento das unidades familiares camponesas no território.

Abordagens contemporâneas sobre a agricultura

Os pesquisadores brasileiros também vêm se debruçando sobre a relação entre a questão agrária e o território. Você poderá observar que a preocupação central desses pesquisadores é analisar as relações de trabalho no campo, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos, dentro do sistema capitalista.

Ricardo Abramovay

Ricardo Abramovay, estudioso das Ciências Humanas, professor do Departamento de Economia da FEA-USP é membro do grupo de coordenação do programa de pesquisa Dinâmicas Territoriais Rurais, do Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp). Teve premiada sua tese de doutoramento intitulada “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, que se tornou uma das obras clássicas da teoria da questão agrária.

A teoria proposta por Abramovay faz distinção entre agricultura familiar e agricultura camponesa. A “agricultura familiar

seria a principal forma social do progresso técnico no campo” e “a agricultura camponesa é uma forma/prática remanescente da época feudal, incompatível com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (FELICIO, 2011).

Embora essas classificações se encontrem diluídas em sua obra, não é possível identificar definições claras do autor acerca das duas classificações. O que podemos aferir é que a agricultura familiar encontra um meio de se adaptar às mudanças técnicas e econômicas da agricultura no tempo, enquanto a agricultura camponesa se apegua às estruturas e dinâmicas socioeconômicas e espaciais do passado.



Antônio Cruz/ABr

Figura 4.5: A agricultura familiar se adapta aos avanços e transformações impostas pelo sistema capitalista, mas mantém relações sociais e forças de trabalhos próprias à sua sobrevivência.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Abr_horta_Antonio_Cruz.jpg



Amcaja Licença – GNU

Figura 4.6: A agricultura campestre praticada por inúmeras aldeias nos países do continente africano ainda preserva formas de cultivo e práticas socioeconômicas e culturais de seus ancestrais.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bakweri_cocoyam_farmer_from_Cameroon.jpg

O autor acredita que o futuro do campesinato, invariavelmente, é se transformar em uma agricultura familiar e o que antes era uma forma de vida passa a ser uma forma de trabalho. Pode-se concluir que, sob a perspectiva de Abramovay, o mercado é o elemento mediador das relações sociais, para o qual o critério econômico para entender as diferentes relações homem-campo é predominante diante dos demais.

É importante que você conheça uma fala do autor que sintetiza sua proposta:

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa [...]. Apesar da base familiar comum, é intransponível a distância social entre um suinocultor da Comunidade Econômica Europeia, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em

Bruxelas, e uma família rural na Índia [...]. É possível uma distinção conceitual entre estas duas formas fundamentais de produção familiar? A resposta a esta questão na primeira parte do trabalho é afirmativa, mas condiciona-se a que se busque a raiz da diferença fundamentalmente no ambiente social, econômico e cultural que caracteriza cada uma delas (ABRAMOVAY, 1998, p. 22-23).

José Francisco Graziano da Silva

José Graziano da Silva é formado em Engenharia Agrônômica e se especializou nas Ciências Econômicas com enfoque nas questões rurais. Seus estudos foram direcionados à reflexão sobre o avanço do capitalismo na agricultura brasileira. Para tanto, debruçou-se em uma detalhada retrospectiva histórica sobre a questão rural e as interferências do capital na agricultura brasileira.

Ao contrário das concepções sobre o campesinato de Abramovay, Silva afirma que os camponeses estão inseridos e fazem parte do capitalismo, haja vista que o capital se apropria do excedente da produção camponesa e o camponês, sem grandes alternativas, reproduz o capital através da sua produção ou com sua força de trabalho.

A ideia principal da sua reflexão é que, mesmo com as transformações na agricultura geradas pelo capital, a própria terra constitui um importante elemento do capital –

o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento próprio do capital, produto das relações sociais de produção (SILVA apud FELICIO, 2011, p. 122).

No Brasil, é possível observar o avanço do capital na agricultura no aumento da concentração fundiária. A concentração fundiária é uma prática de origem social, política e econômica que acarreta na concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, gerando

os chamados latifúndios. Os pequenos proprietários (minifundiários), pressionados pela lógica capitalista na produção e comercialização agrícola, acabam vendendo suas propriedades por causa das dificuldades financeiras que encontram para produzir e sobreviver.



Figura 4.7: No sistema capitalista, a pressão dos latifundiários, normalmente líderes nos processos econômicos e políticos que norteiam os espaços rurais, acabam por expulsar os pequenos agricultores de suas terras, aumentando suas terras e limites de poder.

Esta concentração foi garantida pela desigualdade intrínseca ao sistema econômico e, principalmente no caso brasileiro, devido aos benefícios garantidos pelo Estado ao grande proprietário e às dificuldades encontradas pelo pequeno produtor. Neste processo, Silva ressalta a integração do setor primário ao circuito econômico global e a agricultura como um setor que demanda, cada vez mais, grandes quantidades de insumos e máquinas geradas pelo setor industrial. Este processo foi denominado “industrialização da agricultura”, tema que você estudará nas próximas aulas.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Maria de Nazareth Baudel Wanderley, advogada e doutora em sociologia rural, também discute em suas pesquisas as relações que envolvem o campesinato. Suas análises concluem que as relações do campesinato com o modo econômico capitalista superam a

condição de inferioridade e de subalternidade que muitos teóricos clássicos afirmam.

Para a autora, o capital tem como premissa a subordinação de todos os setores e o domínio das relações sociais. No caso do campesinato, a reprodução do capital se estabelece em uma forma polarizada: de um lado, existe uma autonomia por parte dos camponeses e, do outro lado, eles se submetem às regras do capital.

Um exemplo claro dessa autonomia é a heterogeneidade da forma produtiva dos camponeses em contraste com a homogeneidade da forma produtiva do capital. O camponês não rompe com suas tradições culturais, “o agricultor familiar permanece camponês, por causa da sua enorme capacidade de adaptação a contextos históricos, econômicos, sociais, culturais e ambientais distintos” (FELICIO, 2011, p. 125).

O trecho a seguir reitera as diferentes sociabilidades entre o capital e o campesinato:

Considerando a diversidade um atributo crescente das sociedades modernas, não é necessário negar a diferenciação que se encontra no meio rural, reduzindo-a a um denominador comum, que tudo homogeneiza, ou atribuí-la à “persistência” de formas sociais que escapam à própria dinâmica da sociedade. Compreender a diversidade supõe fundamentalmente desvendar os seus caminhos, isto é, compreender os processos sociais que a engendram, a partir dos quais é possível pressentir a tendência geral. Inverter o procedimento supõe uma visão absolutamente etérea, fora da História, por mais que se reclame dela, pois a imagina fatal e concluída. O estudo da diferenciação social, ao contrário de supor fatos isolados e desconectados, sugere a capacidade de apreender as razões pelas quais as classes, os grupos sociais e os indivíduos constroem a mesma trajetória, estabelecendo as ligações mais profundas de seus objetivos com a construção geral da sociedade. Estas podem revelar não só o esforço

de adequação às exigências impostas, mas, igualmente, a busca de concretização de concepções de família, de trabalho, de bem-estar, de sociabilidade, etc., que precisam ser apreendidas e compreendidas (WANDERLEY apud FELICIO, 2011, p. 125).



Neusa Cadore

Figura 4.7: Feira baiana de agricultura familiar e economia solidária. A agricultura familiar busca alternativas para sua sobrevivência, frente ao sistema capitalista, por meio da manutenção de suas práticas tradicionais e da produção cultural a ela associada. A busca crescente de pessoas da cidade por alimentos orgânicos e diferenciados representam uma importante fonte de renda complementar para inúmeras famílias de agricultores.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:II_Feira_Baiana_da_Agricultura_Familiar_e_Economia_Solid%C3%A1ria.jpg

Podemos concluir que, para a pesquisadora, o agricultor familiar é um protagonista dos processos sociais e demonstra a sua capacidade de adaptação diante das modificações do capital, sem deixar, contudo, sua forma particular de expressão cultural e de produção. Em sua maioria, a base da produção é para seu próprio abastecimento, fato que não remete ao entendimento de atraso, como muitos autores propõem, mas consiste na estratégia de manutenção da autonomia relativa da família.

Sergio Schneider

Sérgio Schneider é sociólogo, professor da UFRGS e especialista em pesquisas sobre agricultura familiar e pluriatividade no espaço rural. As análises de Sergio Schneider se concentram nas condições de vida dos agricultores familiares, analisadas segundo o modo desigual com que se desenvolve a economia de mercado. O autor considera o papel do agricultor familiar como pertencente ao campesinato, visto que estes mantêm suas tradições de produção e trabalho.

[...] o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação como o ambiente social que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero, etc.) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política (SCHNEIDER apud FELICIO, 2011, p. 131).

A pluriatividade é definida por Schneider como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro de um mesmo estabelecimento de composição familiar. A pluriatividade não deve ser considerada como uma demonstração de fraqueza para os agricultores, mas como uma alternativa para contornar problemas comuns ao meio rural, como a sazonalidade das rendas agrícolas e a desvalorização de alguns produtos ao longo do tempo.

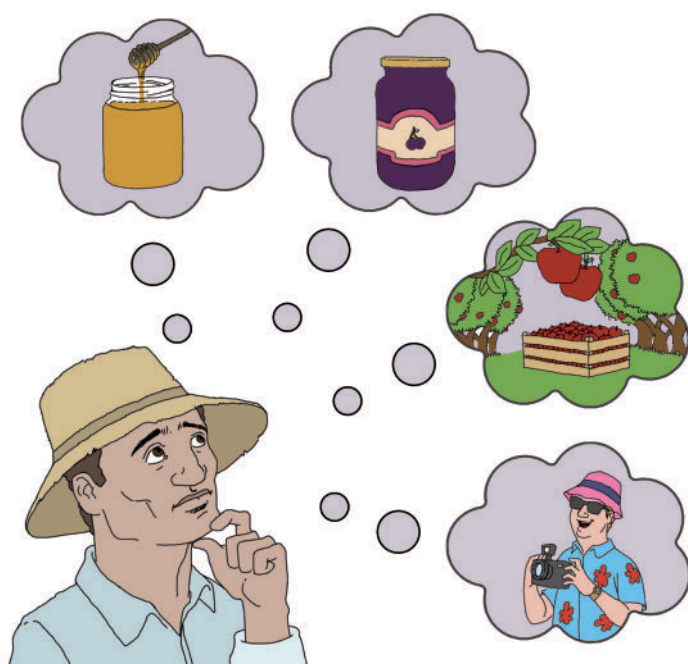


Figura 4.8: A pluriatividade resulta na combinação de atividades rurais e não rurais na propriedade agrícola. A pluriatividade pode contribuir como renda complementar para as famílias agrícolas, como também prepará-las para se inserirem no mercado, uma vez que produzem diferentes itens para comercialização.

O autor também adverte que a pluriatividade pode provocar mudanças na organização da produção (uma vez que necessita acomodar e adaptar as outras atividades), mas também pode ser compreendida como uma estratégia de absorção da mão de obra excedente e inproveitada na agricultura.

Além da pluriatividade, Schneider aponta a importância do autoconsumo, ou seja, a produção agrícola da propriedade também é voltada às necessidades das famílias. O autoconsumo é responsável pela geração da segurança nutricional das famílias e “funciona como forma de manobra da unidade produtiva frente ao mercado, diminuindo sua dependência das constantes flutuações das suas condições de troca” (FELICIO, 2011, p. 133).

José de Souza Martins

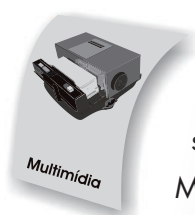
José de Sousa Martins, sociólogo, professor aposentado da USP e professor visitante de diversas universidades internacionais. Dedicou-se ao conhecimento das relações entre o capitalismo e os trabalhadores rurais, olhando mais atentamente para as questões de exclusão social, condições de trabalho no campo e a reforma agrária.



A reforma agrária tem como objetivo a redistribuição e o equilíbrio das propriedades rurais no território, por meio da distribuição de terras. Esse processo, liderado pelo Estado, tem como ação básica a desapropriação de terras improdutivas de grandes proprietários (latifundiários) e sua distribuição em lotes para famílias camponesas. A grande resistência por parte dos grandes proprietários, as dificuldades jurídicas e os altos custos de manutenção das famílias nas terras concedidas têm dificultado o avanço da reforma agrária no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vem exercendo grande pressão para esse processo de distribuição de terras, sendo a ocupação de propriedades consideradas improdutivas a sua principal forma de manifestação.

Martins fortalece a análise teórica da história da reforma agrária no Brasil. De acordo com suas perspectivas, que remontam a uma visão do final da década de 1990 e início dos anos 2000, a reforma agrária já está em andamento e vem sendo feita devidamente no marco da lei e da ordem.

De acordo com o autor, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) se colocam de forma equivocada diante da luta; pois houve uma inversão da proposta: “os grupos de mediação inverteram e puseram a luta pela reforma agrária no lugar da luta camponesa pela terra” (FELICIO, 2011, p. 143). Segundo o sociólogo, as ocupações de terra não representam conquistas e são consideradas como um “atraso da consciência”.



Para conhecer mais sobre os grupos MST e CPT, seus objetivos e suas reivindicações, visite:

MST: <http://www.mst.org.br/>

CPT: <http://www.cptnacional.org.br/>

Para José de Souza Martins, as relações de trabalho no campo não são uma questão estritamente ligada do capitalismo. Para o pesquisador, o campesinato é visto como uma categoria social tradicionalista que impede a modernização da sociedade. A solução para esse obstáculo seria a transformação do camponês em agricultor familiar, pois estaria sujeito a processos de modernização tecnológica e produtiva e tenderia a gerar empregos mais qualificados e mais bem remunerados.



Atende ao objetivo 2

Assinale verdadeiro (V) ou falso (F) para as afirmações:

- a) () A teoria proposta por Abravananay não faz distinção entre agricultura familiar e agricultura camponesa.
- b) () Silva afirma que a agricultura camponesa está inserida na dinâmica do capitalismo.
- c) () Segundo Wanderley, o agricultor familiar valoriza práticas econômicas e culturais tradicionais, mas procura adaptar-se às transformações advindas do sistema capitalista.
- d) () A pluratividade, segundo Scheneider, consiste na combinação de diferentes culturas agrícolas visando melhor rendimento do solo e eficácia na produção.
- e) () O agricultor familiar, segundo José de Souza Martins, é visto como uma categoria social tradicionalista que impede a modernização da sociedade e da agricultura.

Resposta comentada

a) A afirmação é falsa. Segundo Abramovay, a agricultura familiar consiste num grupo social rural que absorve, mesmo de forma lenta e restrita, o progresso técnico na agricultura e busca adaptar-se às regras de mercado. Por outro lado, a agricultura camponesa mantém formas e práticas agrícolas dos seus ancestrais, muitas vezes incompatíveis com o ambiente econômico capitalista.

b) A afirmação é verdadeira. Ao contrário das concepções sobre o campesinato de Abramovay, Silva afirma que os camponeses estão inseridos e fazem parte do capitalismo, haja vista que o capital se apropria do excedente da produção camponesa e o camponês, sem grandes alternativas, reproduz o capital através da sua produção ou com sua força de trabalho.

c) A afirmação é verdadeira. De acordo com a autora, o agricultor familiar é um protagonista dos processos sociais e demonstra a sua capacidade de adaptação diante das modificações do capital, sem deixar, contudo, sua forma particular de expressão cultural e de produção.

d) A afirmação é falsa. A pluriatividade é definida por Schneider como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, dentro de um mesmo estabelecimento de composição familiar, e pode ser considerada uma alternativa para contornar problemas no meio rural.

e) A afirmação é falsa. De acordo com Martins, o campesinato é visto como uma categoria social tradicionalista e atrasada. O ideal seria a transformação do camponês em agricultor familiar, pois este estaria sujeito a processos de modernização tecnológica e produtiva, gerando empregos mais qualificados e mais bem remunerados.

O desenvolvimento das relações produtivas na agricultura

Após esta análise conceitual sobre a agricultura, podemos compreender melhor as relações sociais e de produção da agricultura, principalmente no caso brasileiro. Como você estudou na aula anterior, o capitalismo passou por diversas fases para se estabelecer como sistema mundial. No caso brasileiro, podemos destacar três momentos para seu estabelecimento como sistema social e econômico:

1º momento: acumulação originária de capital

Este primeiro momento constitui um processo pré-capitalista de acumulação, ou seja, a acumulação não se dá por meio do modo de produção capitalista, sendo obtida por outras formas de produção e troca.

2º momento: liberação da mão de obra

A abolição do trabalho escravo permitiu a contratação de mão de obra livre assalariada proporcionando, assim, a acumulação de renda; seja pela mais-valia, pelo lucro gerado em cima do valor da mercadoria ou serviço ou pela não necessidade de se comprar e manter um escravo. Em outras palavras, é mais caro manter um escravo que um trabalhador livre assalariado.

É preciso entender que trabalhador livre não é sinônimo de trabalhador assalariado do tipo capitalista, haja vista que é possível observar trabalhadores livres, segundo os meios jurídicos, mas que estejam em regime de servidão, tendo em vista a exploração a que estão expostos.

3º momento: desenvolvimento das forças produtivas

O desenvolvimento das forças produtivas proporciona a dissolução da economia natural e o incremento da divisão social do trabalho. A expansão da produção de valores de uso, como o uso da terra, adquire a forma de mercadoria.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil não ocorreu a partir do feudalismo, mas sim do regime escravocrata diretamente para o capitalismo, cuja fase é conhecida como o período das *plantations*. De acordo com Jacob Gorender, esta fase é denominada “plantagem latifundiária”.

Os grandes proprietários de terra, responsáveis pelo plantio de cana-de-açúcar e café, não aderiram ao capitalismo logo em seguida ao fim do regime escravocrata. Seguindo a concepção de Gorender, tem-se:

O fazendeiro podia ser comerciante, financiador de outros fazendeiros, mas isso não mudava o modo de produção dentro da fazenda dele. Como fazendeiro, era um grande proprietário de terra que vivia fundamentalmente da renda da terra e não do lucro do capital, contendo essa renda da terra aspectos definidamente pré-capitalistas, além de predominar sobre o lucro do pouco capital aplicado na atividade propriamente agrícola. Eu não me refiro aqui às modernas usinas de açúcar, pois aí já se trata de nítido capital industrial (GORENDER 1987, p. 38).

Com a diminuição das *plantagens* e o avanço capitalista na economia brasileira, Gorender destaca duas linhas de desenvolvimento econômico na agricultura. São elas:

- o latifúndio, composto por formas camponesas que se transformam, ao longo do tempo, em empresas capitalistas;
- a pequena exploração, de estrutura campesina-familiar independente que, com a expansão espacial e a intensificação da dinâmica do mercado, tende a aumentar as suas trocas mercantis, consequentemente diminuindo o grau de sua economia natural.

A linha latifundiária representa uma mudança e um desenvolvimento das relações sociais de produção que se efetuam pela força da acumulação do capital e do mercado capitalista de mão de obra. Dessa maneira, em regiões mais dinâmicas, muitas formas camponesas são eliminadas ainda que se faça uma reforma estrutural fundiária, pois a estrutura econômica vigente (capitalismo em processo mais avançado) não permite que elas – as formas camponesas – se mantenham.

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro vem de uma política estatal de longa data que se acentuou verticalmente na década de 1970, com a primeira Revolução Verde. Esta política esteve sempre voltada para os grandes proprietários de terra, principalmente aqueles que produzem para a exportação, pecuária bovina de corte em regiões privilegiadas política e economicamente, que tinham como facilitador: créditos a juros baixos, subsídios para compra de insumos, redução e/ou eliminação de impostos para a compra de maquinários, entre outros. Esta política está conjugada com o interesse dos produtores industriais, que abastecem a agricultura, setor predominantemente multinacional.

O processo histórico de concentração fundiária tem influenciado no aumento do preço da terra, sobretudo nas regiões mais dinâmicas. A terra passou a funcionar no Brasil, como reserva de valor, de entesouramento e, combinada com as altas taxas de renda da terra, vem enfraquecendo a expansão do arrendamento capitalista, ainda que o país abrigue extensas áreas de solo fértil sem produtividade.



Atende ao objetivo 3

A partir da afirmação, assinale as alternativas corretas:

A concentração latifundiária representa uma mudança e um desenvolvimento das relações sociais de produção que se efetuam pela força da acumulação do capital e do mercado capitalista de mão de obra. Desta maneira, em regiões mais dinâmicas, muitas formas camponesas são eliminadas ainda que se faça uma reforma agrária, pois a estrutura econômica vigente (capitalismo em processo mais avançado) não permite que elas – as formas camponesas – se mantenham.

- a) (☐) Os latifúndios, por meio da tecnologia e produção em massa, lideram a dinâmica do mercado, pressionando a produção camponesa.
- b) (☐) A reforma agrária é a solução única e definitiva para o problema da concentração fundiária.
- c) (☐) A concentração fundiária é algo inerente ao capitalismo e representa uma forma de progresso e modernização do espaço rural.
- d) (☐) A reforma agrária deve ser acompanhada de programas de incentivo e apoio ao pequeno produtor, como linhas de crédito, financiamentos e subsídios para obtenção de insumos necessários à produção.

Resposta comentada

As alternativas a e d estão corretas. A concentração fundiária representa um sério problema no espaço rural, pois dificulta a inserção e permanência de pequenos produtores na dinâmica competitiva do mercado. A questão da reforma agrária é muito complexa, pois vai além da simples redistribuição de terra. Ações voltadas à manutenção do pequeno agricultor no campo, como incentivos fiscais e financeiros adequados, auxílio técnico e social, apoio à comercialização, são alguns exemplos que devem ser considerados.

CONCLUSÃO

As discussões teóricas sobre a agricultura sempre assinalam as relações sociais estabelecidas no espaço rural. O desenvolvimento capitalista acarreta transformações profundas no território, seja em sua configuração espacial, na dinâmica das populações tradicionais, ou nas formas produtivas.

Analisar as relações dos grupos sociais remanescentes no espaço rural com o desenvolvimento capitalista, como os camponeses e as propriedades familiares, é fundamental para observarmos seus processos de resistência, adaptação ou inserção no sistema.

Como você observou, a maior parte dos pesquisadores assinala a importância da agricultura familiar na diversidade produtiva, na pluriatividade, na manutenção de práticas culturais, como também na dinâmica social e econômica do espaço rural.

Dessa forma, vários autores consideram imprescindível o debate sobre a importância da reforma agrária no desenvolvimento da sociedade brasileira. Segundo os autores, a reforma agrária deve beneficiar e acompanhar a divisão de terras para usufruto dos grupos familiares com os mesmos direitos que os latifundiários possuem: linhas de crédito, apoio comercial e técnico por parte do Estado. Este assunto, contudo, será analisado com maior profundidade no decorrer da disciplina.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Após conhecer as principais abordagens teóricas sobre a agricultura e sobre os agricultores familiares, você deve se perguntar se existem ações governamentais que objetivem melhores condições de trabalho e de vida aos trabalhadores rurais.

O *Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)* do Brasil foi criado em 25 de novembro de 1999 e tem por competências a reforma agrária e o reordenamento agrário, a regularização fundiária na Amazônia Legal, a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, entre outras. Existem vários programas deste ministério voltados aos agricultores familiares. Por meio de pesquisa no portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, escolha algum programa e sintetize suas principais ações.

Como acessar:

- acesse o portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/>;
- clique em “Acesso à Informação”. Uma nova página se abrirá e, do lado esquerdo da página, você observará um menu de opções;
- clique em “Ações e Programas”;
- todos os programas oficiais do MDA serão elencados à direita. Selecione aquele que achar interessante e clique sobre seu nome;
- leia o texto referente ao programa e sintetize suas ações.

Resposta comentada

Os programas do MDA têm ações abrangentes. Observamos ações voltadas para geração de renda, agricultura familiar, assistência técnica e extensão, financiamento e proteção à produção, entre outras.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo, é um programa que visa apoiar projetos individuais e coletivos à agricultura familiar. São concedidos

créditos para projetos de natureza técnica (aquisição de equipamentos ou melhoria de infraestrutura), projetos para pequenas agroindústrias, ações de agroecologia, cooperativas e plantio sustentável, bem como para turismo rural. Os créditos são concedidos a projetos que possibilitem geração de renda aos agricultores familiares ou aqueles que foram beneficiados com a reforma agrária. O acompanhamento, a orientação na elaboração dos projetos e a orientação para solicitação de crédito são realizados por meio de técnicos capacitados pelo MDA.

RESUMO

Principais abordagens teóricas da agricultura	
Abordagens clássicas	Resumo
Karl Kautsky	Kautsky afirma que a questão agrária possui uma relação direta com a estrutura e lógica do capitalismo, alertando para suas características opostas: de um lado, o campesinato, e, do outro, o capital. Tais elementos obedecem a lógicas distintas, desde a ocupação de um determinado território (formas de ocupação, relações de poder) até as formas estabelecidas em suas relações sociais.
Alexander Chayanov	Para Chayanov, o campesinato continua a existir com o capitalismo e nele se desenvolve, ainda que não faça parte dele, pois é movido por uma lógica distinta. O campesinato é obrigatoriamente um produtor de mercadorias e está contido no mercado, mas não segue sua lógica, não é transformado em capitalista. Seu objetivo não é exclusivamente o lucro. As lógicas da agricultura empresarial e da agricultura camponesa são opostas.

Teodor Shanin	Teodor Shanin se debruçou sobre a questão agrária a partir da compreensão de três abordagens que estão, de acordo com sua análise, estruturalmente associadas: o campesinato, a função do campesinato na sociedade e o desenvolvimento da sociedade na qual o campesinato evolui. De acordo com Shanin, estes pontos são centrais para o real entendimento da questão agrária e, consequentemente, de sua ação política, pois os camponeses e a sua dinâmica devem ser considerados para que se reconheçam quem são esses atores e como se dá o cenário da sociedade em que vivem.
Abordagens contemporâneas	Resumo
Ricardo Abramovay	A teoria proposta por Abramovay faz distinção entre agricultura familiar e agricultura camponesa. A agricultura familiar encontra um meio de se adaptar às mudanças técnicas e econômicas da agricultura no tempo, enquanto a agricultura camponesa se apegua às estruturas e dinâmicas socioeconômicas e espaciais do passado. Para Abramovay, o mercado é o elemento mediador das relações sociais, para o qual o critério econômico é predominante para entender as diferentes relações homem-campo.
José Francisco Graziano da Silva	Ao contrário das concepções sobre o campesinato de Abramovay, Silva afirma que os camponeses estão inseridos e fazem parte do capitalismo, haja vista que o capital se apropria do excedente da produção camponesa e o camponês, sem grandes alternativas, reproduz o capital através da sua produção ou com sua força de trabalho.

<p>Maria de Nazareth Baudel Wanderley</p>	<p>Para a autora, o capital tem como premissa a subordinação de todos os setores e o domínio das relações sociais. No caso do campesinato, a reprodução do capital se estabelece numa forma polarizada: de um lado existe uma autonomia por parte dos camponeses e, do outro lado, eles se submetem às regras do capital. Segundo as ideias da pesquisadora, o agricultor familiar é um protagonista dos processos sociais e demonstra a sua capacidade de adaptação diante das modificações do capital, sem deixar, contudo, sua forma particular de expressão cultural e de produção.</p>
<p>Sergio Schneider</p>	<p>O autor considera o papel do agricultor familiar como pertencente ao campesinato, visto que estes mantêm suas tradições de produção e trabalho. A pluriatividade é definida por Schneider como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro de um mesmo estabelecimento de composição familiar.</p>
<p>José de Souza Martins</p>	<p>Martins fortalece a análise teórica da história da reforma agrária no Brasil. Estabelece algumas críticas aos movimentos sociais que realizam ocupações de terras improdutivas. Para José de Souza Martins, as relações de trabalho no campo não são uma questão estritamente ligada do capitalismo. Para o pesquisador, o campesinato é visto como uma categoria social tradicionalista que impede a modernização da sociedade. A solução para este obstáculo seria a transformação do camponês em agricultor familiar.</p>

Aula 5

Urbano e rural:
o processo
de unificação
promovido pelo
capitalismo

Rogério Seabra

Meta da aula

Apresentar os processos de transformação nas relações entre o rural e o urbano, capitaneados pela expansão do capital, capazes de regulamentar novos padrões de integração na dinâmica relacional entre cidade e campo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os processos hegemônicos na estrutura do capitalismo no período moderno;
2. reconhecer as transformações na relação entre o urbano e o rural e as suas formas de integração;
3. compreender os processos transescalares atuantes no processo de unificação das relações.

INTRODUÇÃO

A configuração do sistema capitalista é uma realidade extremamente complexa, principalmente quando pensamos em análises conjunturais. Contudo, algumas relações estruturantes são relativamente claras e fundamentais para analisarmos a unificação entre o urbano e o rural.

O grande geógrafo David Harvey (2011) afirma que o capital é um processo. Tal afirmação pode ser compreendida como uma estrutura em constante expansão e, como particular característica do modo de produção capitalista, essa expansão deve ser eterna, materializando-se em crescimento e ampliação das taxas de lucro e, portanto, do próprio capital. A Geografia, nesse processo, é fundamental para a compreensão do atual processo de unificação do urbano e do rural; ou seja, a necessidade de crescimento do capital é marcada pela expansão espacial do processo de acumulação, gerando a penetração do capitalismo no campo.



Figura 5.1: A Geografia é fundamental para a compreensão do atual processo de unificação do urbano e do rural.

O essencial do processo de expansão, claramente espacial, é a difusão da lógica do modo de produção capitalista, transformando modelos locais em partes integrantes da expansão capitalista. É fundamental tratarmos o sistema capitalista como um elemento capaz de incluir grupos sociais para, posteriormente, marginalizá-los internamente. Isso se deve ao fato de que a difusão de novas técnicas, das mercadorias e do próprio capital é seletiva, ou seja, somente os grupos capazes de consumir seus produtos são incluídos. No entanto, o discurso e a lógica capitalistas são os da integração.

Assim, trataremos a penetração do capitalismo no capital como uma forma de difusão de sua lógica, capaz de aproximar e unificar urbano e rural sem homogeneizá-los, porém integrando-os pelo viés da estrutura do sistema capitalista e pela lógica hegemônica do sistema.

As transformações e a integração

Berg e Roberts (2012) são diretos ao tratarem do processo de expansão da rede Walmart e seus impactos para o varejo global. Segundo os autores, a estratégia do gigante global do varejo – de reduzir custos com eficiência logística –, garantiu o aumento do poder do varejista sobre fornecedores, implicando transformações ao longo da cadeia de produção e distribuição (e também no consumo).

Podemos citar também as grandes redes de *fast-food*, que adotam lógicas de comercialização que interferem em toda a cadeia produtiva, inclusive a agrícola. As hortaliças utilizadas na rede americana McDonald's possuem forma de produção e logística de distribuição especializadas em atender às demandas da rede. Recentemente, no Brasil, as campanhas publicitárias do McDonald's convidam seus consumidores a conhecer suas fazendas de produção de hortaliças, pela internet.



Figura 5.2: As grandes redes de fast-food adotam lógicas de comercialização que interferem em toda a cadeia produtiva, inclusive a agrícola.

Fontes: <http://www.flickr.com/photos/kochtopf/5915300432/>; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lettuce_farm-impasug-ong2.JPG

O exemplo dessas grandes redes americanas serve como indicação para o processo de unificação da lógica urbana e rural, ou seja, uma transformação na forma de comercialização de um estabelecimento comercial pode gerar uma transformação em toda a cadeia de distribuição e de produção. A lógica hegemônica de uma grande rede pode transformar a lógica da produção no campo para satisfazer suas necessidades de comercialização. Nesse sentido, o urbano e o rural continuam com formas e funções distintas, mas atuam na mesma lógica; neste caso, em nome da eficiente fluidez produtiva do atual momento do sistema capitalista.

Esse sentido de transformação deve ser analisado também na perspectiva transescalar, ou seja, entre as diferentes escalas de análise. A escala geográfica de um fenômeno, associada aos elementos analíticos de horizontalidade e verticalidade, representa a estrutura teórica da unificação urbano-rural pelo capitalismo.



Para analisar os novos contornos e características dos espaços geográficos no mundo da globalização, o grande geógrafo brasileiro Milton Santos apresenta os conceitos de verticalidade e horizontalidade. As verticalidades são espaços de fluxos formados por um conjunto de pontos associados às tarefas produtivas características das atividades econômicas dominantes no mundo contemporâneo. Referem-se às grandes organizações globais que atuam de modo imperativo nos territórios. Já as horizontalidades apresentam formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesta área, a despeito da vontade de unificação e homogeneização características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades. O conceito de horizontalidade realça a função e a força do lugar, do local, do próprio; ele chama atenção para o fato de que pessoas, grupos e instituições realizam, por dentro, o mundo à sua maneira.

Nesse sentido, associamos a expansão, inata ao modelo capitalista, ao processo (re)estruturante de atuação vertical, ou seja, forças globais hegemônicas (com capacidade transescalar) transformam e subordinam a escala local ao necessário processo de crescimento da lógica capitalista. É o caso da rede McDonald's, que altera formas de produção agrárias locais para atender a suas demandas de produção e comercialização.



Figura 5.3: As grandes redes transnacionais verticais de supermercados vêm pressionando e segregando formas tradicionais horizontais de comercialização de produtos agrícolas, como é o caso das feiras livres, dos produtores.

Fontes: <http://www.flickr.com/photos/7477245@N05/8664980968/>; <http://www.flickr.com/photos/daquellamanera/466166296/sizes/m/in/photostream/>

Pensando nas relações urbano-rurais e no poder de penetração do capitalismo, concordamos com Sobarzo (2006), quando este constrói a ideia de urbano e rural como realidades diferentes de campo e cidade, ou seja, campo e cidade se referem à materialidade espacial, ou seja, apresentam elementos materiais característicos, enquanto rural e urbano são abstrações, categorias analíticas de fenômenos socioespaciais.



Os termos *campo* e *cidade* se referem à materialidade espacial. Já *rural* e *urbano* são abstrações, categorias analíticas de fenômenos socioespaciais.

Devemos, assim, compreender o modo de produção capitalista para além do modelo de produção. O capital é também um modelo societário e impõe a sua lógica no sistema social. Pensando no urbano e no rural como sistemas sociais, incorporamos as transformações do capital ao urbano e rural como novas formas sociais.



Atende ao objetivo 1

Discuta as transformações e aproximações do rural e urbano por meio da ilustração a seguir:



Resposta comentada

As organizações transnacionais adotam lógicas próprias de produção, distribuição e comercialização. Tais lógicas afetam toda a cadeia produtiva a elas associadas, implicando grandes transformações na agricultura. Embora as formas espaciais do urbano e do rural possam ser distintas, a lógica imposta pelo capital aproxima o urbano e o rural, que atuam na mesma direção, ou seja, na reprodução do capital.

Globalização e imposição

Adotar uma única definição para globalização representa uma tarefa praticamente impossível diante de um incontável referencial bibliográfico sobre o tema.

Santos (2002) qualifica a globalização como estágio máximo da internacionalização do modo de produção capitalista, ou seja, uma expansão dos parâmetros capitalistas para as economias do planeta. Devemos atentar que as inúmeras variáveis desse processo de expansão do capitalismo se traduzem em resultados diferentes para a somatória entre o processo de globalização e o local atingido pelo processo.

O processo de globalização assume diversas formas; entre elas, a difusão de inovações técnicas de natureza vertical impostas ao local. Ianni (1996), trabalhando o “mundo agrário”, exemplifica diversas mudanças em curso no espaço rural. Em geral, as transformações surgem de verticalidades capazes de **subsumir** a agricultura ao jogo do capitalismo globalizado e, em escala local, ao **jugo** do controle urbano. As mudanças são fruto de empresas e corporações cujo interesse é alocar sua organização fabril no campo, reestruturando hábitos alimentares, forma de trabalho e organizações socioespaciais.

Subsumir

Incluir, colocar alguma coisa num contexto mais amplo.

Jugo

Opressão moral ou material.

A escala local é combatida, pelas análises capitalistas, como o lugar passível de normas únicas e capazes de criar regras próprias para um novo padrão de desenvolvimento com qualidades muito distantes do real. Em contrapartida, é enaltecida a complexidade de fenômenos transescalares, fruto de agentes hegemônicos atuantes nas diversas escalas de forma harmônica. Vainer (2001) confirma a importância da análise transescalar, pois, segundo o autor,

uma cidade não existe solta no ar; as formas de dominação e acumulação que a caracterizam não podem ser percebidas sem um olhar para suas articulações regionais, nacionais e, cada vez mais, internacionais (VAINER, 2001, p. 148).

O processo de expansão do modo de produção capitalista atualmente – grosso modo, a globalização – apresenta uma configuração clara de grande desenvolvimento técnico, fomentado pelo crescimento acentuado de tecnologias da informação, controlados por uma minoria hegemônica, justamente porque conserva o poder sobre o uso e o desenvolvimento dessas técnicas.



Figura 5.4: Tecnologias inovadoras na agricultura, como a hidroponia (cultivo com base em água) para a produção de frutas e o cultivo de produtos agrícolas por organizações transnacionais, como milho irrigado na África, alteram as práticas tradicionais da escala local em detrimento das exigências impostas pelo capitalismo globalizado.

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Morangos_hidroponicos_JPG; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cornfield_in_South_Africa2.jpg

O controle sobre as técnicas também muda o sentido do local. Trata-se de uma resignificação a partir da inserção do local ao contexto global em que as relações de poder são geralmente permeadas por organizações transnacionais, comprometendo a autonomia do local e alterando as relações horizontais e verticais que compõem a dinâmica do poder de um determinado local. Desse modo, a globalização atinge o local, transformando-o simbolicamente, uma vez que este não é mais o mesmo que era antes da entrada de “forças” globalizantes.

A estruturação teórica anterior retrata o processo de incorporação do urbano e do rural ao jugo da escala global. Devemos, entretanto, salientar que esses processos não são homogeneizantes; a difusão das técnicas é seletiva e os processos atuam com intensidade bem diferentes, gerando, assim, respostas locais diferenciadas.

Urbano e rural mantêm suas especificidades. A sociedade não caminha para uma urbanização total no sentido material; falamos de outra proposta teórica, da integração de espaços e modelos societários por uma mesma lógica, a lógica da expansão do capital.

Santos (2004) contribui para a análise dos efeitos da globalização relacionando os impactos de novos agentes em relações sociais passadas. Segundo o autor,

Criam-se, paralelamente, incompatibilidades entre velocidades diversas; e os portadores das velocidades extremas buscam induzir os demais atores a acompanhá-los, procurando disseminar as infraestruturas necessárias à desejada fluidez nos lugares que consideram necessários para a sua atividade. Há, todavia, sempre, uma seletividade nessa difusão separando os espaços da pressa daqueles outros propícios à lentidão... (SANTOS, 2004, p. 84).

Essa referência teórica ilustra a perturbação provocada por verticalidades na relação urbano/rural. Rural e urbano são subordinados por uma lógica global hegemônica.



Atende ao objetivo 2

Assinale a alternativa correta:

- a) () Com a globalização, podemos observar uma transformação físico-material que aproxima o rural do urbano, sendo, muitas vezes, difícil identificá-los.
- b) () Observa-se que a escala local resiste bravamente às imposições socioespaciais e econômicas impostas pelo capitalismo globalizado. As tradições e práticas agrícolas dos antepassados persistem em diversas partes do território.
- c) () Observa-se uma resignificação do local submetido à globalização, uma vez que as relações de poder são geralmente permeadas por organizações transnacionais, comprometendo a autonomia do local e alterando as relações horizontais e verticais que compõem a dinâmica do poder de um determinado local.
- d) () A escala local é enaltecida pelas análises capitalistas, enquanto os fenômenos transescalares são tidos como um atraso para o avanço e a modernização dos espaços rurais.

Resposta comentada

A alternativa correta é a d. Se visitarmos uma área rural de produção agrícola, podemos observar ainda hoje paisagens claramente rurais: campos cultivados, máquinas agrícolas, propriedades rurais. No entanto, a globalização que atinge tais áreas muda o significado desses elementos que caracterizamos como parte do lugar. As formas de produção, as relações de trabalho e a tecnologia empregada nos espaços agrários estão voltadas aos interesses do capital global. Muitas vezes, os proprietários das terras cultivadas são organizações transnacionais, que empregam lógicas espaciais e produtivas alheias à escala local.

CONCLUSÃO

Outra escala, outra dimensão

As transformações que observamos hoje no espaço rural são fundamentais na atual consideração de um meio rural para além do agrícola. As transformações citadas anteriormente elevam a complexidade da análise sobre o rural. Nesse sentido, a dimensão não agrícola ganha força e o aproxima do espaço urbano.

O rural passa a ser valorizado pela possibilidade da exploração da paisagem, das condições específicas de vida e da própria agricultura. A apropriação da paisagem e a manutenção de formas e estruturas – materiais e imateriais – simbólicas fomentam o uso turístico do espaço rural, aproximando rural e urbano por fluxos e interações espaciais. O turismo em espaço rural, em geral de origem urbana, altera e transforma as relações horizontais entre esses espaços, sendo mais uma peça da unificação promovida pela espiral expansionista do capital.

Entre essas transformações, a produção familiar, por exemplo, muda de características: além de perder o caráter tradicional, inaugura uma forma de pluriatividade, ou seja, uma forma de articular mais de uma renda (por vezes, uma agrícola e outra não agrícola) e elevar a renda familiar.

As transformações, ainda em curso, apontam para um rural plural, de característica multifuncional, associando elementos agrícolas e não agrícolas, horizontais e verticais, do local e do global. Nesse sentido, devemos salientar a afirmação de Figueiredo (2011), ao indicar que o rural ainda não está constituído como algo novo, porém já é algo diferente do que era.

Atividade final

Pesquise a legislação e as atividades econômicas principais do seu município definidas como urbano e rural. Identifique atividades rurais agrícolas e/ou não agrícolas que representem uma interação e/ou aproximação do rural com o urbano.

Resposta comentada

Se seu município possui empresas transnacionais ou nacionais de grande peso econômico de natureza agrícola, observe ou busque saber se sua presença vem alterando as formas de produção e de relações sociais no espaço rural.

Da mesma forma, a pesquisa de áreas turísticas e pluriatividades pode ser um elemento importante na integração dos espaços.

Seria muito importante você pensar: A área rural do meu município é igual ao que era antes?

☐ que mudou? Quais as transformações físicas e simbólicas (de significado) que eu percebo?

☐ rural e o urbano em meu município estão interagindo?

RESUMO

- O modo de produção capitalista deve ser compreendido para além do modelo de produção. O capital é também um modelo societário e impõe a sua lógica no sistema social.
- O urbano e o rural continuam com formas e funções distintas, mas atuam na mesma lógica; neste caso, em nome da eficiente fluidez produtiva do atual momento do sistema capitalista.
- As transformações hoje observadas no espaço rural surgem de verticalidades que submetem a agricultura ao jogo do capitalismo globalizado e, em escala local, ao jugo do controle urbano. As mudanças são fruto de empresas e corporações cujo interesse é alocar sua organização fabril no campo, reestruturando hábitos alimentares, forma de trabalho e organizações socioespaciais.
- Urbano e rural mantêm suas especificidades. A sociedade não caminha para uma urbanização total no sentido material, mas constata-se a integração de espaços e modelos societários por uma mesma lógica, a lógica da expansão do capital.
- As transformações, ainda em processo, apontam para um rural plural, de característica multifuncional, associando elementos agrícolas e não agrícolas, horizontais e verticais, do local e do global.

Aula 6

Industrialização, urbanização rural e o agronegócio

Marcelo Antonio Sotratti

Meta da aula

Apresentar a influência do processo de industrialização na dinâmica econômica e espacial dos espaços rurais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os principais elementos que caracterizam o processo de industrialização;
2. diferenciar as abordagens teóricas referentes ao processo de urbanização rural;
3. associar os processos de industrialização e urbanização dos espaços rurais à formação e lógica do agronegócio.

INTRODUÇÃO

Em meio a grandes transformações sociais, econômicas e espaciais que observamos no mundo atual, você deve se perguntar se o espaço rural ainda mantém suas características peculiares, como áreas agrárias produtivas, relações sociais familiares ligadas à terra e paisagens bucólicas com campos cultivados, animais e propriedades rurais.

Talvez você perceba mudanças significativas, como a diminuição de áreas cultivadas, propriedades rurais que produzem itens inovadores e de interesse direto dos consumidores urbanos, como queijos, geleias e hortaliças orgânicas, a presença marcante de hotéis, spas e condomínios sofisticados com estrutura e arquitetura nitidamente urbana.



Figura 6.1: Imagem de pequenas fazendas em Piracicaba – SP. Mudanças significativas na paisagem do meio rural, como, por exemplo, a diminuição de áreas cultivadas.

Fonte: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fazendas_em_Piracicaba_SP.jpg

Esse fato expõe claramente a essência da questão agrária discutida atualmente pelas Ciências Sociais e Humanas e, mais especificamente, pela Geografia. Os principais temas debatidos pela Geografia em relação às novas características do campo são a intensificação da pluriatividade, o aumento das atividades não agrícolas em áreas rurais, a mecanização crescente da atividade agropecuária, o agronegócio e os movimentos socioterritoriais no campo.

A questão agrária e outros sérios problemas nacionais possuem relação direta com a compreensão e ação sobre o rural e o urbano, mais especificamente, sobre a urbanização do campo, a influência da industrialização na área rural e o agronegócio, temas que serão abordados nesta aula.

Industrialização

A industrialização representa um momento importante na história do homem. O homem rural, que trabalhava na agricultura para sobreviver e para sustentar um sistema político-religioso medieval, via no campo seu espaço de convivência e produção econômica.

Com a Revolução Industrial e a expansão do capitalismo, a lógica produtiva se desloca para as áreas urbanas, e as fábricas passam a representar a nova unidade produtiva e de oportunidade de trabalho e enriquecimento. Essa transferência econômico-espacial gerou um fenômeno social que transformou o cenário mundial do século XIX: o êxodo rural.

O êxodo rural pode ser compreendido como o deslocamento massivo de pessoas originadas do campo em direção às cidades. Tal deslocamento se deu em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de trabalho nas fábricas.

O êxodo rural transformou as cidades industriais, exigindo esforços de planejamento e ações locais para minimizar os efeitos da superpopulação que habitava as cidades recém-industrializadas.

Com o desenvolvimento da engenharia sanitária, do urbanismo e do planejamento urbano, as cidades se adequaram precisamente para se tornar o cenário dessa importante fase do capitalismo: a industrialização.



Alessandro Casagrande

Figura 6.2: As cidades industriais sofreram os efeitos e precisaram se adaptar para minimizar os efeitos do êxodo rural.

Fonte: <http://pt.fotopedia.com/items/flickr-3400367429>

A Industrialização pode ser considerada como um processo histórico, econômico e social, no qual a indústria se torna o setor dominante de uma economia mediante a substituição de instrumentos, técnicas e processos de produção tradicionais, resultando em aumento da produtividade e geração de riqueza.

A economia, antes de base agrária, artesanal e comercial, passa a ter uma base urbana e industrial – o que gera transformações profundas sobre os modos de vida e o padrão de relações sociais anterior. O sistema de produção artesanal, manual, espacialmente disperso e observado tradicionalmente nas cidades e no campo, dá lugar à produção em série e em grande escala, mecanizada, espacialmente concentrada e padronizada, gerando produtos de qualidade e padrão homogêneos.

Toda a economia e toda a sociedade se reorganizam em função do desenvolvimento da indústria. No entanto, a industrialização não ocorreu em todos os países e, quando ocorreu, atingiu intensidades diferenciadas segundo os processos históricos e políticos de cada país.

Nesse sentido, para atender de forma cada vez mais crescente às demandas de consumo de uma grande população urbana e de produção das fábricas, a industrialização se direciona para o espaço até então quase esquecido: o espaço rural.

A industrialização da agricultura pode ser caracterizada pela mecanização do trabalho agrícola e pela dependência de fatores de produção externos, alheios à exploração agrícola e ligados ao processo de produção industrial, tais como fontes de energia fósseis, insumos agrícolas e máquinas de alta rentabilidade produtiva. A modernização e a industrialização da agricultura busca equiparar o setor agrícola a outros tipos de indústrias, ou seja, procura minimizar e racionalizar o uso de recursos para alcançar maior produtividade e, conseqüentemente, lucro.



Figura 6.3: Efeitos da industrialização agrícola nas pequenas propriedades rurais.

Durante o processo de modernização agrícola, as tecnologias tradicionais são substituídas por tecnologias industriais, normalmente mecanizadas e originadas nas fábricas urbanas, distantes das comunidades rurais. Da mesma forma, o conhecimento tradicional

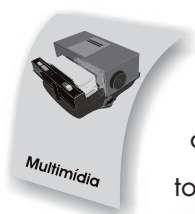
dessas comunidades é substituído pelo conhecimento técnico-científico dos engenheiros e técnicos agrícolas, também provenientes de locais distantes do meio rural.

Cria-se assim uma situação de dependência crescente, na comunidade rural, da lógica externa de natureza industrial e de fatores sobre os quais a comunidade rural não tem mais controle. A introdução de tecnologias e de conhecimentos externos, não adaptados às condições ecológicas e sociais locais, contribuiu para a transformação e perda da cultura camponesa, com consequente homogeneização sociocultural e ainda provocando degradação ambiental associada às novas técnicas de exploração agrícolas.

A industrialização da agricultura foi fortemente impulsionada após a segunda guerra mundial, por um processo conhecido como “Revolução Verde”. Por meio de políticas governamentais que tinham como objetivo aumentar a produção agrícola e alcançar a segurança alimentar, sobretudo em regiões pobres e atrasadas, esse processo contribuiu para a inserção e adequação de grupos hegemônicos ligados à indústria em áreas de evidente produção agrícola industrial.

A Revolução Verde também teve sua importância para os países desenvolvidos, uma vez que, na Guerra Fria, a autossuficiência agroalimentar era considerada fundamental para garantir a estabilidade e independência dos países europeus e dos Estados Unidos.

A industrialização da agricultura aumentou certamente a produtividade agrícola de modo significativo, levando à produção de excedentes, apesar do crescimento populacional verificado. No entanto, esse sucesso trouxe consigo consequências sociais e ambientais nefastas, como desmatamento, poluição de rios e do solo, erosão e “expulsão” de comunidades tradicionais de suas terras.



A Revolução Verde hoje é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo. Mas você quer saber mais sobre os impactos mais profundos causados por ela, não só no aspecto social e ambiental? Se ficou curioso, então leia o artigo intitulado "Revolução Verde e a apropriação capitalista", em http://web2.cesjf.br/sites/cesjf/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Nele, vai ser possível perceber as reais intenções das grandes empresas na modernização da agricultura: a maximização do lucro, através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado, e a aquisição de *royalties*, por intermédio dos pacotes tecnológicos, criando assim um círculo de dependência para o agricultor.

Boa leitura!



Atende ao objetivo 1

Assinale as alternativas associadas ao processo de industrialização do espaço rural:

- a) () A industrialização rural trouxe modernização para o processo produtivo, mas sempre se preocupou em manter as técnicas e a cultura tradicional das populações camponesas.

- b) () A modernização e industrialização do campo estão ligadas à introdução de elementos externos, relacionados à indústria na agricultura, como mecanização agrícola, utilização massiva de insumos e fontes de energia fósseis.
- c) () Podemos associar o processo de industrialização ao êxodo rural, uma vez que as cidades industriais apresentavam novas oportunidades de trabalho e condições de vida ao homem do campo.
- d) () A Revolução Verde foi um processo de consciência ambiental no campo, em que questões de sustentabilidade e proteção dos recursos naturais orientavam os processos produtivos
- e) () A industrialização rural e, sobretudo, a Revolução Verde trouxeram os resultados produtivos esperados, mas não podemos negligenciar os efeitos ambientais e sociais por elas gerados.

Resposta comentada

As alternativas corretas são: b, c, e. A industrialização rural representou uma grande transformação no processo produtivo do campo, ao introduzir uma nova lógica de produtividade, baseada na mecanização agrícola e no uso de energia fóssil e de insumos. Esse processo trouxe consigo consequências ambientais e sociais nefastas, como poluição, perda da biodiversidade (pelo desmatamento e avanço das áreas agrícolas), como também a “expulsão” do homem do campo e o desprezo pela sua cultura e técnicas produtivas tradicionais.

Urbanização rural

Algumas abordagens teóricas sobre as definições e características do campo e da cidade destacam duas linhas de análise: a análise dicotômica (dicotomia é a divisão de um elemento em duas partes, em geral contrárias, como a noite e o dia, o bem e o mal, o preto e o branco) e a análise de continuidade.

Na abordagem dicotômica, o campo se opõe à cidade; já na abordagem da continuidade, a industrialização seria elemento que aproximaria o campo da realidade urbana. Marques (2002) sintetiza os elementos que contribuiriam para classificar o rural e o urbano como elementos espaciais opostos:

- (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa;
- (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da Natureza;
- (3) diferenças no tamanho das populações;
- (4) diferenças na densidade populacional;
- (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações;
- (6) diferenças na diferenciação, estratificação; complexidade social;
- (7) diferenças na mobilidade social;
- (8) diferenças na direção da migração (MARQUES, 2002, p. 100).



Figura 6.4: As imagens exemplificam o olhar dicotômico entre a cidade e o campo: enquanto, na cidade, as pessoas se ocupam em atividades ligadas à indústria e ao comércio, atraindo um número significativo de pessoas para viver e trabalhar nesse espaço, o campo é caracterizado pelo trabalho agrícola e por uma população menor e de baixa densidade demográfica.

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Comercio_novo.jpg; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Campo_calcio_Mongardino.JPG

Observa-se, pela análise da autora, que as características apresentadas colocam o campo exatamente em situações contrárias à cidade. Nesse caso, a urbanização rural seria a alteração profunda das características dinâmicas dos espaços rurais, incorporando-os aos espaços urbanos. Dessa forma, a oposição salientada por essa linha de análise se manteria.

Contrariamente à abordagem dicotômica, a abordagem da continuidade admite maior integração entre a cidade e o campo, por meio de diferenças de intensidades, e não de contrastes. Nessa linha teórica, não existiria uma distinção nítida; porém mantém-se certa dualidade entre o campo e a cidade pela existência de pontos extremos de uma escala de gradação ou intensidade de urbanização (MARQUES, 2002).

Para explicar melhor essa questão, o conceito de continuidade (ou *continuum*) é utilizado em duas vertentes. A primeira seria centrada no urbano, sendo este fonte de progresso, enquanto o polo rural seria expressão do atraso, estando fadado à redução pela expansão do urbano. Juntamente com a teoria da urbanização do campo, esta visão do *continuum* traduziria o fim da realidade rural.

A teoria de José Graziano da Silva (1998) sobre a urbanização do campo é fundamentada por meio da análise do crescente número de ocupações não agrícolas no campo, conjuntamente com o número elevado de cargos administrativos que vieram a compor o meio rural e as mudanças nas relações sociais de produção a partir da modernização da agricultura.



Figura 6.5: Pela ideia de continuidade, as atividades não agrícolas, como os hotéis-fazenda (Hotel-Fazenda Pedra Negra, Três Pontas – MG, na imagem à esquerda) e condomínios de lazer (condomínios em Avaré – SP, na imagem à direita) representam o processo de urbanização rural.

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SP255_e_condom%C3%ADnios_250312_REFON_189.JPG; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cafezais_de_Tr%C3%AAs_Pontas.JPG

Esses argumentos apresentados por Graziano da Silva sustentam a ideia de que haveria uma continuidade entre a cidade e o campo, e que o espaço urbano e as práticas urbanas permeadas pela indústria e pela lógica da produção e reprodução do capitalismo invadem o campo e o urbanizam. Nesse sentido, o campo e a cidade continuam como dois espaços, porém ambos urbanizados, sendo diferenciados pela intensidade do estágio de urbanização.

A segunda vertente do *continuum* seria aquela que aproxima o rural-urbano, pois, mesmo com a aproximação de suas semelhanças, suas peculiaridades não desaparecem: aqui é reafirmada a existência do rural.

José Graziano da Silva, escrevendo sobre o rural brasileiro, afirma que ele “só pode ser entendido como um *continuum* do urbano” (1999, p. 1), pois o meio rural teria se urbanizado devido à industrialização da agricultura e à expansão do mundo urbano. A pluriatividade é uma das bases conceituais de Graziano da Silva para defesa da urbanização do campo. Esse fenômeno seria caracterizado pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas pelos agricultores. Suas principais conclusões são de que:

[...] o meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas “novas” atividades rurais – agrícolas e não agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala – tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais ser chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não agrícolas e/ou urbanas (SILVA, 1999, p. X).

O conceito de continuidade deve, no entanto, ser utilizado com ponderação, pois essa concepção *rural-urbano* pode ser adequada para o campo em países desenvolvidos e em algumas regiões dos países subdesenvolvidos; contudo, não pode ser generalizada. No Brasil, esses argumentos poderiam ser aplicados a algumas áreas rurais próximas aos grandes centros metropolitanos.

Grammont também analisa o processo de urbanização do campo e a ruralização da cidade. O autor afirma que:

Falamos na urbanização do campo porque foram incrementadas as ocupações não agrícolas no campo, os meios de comunicação em massa (rádio, televisão, telefone, rádio de ondas curtas) chegam até as regiões mais distantes, as migrações permitiram o estabelecimento de redes sociais e a reconstrução das comunidades camponesas nos lugares de migração com o qual nasce o conceito de comunidade transnacional. Porém, também falamos em ruralização da cidade tanto porque as cidades latino-americanas se parecem com “grandes fazendas” devido à falta de desenvolvimento urbano, como pela reprodução das formas de organização e a penetração de cultura de migrantes camponeses e indígenas em bairros periféricos onde se estabelecem (2005, p. 24).

Dessa forma, para compreendermos o rural, é necessário entender sua dinâmica, que vai além da agricultura; ela está nas relações sociais, na forma de vida, no modo de pensar e agir e construir o espaço geográfico. É preciso conceber o mundo rural dentro do modo de produção capitalista, assumindo feições e facetas diferenciadas no tempo e no espaço. Assim como as cidades vêm adquirindo variedades de formas em diferentes regiões desde a sua origem, o espaço campestre também é reestruturado de acordo com os interesses capitalistas, assumindo funções necessárias de relevância para o capital.



Atende ao objetivo 2

Associe as afirmações a seguir com as abordagens dicotômicas e de continuidade referentes ao rural e ao urbano:

(I) Abordagem dicotômica

(II) Abordagem da continuidade (*continuum*)

- a) () A presença de condomínios residenciais, mercados de artesanato e de produtos agrícolas diretos do produtor e atividades turísticas são exemplos de características do capitalismo contemporâneo no campo.
- b) () A urbanização crescente na cidade avança para as áreas rurais, transformando-as em novas áreas urbanas.
- c) () As diferenças ocupacionais, ambientais, de densidade populacional e de migração são fortes elementos que caracterizam o rural e o urbano.
- d) () José Graziano da Silva defende a aproximação do rural e do urbano, mas salienta suas peculiaridades e diferenças devido ao estágio do processo de urbanização.

e) () O meio rural está impreterivelmente marcado por sua diminuição e pela expansão do urbano. Essa visão pode ser interpretada como o fim da realidade rural.

Resposta comentada

a) II, b) I, c) I, d) II, e) II

Você deve observar que a abordagem dicotômica compreende os espaços rurais e urbanos como opostos, seja pelo tipo de atividades desenvolvidas, seja pelas estruturas populacionais ou mesmo pela mobilidade social. Para a abordagem dicotômica, o urbano transforma completamente o rural, anexando-o à cidade. Já a abordagem da continuidade evidencia o processo agressivo da urbanização estimulada pelo capitalismo. Para essa abordagem, o rural seria uma extensão do urbano, uma vez que observamos cada vez mais atividades não rurais presentes nesse espaço. Para tais teóricos, as diferenças podem ser notadas pelo grau de urbanização que esses dois espaços apresentam.

Agronegócio

Com o processo de industrialização rural, observamos nítida transformação espacial, funcional e simbólica do espaço rural. A organização do espaço agrário passa a ser regulada pelas regras do capitalismo e das técnicas por ele introduzidas, e as práticas socioculturais tradicionais se diluem e absorvem elementos externos, normalmente de origem urbana. Há também uma transformação simbólica importante na relação do homem com o campo.

Nesse sentido, com o capitalismo e a industrialização no campo, os produtos agrícolas são tratados como *mercadorias* de mero valor econômico, e as relações sociais estabelecidas entre as pessoas que trabalham e vivem no espaço rural são tratadas como *negócio*.

O conceito de “*agribusiness*” (agronegócio) foi proposto, pela primeira vez, em 1957, por Davis e Goldberg, como resultado das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas,

de processamentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Nesse contexto, podemos observar que o agronegócio envolve toda a cadeia produtiva agrícola ou pecuária, agrupando um conjunto de negócios ligados a essa cadeia dentro do ponto de vista econômico.

De acordo com o conceito de agronegócio, a agricultura passa a ser associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades que garantem a produção, transformação, distribuição e o consumo de alimentos, considerando, assim, a agricultura como parte de uma extensa rede de agentes econômicos.

Com o conceito economicamente formalizado, o agronegócio é analisado em três partes: a primeira parte, denominada de “dentro da porteira”, trata dos negócios agropecuários propriamente ditos, ou seja, as relações comerciais entre os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas).

Na segunda parte, ou da “pré-porteira”, são observados os negócios externos que alimentam ou transformam a agropecuária, representados pela indústria e pelo comércio, que fornecem insumos para a produção rural, como, por exemplo, os PRP (fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos, equipamentos).

Finalmente, na denominada “pós-porteira”, encontram-se os negócios finalizadores agropecuários, ou seja, a compra, o transporte, o beneficiamento e a venda dos produtos agropecuários até o consumidor final. Enquadram-se nesta definição os frigoríficos, as indústrias têxteis e calçadistas, empacotadores, supermercados, distribuidores de alimentos.

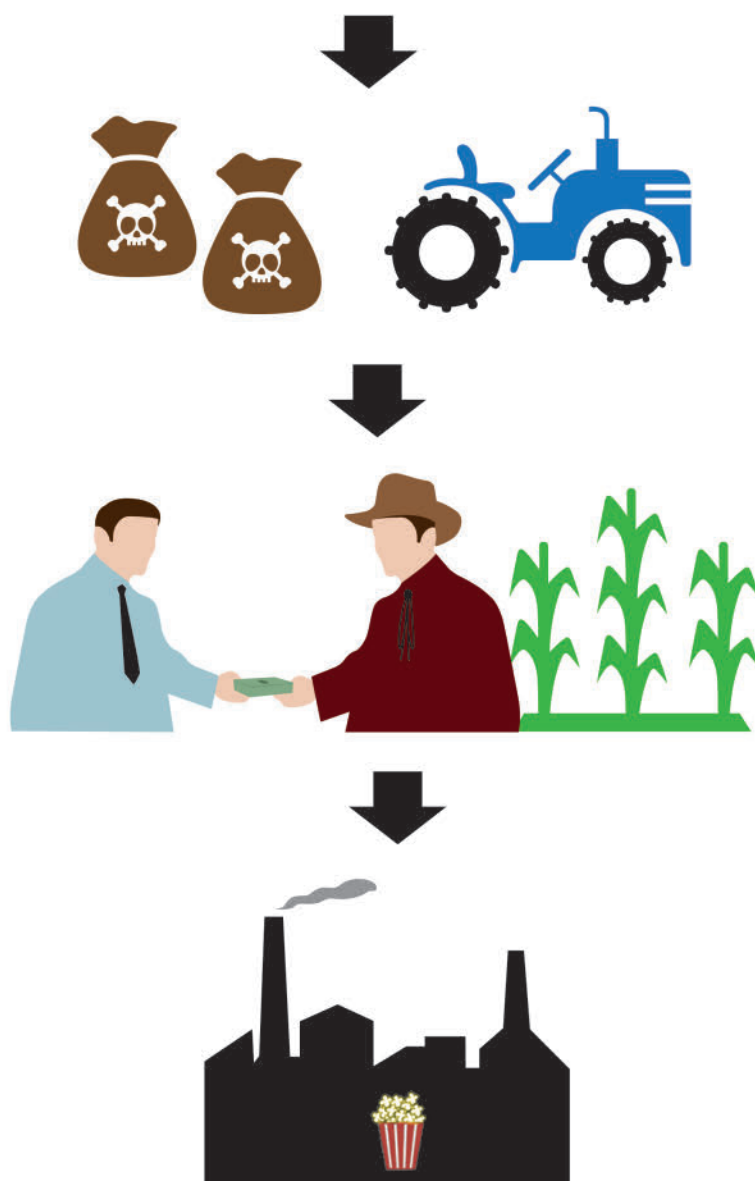


Figura 6.6: Dinâmica do agronegócio. Os negócios denominados como “pré-porteira” (ilustração do topo) estimulam a produtividade e aquecem as relações comerciais dos negócios de “dentro da porteira” (ilustração do meio) para serem beneficiados e comercializados para o público final (ilustração da base).



A missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), conforme explicitada em seu *site*, é promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. No cumprimento de sua missão, o Mapa formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, na busca do atendimento às exigências dos consumidores brasileiros e do mercado internacional. Com essa missão institucional, observa-se total apoio do governo federal na dinâmica capitalista do agronegócio, embora existam iniciativas de proteção e valorização da agricultura familiar.



Figura 6.7: As informações estatísticas e econômicas são fundamentais para a dinâmica do agronegócio, orientando os investidores nos produtos mais rentáveis no mercado nacional e, sobretudo, no internacional.

Fonte: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Sala%20de%20Imprensa/Publica%C3%A7%C3%B5es/graficos_portugues_corrigido2.pdf

Para o governo federal e para os investidores, o agronegócio é fundamental para a economia do país, pois representa cerca de um terço do PIB brasileiro e tem dado grande contribuição às exportações de commodities e produtos agro-industriais. Para o Brasil se tornar uma liderança mundial no agronegócio, esses agentes estimulam a modernização e a industrialização da produção rural, de forma a atuar de modo eficiente no controle das cadeias de produção agropecuária, a fim de garantir a qualidade e a segurança dos produtos e das cadeias de produção.

Este olhar econômico e de negócios para a produção agropecuária tem acarretado situações bastante contraditórias em relação ao acesso das populações, sobretudo as mais carentes, aos alimentos produzidos dentro da lógica do agronegócio. Caso algum item produzido perca seu valor de mercado ou esteja desvalorizado, muitas vezes os produtores preferem abandonar suas colheitas do que terem prejuízo. Veja a reportagem a seguir, realizada em Portugal:

– Adriano Lúcio, 46 anos, não vai conseguir cobrir os custos de produção com as cerca de quatrocentas toneladas de batatas produzidas, devido aos baixos preços, entre cinco a sete cêntimos por cada quilo.

Para minimizar o prejuízo, prefere deixar a produção a apodrecer no campo, já que não consegue fazer escoar as cerca de 140 toneladas armazenadas que, apesar de vendidas, não foram ainda escoadas para o mercado e podem levar o mesmo rumo.

“Fui atrasando a apanha para ver se conseguia vender a batata e agora está a apodrecer, mas não merece a pena recolhê-la porque teria de pôr pessoal, o que dava mais despesa”, refere.

Já António Severino, 52 anos, optou por há um mês guardar em armazém cerca de cem toneladas.

“Paguei a pessoal para as apanhar para não deixar estragar, agora não tenho a quem as vender porque não há escoamento e vão estragar-se na mesma”, explica o agricultor. (PRODUTOS..., 2009).

Embora o agronegócio tenha importância para o desenvolvimento econômico do país, devemos nos perguntar quais são os impactos desse olhar estritamente econômico no espaço rural, sobretudo em relação às formas de produção tradicionais e ao equilíbrio ambiental desejável em tais espaços.



Atende ao objetivo 3

Observe as seguintes imagens e comente essa situação, tendo como referência a lógica do agronegócio:



Fontes: http://chandler-and-company.deviantart.com/#/art/Poverty-in-Africa-52649031?_sid=6a948abe; <http://www.flickr.com/photos/cbnsp/5830674794/>.

Resposta comentada

Nós nos perguntamos hoje como é possível haver fome no mundo, onde a Revolução Verde e a industrialização rural permitem atingir índices elevados de produção de alimentos. Se analisarmos a relação entre a inserção do capitalismo na agricultura e o agronegócio, podemos analisar algumas situações que justificam as fotos anteriores. Por um lado, o olhar econômico do agronegócio reduz os produtos agrícolas a mercadorias que devem ser favoráveis nos trâmites comerciais em nível mundial. Queda de preços e políticas tributárias levam os produtores, muitas vezes, a abandonarem suas colheitas e deixarem seus produtos apodrecerem no campo.

Por outro lado, os altos níveis de exigência de consumo hoje observados levam a desperdícios absurdos de produtos que não se encaixam dentro dos padrões das transações comerciais mundiais. Tais situações geram quadros contrastantes e chocantes, como os das referidas imagens.



CONCLUSÃO

A relação entre a industrialização, a urbanização rural e o agronegócio

Como podemos observar, a industrialização foi determinante para as mudanças sociais, econômicas e culturais observadas desde o século XIX. Com a industrialização, as cidades adquirem um novo papel no cenário socioespacial mundial, tornando-se protagonistas do processo produtivo do capitalismo.

O olhar e o interesse do capitalismo preenchem o ambiente urbano e transbordam para os espaços rurais, ora incorporando-os ao tecido urbano, ora inserindo atividades não rurais de interesse de grupos hegemônicos atuantes no sistema. Alguns autores consideram, nesse sentido, que os espaços rurais atuais são uma continuidade do espaço urbano, devido à pluriatividade que hoje eles apresentam.

A incorporação da lógica e dos ideais do processo de produção industrial transformam as formas produtivas e as relações tradicionais observadas no ambiente rural, introduzindo elementos e agentes socioespaciais externos, capitalistas, muitas vezes oriundos do espaço urbano.

Cabe ao geógrafo estar atento a tais transformações, de forma a poder orientar tais processos em favor das populações tradicionais, do equilíbrio social e da harmonia entre os espaços rurais e urbanos.

Atividade final

Preencha a tabela a seguir com os negócios associados a cada componente do agronegócio e seu impacto no espaço rural:

Componente do agronegócio	Negócios associados	Impactos no espaço rural
Pré-porteira		
Dentro da porteira		
Pós-porteira		

Resposta comentada

Com essa atividade, você pode perceber a relação da industrialização rural e do agronegócio com a dinâmica dos espaços rurais. Considerando o agronegócio como o conjunto de negócios ligados à cadeia produtiva da agricultura e pecuária e mediado pelos interesses do capitalismo, temos no primeiro componente do agronegócio as indústrias que alimentam a cadeia produtiva da agropecuária, como as indústrias de fertilizantes, de máquinas agrícolas, de agrotóxicos, bem como as refinarias de petróleo e distribuidoras. Os impactos observados são, além das questões ambientais, a expulsão de populações rurais, o êxodo rural e a perda dos processos produtivos tradicionais.

No componente denominado como “dentro da porteira”, observamos a intensificação das relações comerciais na agricultura, gerando como impactos a transformação simbólica dos produtos agropecuários em mercadorias, o desperdício de produtos que perderam seu valor no mercado internacional e também a exclusão dos pequenos agricultores no processo de comercialização. Por fim, a terceira etapa é composta pela indústria de transformação e beneficiamento, que transforma o produto agrícola em produto industrializado, segundo os interesses da demanda de consumo. Esse componente gera a expansão dos complexos agroindustriais ou industriais, pressionando as áreas rurais e, muitas vezes, urbanizando-as.

RESUMO

- A industrialização da agricultura consiste na inserção da lógica industrial e capitalista no espaço rural e pode ser caracterizada pela mecanização do trabalho agrícola e pela dependência de fatores de produção externos alheios, como fontes de energia fósseis, insumos agrícolas e máquinas de alta rentabilidade produtiva.
- Durante o processo de industrialização rural, as tecnologias e os conhecimentos tradicionais são substituídos por tecnologias industriais, normalmente mecanizadas e originadas nas fábricas urbanas, distantes das comunidades rurais, bem como pela presença de engenheiros e técnicos com olhares voltados à alta produtividade.
- As abordagens teóricas sobre a relação entre o campo e a cidade se dividem entre a visão dicotômica, ou seja, o campo se opõe à cidade e à abordagem da continuidade, segundo a qual a industrialização seria o elemento que aproximaria o campo da realidade urbana.
- O agronegócio envolve toda a cadeia produtiva agrícola ou pecuária, agrupando um conjunto de negócios ligados a essa cadeia dentro do ponto de vista econômico.
- O olhar econômico e de negócios para a produção agropecuária tem acarretado situações bastante contraditórias em relação ao acesso das populações, sobretudo as mais carentes, aos alimentos produzidos dentro da lógica do agronegócio.

Aula 7

A expansão da
produção moderna
e a permanência
da produção
familiar

Aline Sá

Meta da aula

Apresentar a dinâmica do espaço agrário capitalista de forma a compreender a importância da agricultura familiar nos processos sociais e econômicos contemporâneos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os processos hegemônicos na estrutura do capitalismo no espaço agrário capitalista;
2. identificar as formas sociais dos pequenos produtores na evolução do espaço agrário brasileiro;
3. avaliar a estratégia capitalista de produção agrícola extensiva e padronizada, conhecida como Revolução Verde;
4. diferenciar os conceitos de campesinato e agricultura familiar;
5. identificar o papel da agricultura familiar na dinâmica social e econômica no espaço agrário contemporâneo.

INTRODUÇÃO

Você deve se perguntar o porquê da marginalização do pequeno produtor rural frente aos grandes processos de desenvolvimento tecnológico presentes atualmente na agricultura.

Essa questão pode ser explicada devido à expansão da produção agrícola moderna. Essa expansão produtiva intensificou a heterogeneidade estrutural do cenário brasileiro de distribuição de terras, pois, com o desenvolvimento capitalista no interior do país, novas técnicas de produção e organização do espaço rural foram ampliadas, de modo que competidores mais vorazes foram surgindo e, conseqüentemente, “marginalizando” o pequeno produtor.



Piratini Licença

Figura 7.1: Com o desenvolvimento capitalista no interior do país, com novas técnicas de produção e organização do espaço rural, o pequeno agricultor foi sendo “marginalizado”.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/fotopiratini/6079523623/>

Esses grandes proprietários de terras, além de dominar grande parte do território agrícola, dominam também as políticas agrícolas. São os latifundiários (proprietários de extensas propriedades rurais)

que recebem e controlam o crédito agrícola; são eles que orientam a logística de transporte e armazenagem das culturas produzidas e ainda controlam a política governamental dos recursos destinados à agricultura.

Para entender melhor esse processo de modernização é preciso orientar nossas atenções para as transformações originárias do capitalismo no espaço agrário brasileiro, bem como para as imposições da “Revolução Verde” e sua submissão pelos países ditos periféricos. Devemos, ainda, atentar para o incentivo aos grandes produtores à prática da monocultura, ou seja, a produção de apenas um tipo de produto agrícola. Mesmo com a presença de todos esses fatores, pode-se observar a permanência da pequena propriedade familiar diante do sistema latifundiário e a importância dos gêneros alimentícios por ela gerados.

A expansão da produção moderna e o espaço agrário capitalista

Como você estudou anteriormente, as relações capitalistas no espaço agrário ganham forma com a substituição da mão de obra escrava e com o desenvolvimento das forças produtivas. Dessa maneira, valoriza-se a terra como mercadoria e o Estado busca intervir na regulação do trabalho e do mercado da terra.

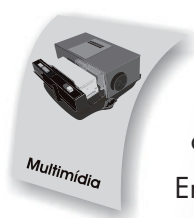
No caso da regulação do trabalho, tem-se no Brasil, em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz – o fim do tráfico negreiro – e, no mesmo ano, a Lei de Terras (em substituição à Lei das Sesmarias), que estabelece que a terra só pode ser obtida através da compra. Nas palavras de Ruy Moreira, em seu livro *Formação do espaço agrário brasileiro*, o autor afirma que:

Dessa forma, embora seja um instrumento de regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso à terra a quase totali-

dade da população colonial, à qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários. A um só tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho (1990, p. 36).

A combinação dessas duas leis, Lei Eusébio de Queiroz e Lei de Terras, vai dar suporte para o nascimento do campesinato no Brasil. Não seria difícil imaginar que, com a Lei de Terras, a classe campesina nasce sob o controle econômico da burguesia, que mantém o modelo agroexportador, bem como o seu domínio diante dos demais atores do campo. A forma social campesina se dará de maneira diferenciada conforme a situação e a propriedade em questão. Destacam-se três modalidades diferentes do campesinato, quais sejam:

- o campesino que combina a condição de trabalhador assalariado e camponês (morador, colono, seringueiro);
- o familiar autônomo (como as colônias de imigrantes);
- o campesinato de “fronteira” que, desde “a economia colonial, se coloca nas áreas de linhas de frente do espaço ocupado” para a dedicação à policultura.



Quer saber mais sobre a Lei de Terras de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império? Então, visite o *site* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm e a leia na íntegra.

Com o poder nas mãos de uma classe dominante, agroexportadora e hegemônica, o espaço agrário brasileiro vai se capitalizando até meados da primeira metade do século XX. A partir dos anos 1930, há uma crise generalizada da agroexportação

que reformula a relação entre o camponês e o capital, haja vista a importância que a indústria vai ganhar no cenário mundial. Vê-se, então, o deslocamento da agroexportação para a indústria fabril, fazendo com que a acumulação de capital entre em uma nova fase, ou seja, a industrial.

Nessa nova fase, é possível observar a fragmentação da grande propriedade agrícola diante da crise agroexportadora e, ainda, a perda e venda de terras a novos proprietários em regime de parceria e/ou arrendamento, situações impossibilitadas pela Lei de Terras, mas inevitáveis diante da crise do sistema de exportação do latifúndio monocultor.

É importante também destacar o movimento de avanço da monocultura voltada à exportação diante da policultura. A monocultura foi o centro da atividade primária e estava localizada nas regiões de solos mais férteis; paulatinamente, se estendeu sobre os solos de boa qualidade ocupados pela policultura, que foi “expulsa” para áreas mais distantes e/ou de menor qualidade.



Figura 7.2: A monocultura voltada à exportação e à agroindústria (imagem à esquerda) sempre ocupou áreas férteis e bem localizadas. Em contrapartida, propriedades voltadas à policultura e produção de alimentos acabaram se instalando em áreas menos férteis e mais distantes (imagem à direita).

Fontes: <http://www.flickr.com/photos/jmarconi/6872539129/>; <http://www.sxc.hu/photo/1389225>

Esse espaço monopolista da agricultura capitalizada, que exclui e pressiona o campesinato, determinará tanto a capitalização do campo brasileiro como a indústria diante da agricultura. Segundo Ruy Moreira:

De tanto financiar a industrialização, a agricultura se torna uma atividade industrial. Por um lado, a vinculação industrial reforça a estrutura agrária monocultora herdada do período agroexportador; por outro, provoca sua metamorfose capitalista, uma vez que, para mais se integrar à passagem do capital mercantil ao capital industrial, mais a agricultura tem que se industrializar (1990, p. 64).

Essas características permanecem até os dias de hoje, mas mantendo suas particularidades em cada caso. O que devemos questionar é o papel mínimo a que o camponês é relegado e as diferentes formas de produção do grande e do pequeno produtor, diante tanto do processo histórico a que foram submetidos quanto do frágil papel do Estado nesse processo.



Atende aos objetivos 1 e 2

Assinale a alternativa correta:

- a) () A Lei de Terras possibilitou a doação de áreas cultiváveis aos pequenos agricultores, favorecendo sua luta contra o monopólio dos monocultores agroexportadores.
- b) () A proibição do tráfico negreiro pela lei Eusébio de Queiroz favoreceu a inclusão do campesinato na produção agrícola brasileira.

- c) () A combinação da Lei Eusébio de Queiroz com a Lei de Terras vai dar suporte para o nascimento do campesinato no Brasil, mas o controle econômico é da burguesia.
- d) () Com a crise da agricultura monocultura agroexportadora, a policultura se impõe como modelo produtivo incluyente, liderado pelo campesinato.

Resposta comentada

A alternativa correta é a alternativa c. Em primeiro lugar, é importante destacar que a Lei de Terras substituiu a Lei de Sesmarias, exigindo a aquisição de terras pela compra. Esse fato já limita o poder e a liberdade do campesinato em produzir e se equiparar aos grandes proprietários de terras. A proibição do tráfico de escravos não incluiu os campesinatos como novos proprietários, mas os transformou em trabalhadores rurais. Portanto, a junção das condições sociais e econômicas criadas por essas duas leis favoreceram o nascimento do campesinato, mas subjugado aos detentores de capital, ou seja, a burguesia.

A Revolução Verde

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, um novo cenário internacional toma forma, com os Estados Unidos como a grande potência econômica mundial e hegemônica do mundo capitalista e a União Soviética como potência socialista.

O jogo de interesses entre as duas potências, conhecido como Guerra Fria, também teve repercussões na agricultura. O governo estadunidense e as demais forças capitalistas explanaram suas preocupações em torno da problemática da fome, uma questão cada vez mais severa e que se alastrava em várias partes do mundo.

Durante as décadas de 1950 e 1960, esses e outros aspectos contribuíram para uma articulação que envolvia as indústrias química

e mecânica, as fundações Ford, Rockefeller e Kellog; a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Da união de interesses dessas entidades surgiu um conjunto de propostas voltadas para os países ditos subdesenvolvidos, conhecido como a Revolução Verde, que foi apresentada como modelo para a solução do problema da fome mundial.

A Revolução Verde foi um amplo programa que tinha como objetivo o aumento substancial da produção de alimentos, baseando-se no uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas e na mecanização das lavouras. Apoiadas num discurso de valorização e ampla confiança no conhecimento científico formal, as propostas da Revolução Verde apresentavam-se como receitas impositivas:

- plantar sementes VAPs (Variedade de Alta Produtividade/sementes melhoradas);
- “nutrir” as plantas com adubos químicos;
- eliminar, por meio de herbicidas, os vegetais indesejáveis que crescem junto às culturas;
- defender os vegetais com inseticidas, fungicidas, acaricidas etc.;
- economizar trabalho humano usando tratores e outros equipamentos mecânicos.

A política de adesão dos países subdesenvolvidos à Revolução Verde, defendida pelos países desenvolvidos como um programa necessário e importante para a solução do problema da fome no mundo, deve ser analisada de forma bastante cuidadosa, pois observam-se resultados e processos muito distintos da proposta realizada.



Figura 7.3: A Revolução Verde, liderada por países desenvolvidos e industrializados como os EUA, impôs algumas formas produtivas que limitaram sua adesão plena por parte dos pequenos produtores rurais e acarretaram graves problemas de ordem ambiental e social.

Extensão rural

Serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Os governos dos países subdesenvolvidos passaram a promover a implantação da Revolução Verde através da formação de técnicos e professores nos Estados Unidos e do desenvolvimento de pesquisas e propagandas institucionais e sistemas de **extensão rural**. Contudo, o fator determinante da rápida expansão da modernização foi o crédito subsidiado oferecido aos médios e grandes estabelecimentos rurais para a compra de insumos e máquinas.

Do ponto de vista da produção agrícola a curto prazo, a Revolução Verde obteve resultados positivos para os produtores ricos em recursos e que possuíam terras em condições ideais para a aplicação da modernização: áreas vastas e relativamente planas, solos em boas condições ou facilmente corrigíveis.

Entretanto, a proposta de cultivo era padronizada, desconsiderando a variabilidade natural dos lugares, bem como a necessidade e as possibilidades dos agricultores e de suas regiões. Portanto, a médio e longo prazo, essas inovações causaram impactos ambientais e sociais muito graves. A mecanização da mão de obra contribuiu para o aumento dos índices de pobreza e do êxodo rural. A monocultura, além de causar desequilíbrios ambientais, substituiu grande número de vegetais por algumas poucas espécies, levando à chamada erosão genética (redução/extinção das variedades de uma dada espécie).

Valendo-se do processo de erosão genética, grandes indústrias iniciaram o controle sobre o comércio e a pesquisa que modificam as sementes VAPs e passaram a controlar toda a cadeia de insumos. É importante saber que essas sementes melhoradas não são totalmente férteis, o que incita os agricultores a comprar novas sementes a cada safra para garantir uma boa produtividade. Desse modo, os pequenos agricultores não puderam acompanhar essa demanda de compra/reposição, pois aumentou muito o custo de produção.

Para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Revolução Verde é encarada como algo insustentável que conceitua como:

[...] modelo de modernização da agricultura mundial, predominantemente praticada hoje em dia. E tem como pilares a monocultura com plantas híbridas e o alto aporte de energia na forma de agrotóxicos, adubos e mecanização. Esta necessidade de insumos é decorrente da não valorização da biodiversidade funcional nos agroecossistemas, e caracterizando-se por ser um pacote tecnológico desenvolvido para a produção em larga escala, em grandes monoculturas. (FERRAZ, 2001, p. 3).

O processo de modernização das técnicas de cultivo e colheitas provocou um êxodo rural acelerado, promovendo a concentração dos “exilados rurais” na periferia das grandes cidades.

Não houve, portanto, preocupação com os agricultores dos países subdesenvolvidos, pois a Revolução Verde pregava a monocultura, e não a policultura de subsistência realizada pela agricultura familiar.

Ao contrário do que se propôs, a Revolução Verde aumentou os casos de fome em vários países, principalmente nas zonas rurais, em grande parte devido à redução na produção de proteínas e vegetais e ao empobrecimento dos trabalhadores rurais. O uso excessivo de agroquímicos, a retirada de toda cobertura vegetal do solo para o plantio, o desmatamento das matas ciliares, o descaso pela conservação dos solos e a execução de grandes obras de irrigação, desvios e represamentos das águas têm gerado alterações nos ciclos hidrológicos, redução do volume de água disponível e poluição dos cursos d'água e dos lençóis freáticos. A degradação dos solos pode ser percebida quanto a sua erosão, poluição por agrotóxicos, redução da atividade biológica, queda de fertilidade, compactação, salinização e encharcamentos artificiais.

Estudos realizados pelas Nações Unidas já concluíram que existem alimentos suficientes para alimentar toda a população do planeta. Em 1990, a produção alimentícia superava o abastecimento de um grupo de 9 bilhões de pessoas, sendo que no mesmo ano a quantidade populacional do mundo não ultrapassava os 6 bilhões de pessoas.

A grande problemática é que a comida não chega onde mais se precisa. E, como não é de se espantar, 98% das pessoas que passam fome vivem em países subdesenvolvidos. Segundo o Índice Mundial da Fome 2010, produzido pelo International Food Policy Research Institute, o número de pessoas famintas, de acordo com os critérios da ONU (o limite estabelecido pela ONU é de 1.800 quilocalorias por dia/pessoa) já chega a um bilhão de pessoas.

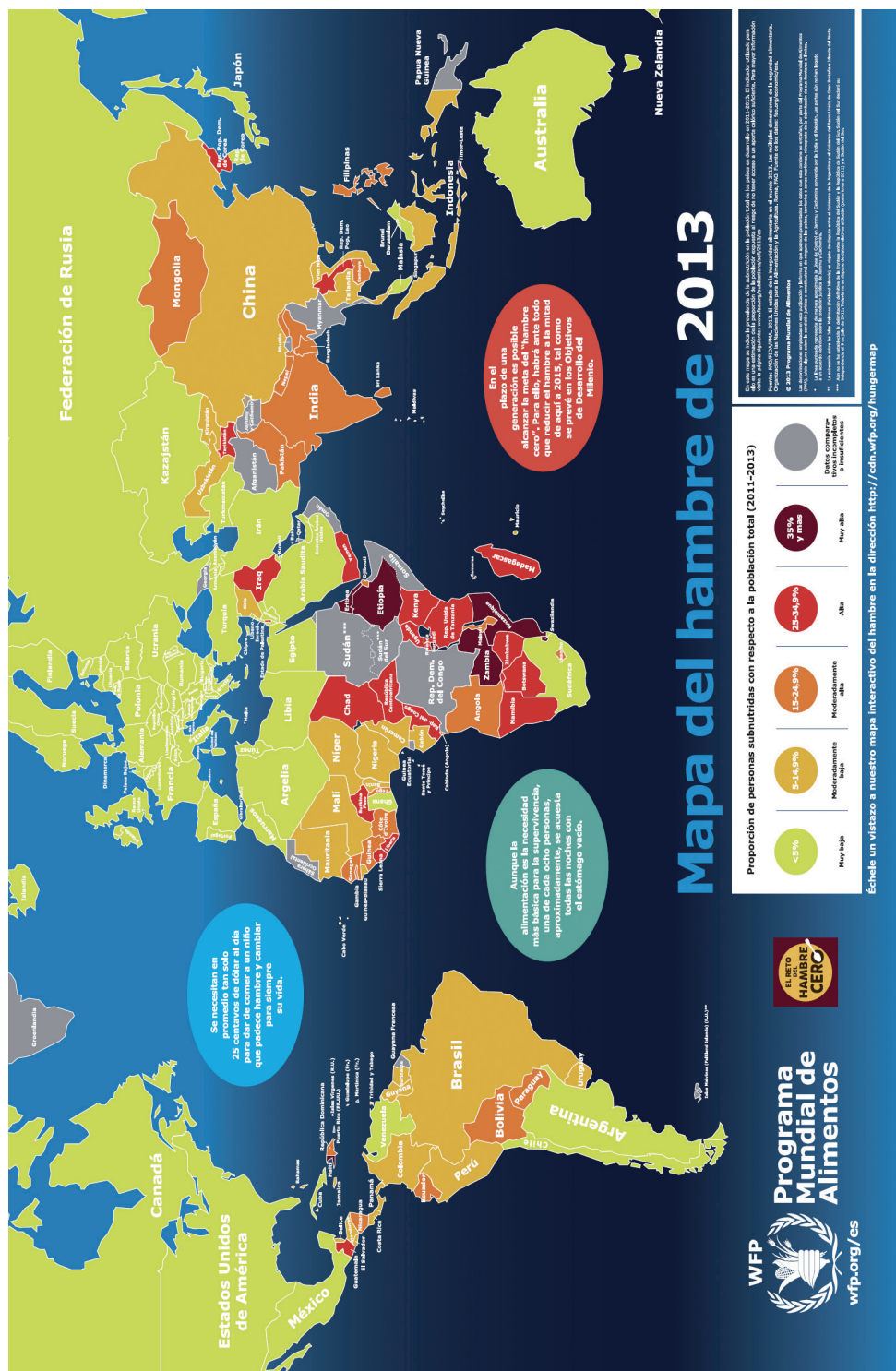
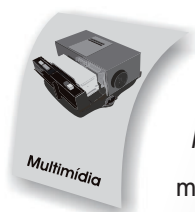


Figura 7.4: Mapa da Fome no Mundo. Embora estudos da ONU comprovem que a produção de alimentos no mundo seria suficiente para eliminar a fome do planeta, interesses econômicos, falta de políticas públicas voltadas a essa questão e dificuldade de acesso aos excedentes agrícolas ainda mantêm índices alarmantes de fome no mundo.

Fonte: <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp252406.pdf>



Quer visualizar melhor o Mapa da Fome no Mundo? Então acesse o endereço <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp252406.pdf>. Lá você encontrará os dados quantitativos da fome em cada país do planeta. É uma estimativa da população mundial que não tem acesso a uma dieta com suporte calórico suficiente para levar uma vida saudável.



Atende ao objetivo 3

Preencher a tabela a seguir, indicando alguns problemas ambientais e sociais advindos da implantação da Revolução Verde:

Problemas ambientais	Problemas sociais

Resposta comentada

O emprego dos preceitos da Revolução Verde – utilização de sementes VAP, uso indiscriminado de adubos químicos, herbicidas e pesticidas e emprego de mecanização agrícola – acarretou diversos problemas ambientais, a saber: poluição dos solos e da água, desmatamento e remoção

de cobertura vegetal, compactação do solo, perda da fertilidade natural do solo, erosão, entre outros. Os problemas sociais que devemos salientar são: empobrecimento dos trabalhadores rurais, êxodo rural e aumento da fome.

Campesinato e a agricultura familiar

A agricultura familiar no Brasil é bastante heterogênea, sendo possível encontrar famílias em extrema pobreza (na tentativa de melhor explorar sua pequena propriedade) e outras inseridas na rede do agronegócio e que não apresentam problemas de miserabilidade. A presença de determinadas famílias agricultoras na rede do agronegócio não garante bons rendimentos de forma homogênea, mas lhes dá certa segurança para a venda de seus produtos.

É importante que você diferencie os grupos de agricultores familiares, visto que suas divergências passam desde heranças culturais e experiências até à disponibilidade de recursos naturais, capital humano, social e à associação com mercados, bem como à paisagem na qual estão inseridos. As diferenças são tantas que determinados autores chegam a questionar o conceito de agricultura familiar, pois consideram que a mão de obra familiar, como único traço comum, não contempla o conceito que é bem mais complexo (IIICA, 2006).

O conceito de campesinato, sob a perspectiva de Wanderley, que se baseia em Henri Mendras e Marcel Jollivet, faz referência a uma categoria camponesa cujas condições econômicas, culturais, políticas e sociais estão concatenadas de tal maneira que a intervenção de uma ou mais condições afeta diretamente todo o conjunto do tecido social.

É importante enfatizar que as sociedades camponesas não estão isoladas das demais sociedades, ao contrário, elas estão integradas através de laços mercantis entre os demais grupos. A base da agricultura camponesa é dada pela produção gerida pela família. “Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam em uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (WANDERLEY, 2003, p. 45). Reconhece-se a importância da unidade de produção para a reprodução da própria família, com a colaboração dos membros em caráter coletivo.

Ainda segundo Wanderley, com a introdução da tecnologia nos campos, o saber tradicional dos camponeses passa a ser insuficiente na orientação do comportamento econômico da produção familiar. O saber multidimensional pode ser apreendido, agora, em escolas especializadas; é o que Mendras (apud WANDERLEY) afirma ser a “modernização tradicional”, que são serviços de assistência técnica, gerados fora da comunidade local e que não rompem com a forma tradicional de produção. A autora afirma que as categorias camponês e agricultor não são categorias completamente opostas, mas expressam continuidade, e não adversidade, como muitos autores acreditam:

Gostaria de defender uma hipótese [...] mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos entre as duas categorias sociais [...]. O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato (2003, p. 47).

A afirmativa da autora contribui para o entendimento do agricultor familiar como um ator repleto de conhecimentos camponeses (portador da memória descrita anteriormente: formas tradicionais de produção e centralidade da família), da intervenção

do Estado e da chamada sociedade “englobante”, aquela que é abrangente e que reúne, em termos, os grupos num todo. Portanto, seria muito reducionista acreditar que, como muitos autores clássicos afirmam, os agricultores familiares são uma reprodução do campesinato tradicional. Na verdade, acredita-se que os agricultores familiares de hoje são “compostos” de conhecimento camponês sim, mas, também, de sua capacidade de resistência e adaptação aos novos modelos sociais e econômicos.

As interferências externas do capitalismo no meio rural convergiram para um aumento da pluriatividade que, de acordo com o entendimento por ora proposto, é uma estratégia familiar com o objetivo de assegurar a reprodução do estabelecimento como referência essencial para os membros da família. Isso acontece por diferentes fatores, mas os mais fortes são: o desempenho fora do estabelecimento não compromete a atuação no estabelecimento rural ou o mesmo estabelecimento não é capaz de absorver toda a força de trabalho da família.

Analisando-se as conceituações de Maria de Nazareth Wanderley, o campesinato pode ser entendido de três maneiras:

- sociedades camponesas;
- agricultura camponesa;
- agricultores familiares que criticam o novo modelo de agricultura moderna (aditem outra concepção a esta modernização) e se autodefinem como camponeses.

Na terceira classificação, os agricultores defendem um modelo de agricultura baseado na qualidade dos produtos e preços justos para os consumidores. Seu entendimento e seus saberes são herdados de gerações anteriores (tradição camponesa), mas, na atual conjuntura, não veem a modernização como algo negativo, e sim positivo, em que a presença da tradição e da modernidade podem se aliar numa produção com mais respeito à natureza e apreço pela profissão e pelos modos de vida.



Figura 7.5: As imagens permitem identificar as diferenças entre os camponeses e os agricultores familiares: à esquerda, exemplo de camponesa que mantém suas técnicas produtivas e seus conhecimentos tradicionais, alheia aos processos de modernização agrícola. À direita, exemplo de agricultura familiar na produção de hortaliças, em que a família adere, muitas vezes, à pluratividade e é permeável às transformações do capitalismo.

Fontes: <http://www.flickr.com/photos/cimmyt/5352940723/>; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Horta_150706_REFON_.jpg

É importante destacar que, de forma geral, alguns autores afirmam, genericamente, que o camponês não está capacitado estruturalmente para receber as transformações modernizadoras do campo, e que estas não se encontram disseminadas de forma homogênea pelo território nacional. Esta afirmativa foi devidamente explanada no início desta aula, por Ruy Moreira, que abordou as relações capitalistas no espaço agrário.

São notórias as facilidades dadas ao grande produtor monocultor e a invisibilidade do camponês/agricultura familiar, como no trecho destacado a seguir:

[...] nos anos 70, por ocasião do processo de modernização, os camponeses não foram convocados para participar do projeto de modernização da agricultura sob o argumento tautológico de que eram tradicionais e avessos ao progresso. [...] O processo de modernização se acompanhou, frequentemente, de uma substituição dos atores sociais envolvidos na produção agrícola. Assim, a subordinação referida se traduz no nível político-ideológico pela legitimação

da “empresa rural” – mesmo que mal definida – como a única forma de produção capaz de superar seus limites históricos e de assumir o projeto da agricultura moderna que interessa ao conjunto da sociedade brasileira (2003, p. 57).

Esse destaque não pretende desqualificar as conquistas alcançadas pela agricultura familiar, mas demonstrar as dificuldades enfrentadas diante da política pública brasileira.



Atende ao objetivo 4

Assinale com C as situações a seguir relacionadas, referentes ao campesinato, e com as letras AF aquelas referentes à agricultura familiar:

- a) () Para manter a renda da família, nos finais de semana, o proprietário recebe turistas para conhecer as técnicas de produção de frutas e degustar produtos da estação.
- b) () Com a adesão a uma cooperativa agrícola, os pequenos proprietários rurais podem ter acesso a maquinários modernos e insumos de última geração, melhorando sua produtividade.
- c) () Numa área remota e sem acesso à comunicação, os pequenos agricultores ainda plantam e colhem como seus ancestrais e praticam a agricultura de subsistência.
- d) () Os saberes tradicionais de um determinado agricultor de batata são herdados de gerações anteriores, mas esse produtor não vê a modernização como algo negativo e busca assistência técnica quando necessita.
- e) () Mesmo com o aparecimento e apoio de programas governamentais, alguns agricultores tradicionais não aceitam mudanças e continuam a produzir da mesma forma que seus ancestrais e apenas comercializam seus produtos localmente.

Resposta comentada

a) AF, b) AF, c) C, d) AF e e) C. Podemos observar que, nas situações referentes ao campesinato, a relutância aos processos modernizadores do capitalismo na agricultura é notória, assim como a preferência desse grupo social à manutenção dos valores e saberes tradicionais. Já a agricultura familiar reúne a cooperação e o envolvimento da família no processo produtivo, a pluriatividade e a aceitação de tecnologia e conhecimentos modernos, mas sem transformar completamente o processo produtivo desse grupo social.

CONCLUSÃO

A produção da agricultura familiar

Ao apresentar a conceituação de agricultura familiar, Tinoco (2006) lembra que a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra (estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964), com o seguinte texto:

propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais (TINOCO, 2006, p. 2).

- De acordo com a FAO/Incra, os agricultores familiares devem atender às seguintes condições:
- a direção do estabelecimento deve ser exercida pelo próprio produtor;

- o trabalho familiar deve ser superior ao trabalho por contrato;
- deve obedecer ao limite máximo determinado para o tamanho dos estabelecimentos.

Há também uma visão romântica sobre esse grupo, de acordo com a qual muitos autores afirmam que os agricultores familiares o são por tradição e opção.

Apesar das controvérsias do conceito de agricultura familiar, é pela legislação brasileira que vamos guiar nossa reflexão. De acordo com os dados levantados pelos Censos de 1985, 1995/1996 e 2006, parte dos agricultores familiares se inseriram na lógica sistêmica de integração e se inseriram no agronegócio brasileiro. Factualmente, estes são a parte mais frágil do agronegócio, mas de acordo com os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são essas famílias que compõem o setor mais próspero da agricultura familiar.

O “Censo Agropecuário 2006 – agricultura familiar” (IBGE, 2006), elaborado pelo instituto em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, registrou 4.367.902 estabelecimentos rurais de agricultura familiar e 807.587 estabelecimentos rurais de agricultura não familiar. Para um melhor entendimento, observe a seguinte tabela:

Tabela 7.1: Dados do Censo Agropecuário de 2006

A agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário de 2006			
	Nº de estabelecimentos	% do nº de estabelecimentos	Área total
Agricultura familiar	4.367.902	84,4%	24,3%
Agricultura não familiar	807.587	15,6%	75,7%

Fonte: Elaborada com dados de IBGE (2006).

A agricultura familiar está presente em todas as regiões brasileiras, com ressalva para a região Centro-Oeste, que possui apenas 5% do total dos estabelecimentos familiares. A região

Nordeste é responsável por cerca de 50% dos estabelecimentos familiares de todo o território nacional, e as demais regiões apresentam entre 10% e 19% de agricultura familiar.

O valor bruto da produção da agricultura familiar é de R\$ 54 bilhões, ou 38% do total da produção, enquanto a agricultura não familiar produz o valor bruto de R\$ 89 bilhões ou 62% da produção agropecuária brasileira.

Paradoxalmente, o número de pessoal ocupado não reflete os valores produzidos, isto porque os grandes estabelecimentos rurais usam um número relevante de maquinários e a mão de obra é reduzida. Em linhas gerais tem-se:

Tabela 7.2: Número e porcentagem de trabalhadores rurais nos respectivos estabelecimentos

Pessoal ocupado na agricultura		
	Nº de pessoas	%
Agricultura familiar	12.3000.000	74,4%
Agricultura não familiar	4.200.000	25,6%

Fonte: Elaborada com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

O artigo denominado “A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados”, elaborado por seis profissionais de diferentes institutos de pesquisas econômicas com base nos censos e nas análises econômicas do setor, afirma que a agricultura familiar brasileira ainda é muito heterogênea, mas que responde por uma parcela significativa da produção agropecuária brasileira, considerando-se que este setor se associa ao agronegócio em busca de uma garantia de venda, como já debatido anteriormente.

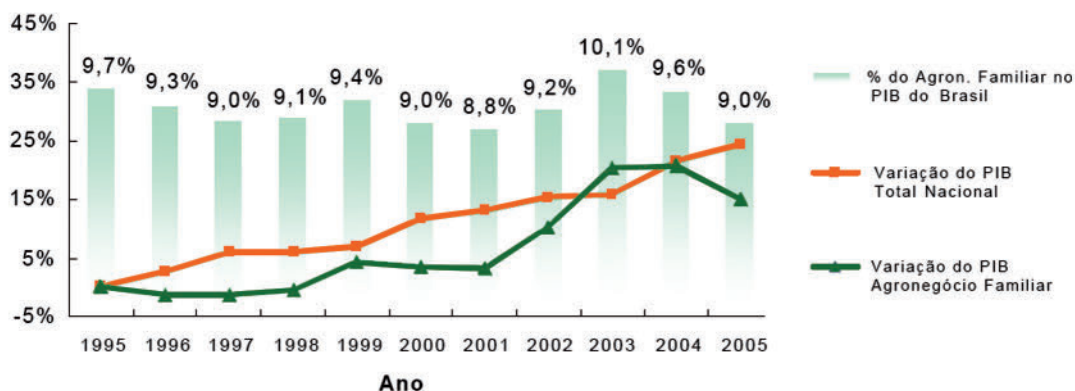
É possível concluir que, mesmo diante de todas as adversidades sofridas pela agricultura familiar, como baixa disponibilidade tecnológica, dificuldade de financiamento e fragilidade técnica, a produção familiar é de grande importância para a produção da riqueza rural no Brasil.

Atividade final

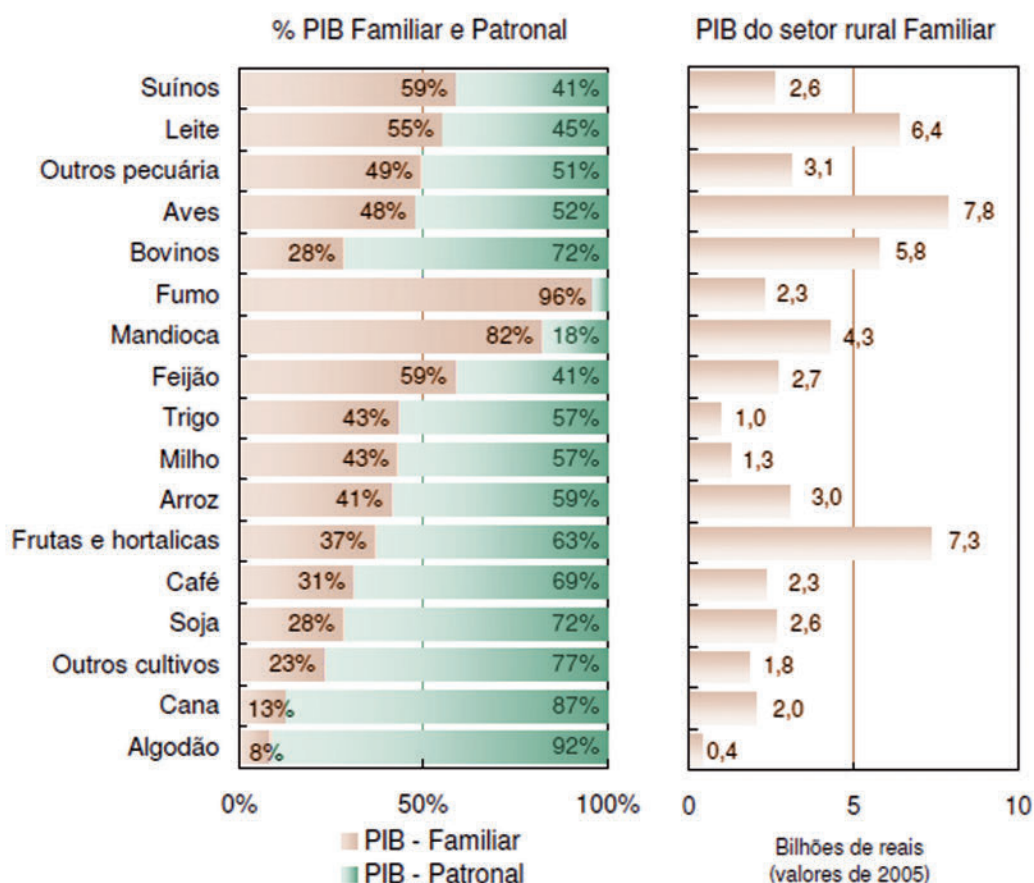
Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4

Analise os gráficos a seguir e responda:

- Analizando o Gráfico 1, discuta a importância da participação da agricultura familiar no PIB brasileiro.
- Por meio do Gráfico 2, identifique os principais produtos rentáveis e produzidos pela agricultura familiar, discutindo esse resultado.



Fonte: GUILLOTO et al. (2007).



(GUILHOTO, 2007).

Resposta comentada

a) Embora, no ano de 2005, observemos que a porcentagem da participação da agricultura familiar no PIB brasileiro caiu e se manteve aproximadamente entre 9 e 10%, podemos concluir que esta é relevante em termos econômicos e que existe a necessidade de incrementarmos tal participação por meio de políticas públicas de incentivo a esse grupo social.

b) Alguns cultivos e criações estão diretamente ligados ao sistema familiar. A produção nacional de fumo, mandioca e feijão dependem majoritariamente da produção familiar, assim como as criações de animais, excetuando-se a bovinocultura de corte, como observado no Gráfico 2. Da mesma forma, é relevante a produção de outros produtos alimentícios como frutas e hortaliças, trigo, milho e arroz. Observa-se que tais produtos atendem diretamente ao mercado interno e constituem a base da alimentação brasileira.

RESUMO

- A classe camponesa nasce sob o controle econômico da burguesia que mantém o modelo agroexportador, bem como o seu domínio diante dos demais atores do campo. Com a crise do modelo agroexportador e a hegemonia da indústria sobre a agricultura, observamos nítidos processos de exclusão e pressão sobre o camponesinato.
- A Revolução Verde foi um amplo programa que tinha como objetivo o aumento substancial da produção de alimentos, baseando-se no uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas e na mecanização das lavouras.
- A médio e longo prazo, essas inovações trazidas pela Revolução Verde causaram impactos ambientais e sociais muito graves. A mecanização da mão de obra contribuiu para o aumento dos índices de pobreza e do êxodo rural e observou-se processos de degradação ambiental no espaço rural.
- O camponesinato mantém suas técnicas produtivas e conhecimentos tradicionais e normalmente é alheio aos processos de modernização agrícola. A agricultura familiar, embora seja

influenciada e presente, muitas vezes, valores tradicionais advindos do campesinato, adere à pluriatividade e é permeável às transformações do capitalismo.

- Mesmo diante de todas as adversidades sofridas pela agricultura familiar, como baixa disponibilidade tecnológica, dificuldade de financiamento e fragilidade técnica, a produção familiar é de grande importância para a produção da riqueza rural no Brasil.

Aula 8

O trabalho de
campo como
instrumento de
trabalho para o
investigador em
Geografia Agrária

Gláucio José Marafon

Meta da aula

Reconhecer a importância do trabalho de campo na análise das dinâmicas socioespaciais e da complexidade que o espaço rural apresenta na contemporaneidade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as transformações ocorridas no espaço rural contemporâneo e constatar sua complexidade de análise;
2. reconhecer o papel do trabalho de campo como instrumento de análise da Geografia;
3. orientar o desenvolvimento de uma atividade de campo no espaço rural de sua região.

INTRODUÇÃO

Para entendermos o quadro de modernização da agricultura no Brasil, é importante a análise das atuais transformações no espaço rural, pois o campo, além de desempenhar as funções tradicionais, como fornecer mão de obra para a cidade, matérias-primas e consumir produtos oriundos da cidade, cada vez mais abriga atividades não agrícolas, como a produção industrial e os serviços associados às atividades de turismo, que valorizam as áreas devido aos aspectos naturais.

Podemos começar chamando a atenção para o contínuo processo de migração da cidade para o campo, uma vez que as pessoas que migram para o espaço rural buscam a inserção no mercado de trabalho urbano e uma melhor qualidade de vida. O campo, além de ser o local da produção agropecuária, oferece, também, oportunidade de emprego em outras atividades não agrícolas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, etc.

O espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que corresponde ao espaço de produção agrícola moderno derivado da Revolução Verde, da modernização e da industrialização da agricultura.

No entanto, a modernização no campo não está limitada apenas à inserção do agronegócio; há que se destacar o espaço rural da produção familiar, fortemente marcado pelas atividades não agrícolas e pela valorização do patrimônio natural e histórico, com a produção alternativa ao modelo dominante, baseada em práticas agroecológicas e sustentáveis. Nesse espaço, também há fluxo de pessoas oriundas da cidade, como turistas ou residentes em busca de tranquilidade e qualidade de vida.



Márcio Cabral de Moura

Figura 8.1: O turismo é uma das atividades que ganham cada vez mais espaço no atual cenário da produção familiar, contemplando pessoas que buscam tranquilidade e qualidade de vida.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/mcdemoura/4584879899/sizes/m/in/photostream/>

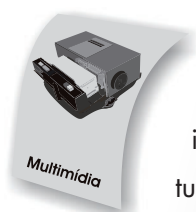
Configuram-se, então, diferentes relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão de fortes marcas na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização, temos hoje novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades que se encontram no campo decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e, ainda, criam alternativas estratégicas para sobreviver.

Os agentes de transformação do meio rural

Há também, no campo, muitos sujeitos sociais, como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra (e a sua luta pela inclusão como produtores rurais). Tais sujeitos, por meio do

seu trabalho, materializam no espaço rural uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que fazem do campo um espaço bastante complexo.

Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, que, muitas vezes, desempenham outras atividades que não as agrícolas. Esse crescimento de atividades não agrícolas é resultante do desenvolvimento tecnológico que proporcionou a melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte.



Para você ter uma ideia da importância das atividades não agrícolas nos espaços rurais, sobretudo para os pequenos agricultores e suas famílias, veja o vídeo de um projeto de turismo rural nacionalmente conhecido: o "Acolhida na Colônia":
<https://www.youtube.com/watch?v=teET3iTZRQQ>

O espaço rural torna-se mais complexo, pois, além das atividades agrícolas, sedia inúmeras outras atividades não agrícolas. Surgem, portanto, novas relações campo/cidade, alterando a vida e o trabalho.

Em face dessa complexidade que o espaço rural apresenta na atualidade, o trabalho de campo contribui para auxiliar os investigadores a compreender esses processos, pois promove a articulação entre a teoria e a prática. Como nos alertou Ruellan (1944, p. 45), devemos, em nossas pesquisas, ir além do gabinete, pois a pesquisa de gabinete "serve apenas de complemento da investigação no campo, que é fonte de vida de toda observação e interpretação nova".

Da mesma forma, devemos também nos lembrar das palavras de Lacoste (2006, p. 91), ao afirmar que “o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica, que é, ela também, indispensável”.

Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

O papel dos trabalhos de campo na investigação em Geografia Agrária

O trabalho de campo como técnica de análise pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para a obtenção de informações sobre a importância das relações espaciais. Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras e os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos.

Assim, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão apreendendo a realidade. Nas palavras de Minayo (2002), o campo é, para nós da Geografia, a paisagem; refere-se ao recorte que o pesquisador faz em termos de espaço. Representa uma realidade empírica a partir de uma concepção teórica que fundamenta a investigação.



Figura 8.2: Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos.

Fonte: - <http://www.flickr.com/photos/agriculturasp/6840986893/sizes/m/in/photostream/>

É importante termos cuidados na realização dos trabalhos de campo e, entre estes, está a forma como nos aproximamos das pessoas que vamos entrevistar ou a quem aplicamos questionários. É necessário explicar para que servem os questionamentos efetuados.

Devemos, também, estar abertos à troca de informações, às novas realidades encontradas, registrar todas as informações em um diário ou caderneta de campo. As entrevistas podem ser gravadas, desde que com autorização pelo entrevistado.

É necessário efetuar o registro das observações, das entrevistas e desenhos efetuados. Assim, o diário de campo é mais que um simples registro de fatos; ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade.

Cabe agora a pergunta: Como o trabalho de campo pode contribuir para a reflexão sobre a questão agrária brasileira?

Com a realização dos trabalhos de campo, poderíamos desvendar transformações em curso e mencioná-las durante a caracterização do espaço rural, pois o espaço rural, como prática, “representa tanto o local de onde se extraem as informações para as elaborações teóricas como o local onde tais teorias são testadas” (COMPIANI, 1991, p. 12).

Concordamos com Callai (1986, p. 31), quando afirma que devemos tomar o trabalho de campo como um dos instrumentos para entender a realidade e que é necessário “partir do mais real possível, procurando entender a realidade tal ela se apresenta”. Radaelli da Silva (1997, p. 9) assinala como procedimentos metodológicos importantes na realização do trabalho de campo os requisitos:

- a) a priorização do próximo como ponto de partida;
- b) a relação da parte com o todo, como forma de entender a dinâmica de recriação e interdependência;
- c) a superação da dicotomia homem x natureza em favor da ideia do espaço como um todo;
- d) a dimensão histórica que confere o caráter processual da constituição do espaço geográfico;
- e) o rompimento de fronteiras do conhecimento e a possibilidade da prática interdisciplinar.

Dessa forma, o trabalho de campo emerge como uma das formas de apreensão do conhecimento. Nesse processo, é importante o olhar do geógrafo com sua observação, pois, como afirma Portella (1990, p. 17), “observar é ver com olhos diferentes daqueles a que estamos acostumados a usar. É parar atentamente e enxergar detalhes, examinar, a fim de descobrir. É o início do processo de investigação”.

Além de observar, devemos descrever os elementos identificados em campo, pois “descrever é ordenar aquilo que se pode observar, é expressar a observação. Para descrever, é preciso organizar as ideias” (PORTELLA, 1990, p. 18) para posteriormente podermos explicar os fenômenos observados; e para essa explicação, é fundamental uma fundamentação teórico-metodológica que nos auxilie a responder aos questionamentos que balizam a investigação.

Algumas considerações

Na reflexão sobre a questão agrária brasileira, algumas questões são norteadoras. A primeira é contextualizar o período histórico em que estamos inseridos. Segundo a periodização proposta pelo professor Milton Santos, estamos inseridos em um período marcado pelo “Meio Técnico Científico Informacional”, no qual se sobressai a globalização e, por isso, o papel da técnica e da informação são fundamentais para estabelecer a configuração de uma sociedade cada vez mais urbanizada (processo de urbanização da sociedade, defendido pelo filósofo Henry Lefebvre).

Devido ao predomínio da população urbana, diminui a população rural e as atividades agropecuárias cada vez mais se associam ao urbano-industrial. O sistema logístico implementado no território é pensado para dar suporte ao atendimento da esfera produtiva e de comercialização da produção agropecuária.

Devemos pensar o espaço rural em sua complexidade atual, em um mundo globalizado, que apresenta uma transescalaridade dos fenômenos, no qual as conquistas tecnológicas mais intensas levam a significativas transformações com a implementação de uma logística no território, que permite maior circulação da produção e das pessoas.

Pensar o espaço rural, na atualidade, requer uma reflexão teórica consistente, a partir da ciência geográfica e de seus conceitos

fundamentais, aliados a um conhecimento da realidade empírica e com a realização de trabalhos de campo.

CONCLUSÃO

Devemos lembrar que a realização de trabalhos de campo é uma tradição na ciência geográfica e que a perspectiva de uma Geografia Agrária positivista e neopositivista foi sendo superada a partir dos anos 1980, com o desenvolvimento de trabalhos que se orientavam por uma perspectiva crítica e com a intenção de revelar o discurso e as ideologias das práticas presentes no meio rural brasileiro.

Esse marco temporal é importante, pois significa a ruptura da hegemonia dos trabalhos em Geografia Agrária, que se embasavam no positivismo e no neopositivismo, de base mais abstrata e com a utilização de modelos, e a retomada dos trabalhos de campo com uma preocupação de cunho social, como afirma Suetegaray (1996, p. 2), pois ocorreu a valorização “do trabalho de campo fundamental ao reconhecimento geográfico da realidade, propondo neste contexto uma reflexão sobre o compromisso do pesquisador com os resultados e a sua divulgação entre a população envolvida”.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Você se encontra na metade do curso de Geografia Agrária e já aprendeu conceitos e questões importantes sobre as atuais transformações que o espaço rural apresenta no período contemporâneo.

Nesse sentido, é de extrema importância que você desenvolva nesse momento um trabalho de campo no espaço rural de sua região ou nas proximidades de sua localidade.

O seu trabalho de campo será definido com o auxílio e orientação do tutor presente no polo. Com essa definição, será possível que você delimite a sua análise para questões relevantes presentes na sua região, como:

- a) relação cidade/campo;
- b) atividades não agrícolas presentes no espaço rural;
- c) transformações socioespaciais evidentes no espaço rural;
- d) presença do agronegócio e domínio de relações capitalistas;
- e) organização socioespacial das comunidades rurais locais, entre outras.

Nesse sentido, o tutor responsável pela delimitação de seu trabalho de campo definirá o roteiro para sua análise e os instrumentos mais adequados à sua análise, como observação direta, como registro fotográfico, entrevistas ou aplicação de questionários.

Uma vez realizado o trabalho de campo, você deverá criar um relatório, sintetizando as análises realizadas e apresentando uma reflexão crítica sobre as questões observadas.

Bom trabalho!

RESUMO

- Em face da complexidade que o espaço rural apresenta na atualidade, o trabalho de campo contribui para auxiliar os investigadores na compreensão dos processos de transformação recentes, promovendo a articulação entre a teoria e a prática.
- Pensar o espaço rural, na atualidade, requer também uma reflexão teórica consistente, a partir da ciência geográfica e de seus conceitos fundamentais, aliados a um conhecimento da realidade empírica possível com a realização de trabalhos de campo.
- Segundo Suetegaray, a valorização crítica recente

do trabalho de campo foi fundamental ao reconhecimento geográfico da realidade, propondo neste contexto uma reflexão sobre o compromisso do pesquisador com os resultados e a sua divulgação entre a população envolvida. (1996, p. 2).

Geografia Agrária

Referências

Aula 1

GARCÍA RAMÓN, María Dolors; TULLAS Y PUJOL, Antoni F.; VALDOVINOS PERDICES, Núria. *Geografía rural*. Madrid: Síntesis, 2000. (Espacios y sociedades, 10).

GUTERRES, Ivani. *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARAFON, Glaucio José. *O espaço rural em transformação: as novas relações campo x cidade no estado do Rio de Janeiro*. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. Anais... Porto de Galinhas, Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT-1-Glaucio-Jose-Marafon.pdf>>. Acesso em: fev. de 2013.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos ritos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, Campinas, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da geografia agrária. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

Aula 2

CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ELIAS, Denise. *O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional*. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 49-66.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecológica: crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARAFON, Glaucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-21, fev. 1998.

_____; SEABRA, Rogério; SOL, Eduardo. Agricultura, modernização e ambiente: breves notas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21. 2012, Uberlândia, *Anais...*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela terra. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 22, abr. 1980.

RUA, João. *Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil-Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro- São Paulo: Record, 2001.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

Aula 3

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: EdUSP, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo: debates e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

MERCOSUL. Tratado de Assunção: tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Assunção, 1991. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.org.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2015.

SADER, Emir. Capitalismo, o que é isso? *Carta Capital*, 6 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/capitalismo-o-que-e-isso>>. Acesso em: fev. 2012.

Aula 4

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

FELICIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário*. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento agrário do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. p. 76.

Aula 5

BERG, Natalie; ROBERTS, Ryan. *Walmart: a estratégia vencedora do gigante do varejo mundial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FIGUEIREDO, Elisabete et al. (Org.). *O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100Luz, 2011.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

IANNI, Octavio. O mundo rural. In: _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MARAFON, Glaucio José. Relações cidade-campo: uma leitura a partir do espaço fluminense. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva; MARAFON, Glaucio José; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (Org.). *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma; Faperj, 2012. p. 129-140.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001. *Anais...* Rio de Janeiro, 2001. p. 140-151.

Aula 6

GRAMMONT, Hubert C. de. El concepto de nueva ruralidad. In: PÉREZ C., Edelmira; FARAH Q., María Adelaida; GRAMMONT, Hubert C. de. (Org.). *La nueva ruralidad en América Latina: avances teóricos y evidencias empíricas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 23-43.

MARQUES, Marta I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, n. 19, p. 95-112, São Paulo, 2002.

MINISTÉRIO da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento. *Missão*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: maio 2013.

PORTAL do agronegócio. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/>>. Acesso em: maio 2013.

PRODUTOS, agrícolas apodrecem por falta de escoamento. *DN Economia*, Porto, 10 ago. 2009. Disponível em: <http://www.dn.pt/bolsa/interior.aspx?content_id=1330839&page=-1>. Acesso em: 31 jul. 2015.

SILVA, José Graziano. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1996.

_____. *O novo rural brasileiro*, Campinas: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

_____; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./dez. 2002.

Aula 7

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

CARRIL, Lourdes Fátima Bezerra. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. *A insustentabilidade da Revolução Verde*. Disponível em <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/impactos-da-agricultura-convencional/insustentabilidade%20da%20agricultura.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

FERRAZ, José Maria Gusmão. A insustentabilidade da Revolução Verde. *Informativo Meio Ambiente e Agricultura*, Brasília, n. 26, p. 3, jan/fev. 2001.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento agrário do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife, 2007. *Anais...* Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário 2006: agricultura familiar: primeiros resultados. *Censo agropecuário*, Rio de Janeiro, p. 1-267, 2006.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília, IICA, 2006. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 5)

_____. *Documento contendo análise do papel da agricultura familiar e públicos rurais no processo de dinamização econômica dos territórios rurais*. Projeto de cooperação técnica internacional. Brasília: IICA, 2010.

MOREIRA, Ruy. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. *Análise sócio-econômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã*, SP. 2006. 73 f. Tese (Doutorado em Aquicultura) – Curso de Pós-Graduação em Aquicultura, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, p. 42-61, 21 nov. 2003.

Aula 8

CALLAI, Helena Copetti. Questões para uma proposta de metodologia do ensino da Geografia. In: _____ (Org.). *O ensino da geografia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1986. p. 29-38.

COMPIANI, Maurício. A relevância das atividades de campo no ensino da Geografia e na formação do professor de Ciências. *Cadernos IG/Unicamp*, Campinas: v. 1, n. 2, 1991, p. 2-25.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 84, p. 77-92, jul. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PORTELA, Rosalva. *Didática de estudos sociais*. São Paulo: Ática, 1990. RUELLAN, Francis. O trabalho de campo nas pesquisas originais de Geografia Regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 37-50, jan./mar. 1944.

SILVA, Ana Maria Radaelli da. *O papel do trabalho de campo como instrumento de conhecimento da realidade geográfica: abordagens conceituais e metodológicas, perspectivas no ensino e na pesquisa e a experiência na formação continuada de professores*. Texto não publicado, 1997.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e trabalho de campo. Trabalho apresentado ao Colóquio O discurso geográfico na aurora do século XXI, Florianópolis, 1996.

WOODS, Michael. *Rural Geography*. London: Sage, 2005.